

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**

**FABRÍCIO ROCHA DE SOUZA LEITE**

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL E RADIODIFUSÃO PÚBLICA NO PARÁ:**  
**Um estudo de caso do Conselho Curador da FUNTELPA nos**  
**anos de 2009 e 2010**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>**  
**Rosane Maria Albino**  
**Steinbrenner**  
**Coorientador: Prof. Dr<sup>º</sup>**  
**Octavio Penna Pieranti**

**BELÉM - PARÁ**  
**2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

FABRÍCIO ROCHA DE SOUZA LEITE

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL E RADIODIFUSÃO PÚBLICA NO PARÁ:**  
um estudo de caso do Conselho Curador da FUNTELPA nos anos de 2009 e 2010

BELÉM - PARÁ  
2021

FABRÍCIO ROCHA DE SOUZA LEITE

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL E RADIODIFUSÃO PÚBLICA NO PARÁ:**  
um estudo de caso do Conselho Curador da FUNTELPA nos anos de 2009 e 2010

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Comunicação. Linha de Pesquisa: Processos Comunicacionais e Mídiação da Amazônia

Orientadora: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rosane Maria Albino Steinbrenner

Coorientador: Prof. Dr<sup>o</sup> Octavio Penna Pieranti

BELÉM -PARÁ  
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

L533p Leite, Fabricio Rocha de Souza.  
Participação Social e Radiodifusão Pública no Pará : um estudo  
de caso do Conselho Curador da FUNTELPA nos anos de 2009 e  
2010 / Fabricio Rocha de Souza Leite. — 2021.  
106 f. : il.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Rosane Maria Albino Steinbrenner  
Coorientador(a): Prof. Dr. Octavio Penna Pieranti  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação, Belém, 2021.

1. Comunicação. 2. Radiodifusão Pública. 3. Controle e  
Participação Social . 4. Pará. 5. FUNTELPA - Rede Cultura de  
Comunicação. I. Título.

CDD 302.14098115

---

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL E RADIODIFUSÃO PÚBLICA NO PARÁ:**  
um estudo de caso do Conselho Curador da FUNTELPA nos anos de 2009 e 2010

Dissertação apresentada ao Pós-Graduação  
Comunicação, Cultura e Amazônia da  
Universidade Federal do Pará, como requisito  
para obtenção do título de Mestre em Ciências  
da Comunicação

Orientadora: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rosane Maria Albino  
Steinbrenner

Coorientador: Prof. Dr<sup>o</sup> Octavio Penna Pieranti

**RESULTADO:**    (   ) **APROVADO**    (   ) **REPROVADO**

**Data: 17 de Novembro de 2021, às 15:30h**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosane Maria Albino Steinbrenner (PPGCOM - UFPA) - Presidente

---

Prof. Dr. Octavio Penna Pieranti (PPGMiT – UNESP) - Externo

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana Miranda Costa (PPGCOM/UFPA - PPGEM/UFRN) - Interno

---

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino (PPGCOM – UnB) - Externo

*À Dona Vera, in memoriam, mãe solteira de duas crianças negras, durante a década de 80, na periferia de Belém do Pará. Trabalhava fora, saía às 6 da manhã e voltava às 7 da noite para o restante da jornada em casa. Uma pessoa simples, ótimo senso de humor, instintos aguçados, sempre preocupada com a questão educacional, exatamente porque as oportunidades não lhe foram suficientes. Hoje fico pensativo como foi importante ter em casa vinis/books com a história da música clássica, da MPB e até Emilio Santiago e Benito di Paula, um bom brega, novelas de Tchekhov, livros do Edgar Allan Poe ou clássicos da filosofia grega e alemã. Por que ela comprava esses livros? Nunca soube.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Dr<sup>a</sup> Rosane Steinbrenner, a Nanani, minha orientadora, e ao Professor Dr<sup>o</sup> Octavio Pieranti, também meu Orientador, principais responsáveis por esse trabalho ter chegado até aqui. Eles, mais do que ninguém, sabem o que significa a expressão ninguém larga a mão de ninguém. Eternamente grato pela generosidade de vocês.

Agradeço à Professora Rosaly Brito pelo empenho na comissão que atende os estudantes do programa. Ela foi a responsável pelo encontro com minha orientadora. Obrigado!

Ao Escritório Regional de Língua Inglesa - The Regional English Language Office in Brazil (RELOBrazil) da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil pelas oportunidades de formação em Língua Inglesa. *You are awesome!*

À Universidade Federal do Pará (UFPA) e sua Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) que sempre estiveram prontos para ajudar da melhor maneira. Muito obrigado!

Aos técnicos administrativos em educação do PPGCOM-UFPA, Rafael Ferreira e Juliana Ranieri, que mostram todos os dias a excelência no serviço público. Profissionalismo, dedicação e amizade. Obrigado por tudo!

Ao amigo Edvan da copiadora do ILC, uma pessoa singela e amável. Um grande ser humano que conheci ainda nos tempos da graduação na UFPA que ajuda todos como pode. Abraço!

Aos meus amigos da Turma de mestrado de 2019 do PPGCOM-UFPA, que tiveram sua saúde mental abalada, mesmo assim desenvolveram suas pesquisas durante a pandemia. Força!

Ao amigo advogado Armando Gabriel e minha prima Amanda Carvalho que me acolheram no momento mais difícil da minha vida. Minha eterna Gratidão!

Aos meus amigos da FUNTELPA! Valmir Rodrigues, coordenador de programação da Rádio Cultura e grande locutor esportivo, pessoa de enorme sensibilidade. Obrigado pela liberação!

Aos meus amigos da produção/programação/jornalismo/técnica da Rádio Cultura: Alessandra Caleja, Lucas Padilha, Arthur Castro, Karine Pedrosa, Lourdinha Bezerra, Luizão Costa, Edgar Augusto, César Nunes, Donny, Henrique, Dadadá Castro, Papito, Ana Tereza Brasil, João Paulo Seabra, Felipe Feitosa, Bruno Barbosa, Cláudio Lobato, José Vieira, Paulo

Brasil, Kelvis Ranieri, Ivo (Câmera escondida!), Igor Radialista, Marcelo Alencar, Isidoro Calixto, Thamyres Nicolau, Bebel Chaves e Osvaldo Bellermino. Ao Antônio Carlos de Jesus dos Santos (Carlinhos), Dimitri Branquinho Maracajá (*in memorian*), Ney Messias Jr. e Betty Dopazzo pelas oportunidades e aprendizado, vocês sempre serão da Rádio.

Meus amigos da TV Cultura e Portal Cultura: Alexandre Lins, Fabrício Mattos, André Mardock, Ana Paula Andrade, Felipe Cortez, Jeferson Lima, Camila Lima e Moana.

A todos que lutaram pela implementação da lei Aldir Blanc, que foi a responsável pela minha subsistência neste momento de pandemia com os editais de projetos. Muito obrigado!

Aos amigos do multicultural bairro do Guamá, em Belém: Irmã Lucyane Diniz, uma pessoa especial com instinto fora do comum para fazer o bem, muito obrigado pela amizade verdadeira e apoio de sempre, é também extensivo a todas irmãs de Dorothy Stang da congregação de Notre Dame de Namur. Ao Celso, Professor Arnaldo Cabeleira, Professor Valmir, Primo, Avelino, Jaque & Alessandro, Professor Helder, Ivaldo Paladar, kelvin, Adriana, Arnaldo e keyt. Obrigado pela amizade!



## RESUMO

A Radiodifusão Pública no Brasil tem experiências relacionadas à expressão estatal. Veículos de comunicação do sistema público eram vinculados diretamente aos órgãos do governo para divulgar suas pautas para população. No Pará, não foi diferente e a Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, que hoje abrange a TV Cultura, Rádio Cultura e Portal Cultura, foi estabelecida em 1977 para prestar os serviços de radiodifusão no estado. Com a criação da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), em 2007, e dois anos depois com a primeira Conferência Nacional de Comunicação, a Radiodifusão Pública (PIERANTI, 2018; PAULINO, 2013; ZUCULOTO, 2010; KOPS, 2011) ganha um protagonismo nunca antes visto. O Governo do Pará acompanhou este movimento nacional e criou em 2007 a Secretaria de Comunicação (SECOM) e no ano seguinte reformulou a FUNTELPA, criando uma estrutura colegiada com base em conselhos sociais. Partimos de diálogos da esfera pública habermasiana com a comunicação pública (GIL; MATOS E NOBRE, 2013; BRANDÃO, 2012; DUARTE, 2007; KUÇOUSKI, 2013; ATKINSON, 1997; DETONI, 2016; BANDA, 2009) e aportes de teorias democráticas (HABERMAS, 1984, 1995; MOUFFE, 2005; LACLAU; MOUFFE, 1987; COUTINHO, 2006; CARPENTIER, 2011; GOHN, 2011; NOGUEIRA, 2015; AVRITZER, 2015; NOBRE, 2004; MIGUEL, 2013) para investigar como se deu a atuação do Conselho Curador da FUNTELPA como instância de participação social, à luz de princípios consagrados do modelo de Radiodifusão Pública nos anos de 2009-2010? Este estudo de caso teve uma abordagem qualitativa, com coleta de dados e levantamento de evidências por meio de pesquisa documental, bibliográfica em diálogo com a metodologia da história oral, com a realização de entrevistas online em profundidade com representantes da sociedade civil no Conselho Curador, trazendo à tona, no período analisado, os principais limitadores para a participação, as temáticas, debates, decisões e legado. Pode-se dizer, segundo Gohn (2011), Avritzer (2002, 2009) e Maciel (2010) sobre conselhos como local de intensidade democrática, que a experiência do Conselho Curador da FUNTELPA no tempo analisado, que se mostra como único período de fato ativo e com registro formal, foi uma iniciativa importante, porém limitada. Nos termos de Carpentier (2011), foi uma experiência híbrida, alternando momentos de participação, interação e acesso, entendendo como o autor, que participação está diretamente ligada à decisão conjunta (*co-deciding*), o acesso à simples presença (*presence*) e a interação à relações sociocomunicativas (*socio-communicative relationships*), sem produção conjunta ou decisão coletiva. Como modelo de mobilização, controle e participação social, poderia, portanto, ter sido mais aprofundado e mais aberto à participação.

**Palavras-chave:** Comunicação, Radiodifusão Pública, Controle e Participação Social, FUNTELPA, Pará.

## ABSTRACT

Public broadcasting in Brazil began as a state expression. Public system communication vehicles were directly linked to government agencies to publicize their agendas to the population. In Pará, it was no different and the Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, which today encompasses TV Cultura, Rádio Cultura and Portal Cultura from Pará, was created in 1977 for broadcasting services in the state. With the creation of Empresa Brasileira de Comunicação – EBC in 2007 and two years later with the first National Conference on Communication, public broadcasting (PIERANTI, 2018; PAULINO, 2013; ZUCULOTO, 2010; KOPS, 2011) gains a prominence never seen before. Pará followed this national movement and created in 2007 the Secretariat of Communication – SECOM and in the following year reformulated FUNTELPA, creating a collegiate structure based on social councils. We start from dialogues between habermasian public sphere with public communication (GIL; MATOS E NOBRE, 2013; BRANDÃO, 2012; DUARTE, 2007; KUÇOUSKI, 2013; ATKINSON, 1997; DETONI, 2016; BANDA, 2009) and contributions of democratic theories (HABERMAS, 1984, 1995; MOUFFE, 2005; LACLAU; MOUFFE, 1987; COUTINHO, 2006; CARPENTIER, 2011; GOHN, 2011; NOGUEIRA, 2015; AVRITZER, 2015; NOBRE, 2004; MIGUEL, 2013) to investigate how the role of the FUNTELPA Board of Trustees as an instance of social participation took place, in light of the principles enshrined in the public broadcasting model in the years 2009-2010? This case study had a qualitative approach, with data collection and evidence gathering through documentary and bibliographical research in dialogue with the methodology of oral history, with in-depth online interviews, via the Zoom app, with representatives from civil society in the Board of Trustees, bringing to light the main constraints on participation, themes, debates, decisions and legacy. According to Gohn (2011), Avritzer (2002, 2009) and Maciel (2010) about the council as a place of democratic intensity, the experience of the FUNTELPA Board of Trustees in the analyzed time, which is shown to be the only period in fact active and formally registered, was an important but limited initiative. In terms of Carpentier (2011), it was a hybrid experience, alternating moments of participation, interaction and access, understanding how the author, that participation is directly linked to the joint decision (co-deciding), access to simple presence and the interaction with socio-communicative relationships, without joint production or collective decision. As a model of mobilization, control and social participation, it could, therefore, have been more in-depth and more open to participation.

**Keywords:** Communication, Public Broadcasting, Social Participation, FUNTELPA, Pará.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modelo e configuração de independência na Radiodifusão Pública.....	40
Figura 2 - Entidades da Sociedade Civil e Poder Executivo no Conselho da FUNTELPA....	55
Quadro 1 - Participantes, temas e resoluções das Reuniões do Conselho Curador da FUNTELPA (2009-2010) .....	58
Figura 3 - Ata 2ª reunião ordinária do Conselho Curador da FUNTELPA.....	62
Figura 4 - Ata 3ª reunião ordinária do Conselho Curador da FUNTELPA.....	63
Figura 5 - Ata 10ª reunião ordinária do Conselho Curador da FUNTELPA.....	64

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Configuração de Participação, Interação e Acesso de Carpentier.....	22
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AM – Amplitude Modulada

OC - Ondas Curtas

CEPEPO - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Popular

CLT – Consolidação das leis Trabalhistas

CONFECOM) - Conferência Nacional de Comunicação

DAS – Direção e Assessoramento

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

EBC - Empresa Brasileira de Comunicação

EPC - Empresa Pernambuco de Comunicação

FM – Frequência Modulada

FPA – Fundação Padre Anchieta

FUNTELPA – Fundação Paraense de Radiodifusão

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Pará

IOEPA - Imprensa Oficial do Estado

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MSN - Microsoft Network

ONU – Organização das nações Unidas

OT – Ondas Tropicais

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SECOM – Secretaria de Estado de Comunicação

SECULT – Secretaria de Estado de Cultura

SINJOR/PA – Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará

STERT/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão, Produtos de Áudio e/ou Vídeo, Televisão a Cabo (Sindicato dos Radialistas do Pará)

UHF- Ultra High Frequency/Frequência Ultra Alta

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VHF - Very High Frequency/Frequência Muito Alta

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 - PARTICIPAR É PRECISO .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 - Mídia como Esfera Pública.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 - A relação entre Democracia e Participação Social.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 - Qual participação defendemos?.....</b>	<b>19</b>
<b>2.4 - O Estado brasileiro e a Participação Social.....</b>	<b>24</b>
<b>2.5 - Construção de Conselhos Sociais no Brasil.....</b>	<b>27</b>
<b>2.6 - Considerações Metodológicas .....</b>	<b>29</b>
<b>3 - COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM PERSPECTIVA .....</b>	<b>31</b>
<b>3.1 - Um pouco de história.....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 - Polissemia de um conceito.....</b>	<b>32</b>
<b>3.3 - Sistema de Radiodifusão Pública.....</b>	<b>35</b>
<b>3.4 - A Construção da EBC.....</b>	<b>40</b>
<b>4 - O CONSELHO CURADOR DA FUNTELPA.....</b>	<b>43</b>
<b>4.1 - FUNTELPA e a Rede Cultura de Comunicação (TV, Rádio e Portal Cultura).....</b>	<b>43</b>
<b>4.2 - Formação e participação no Conselho Curador da FUNTELPA.....</b>	<b>44</b>
<b>4.3 - Vozes da sociedade civil dentro do Conselho: Atores envolvidos .....</b>	<b>53</b>
4.3.1 - Funcionamento do conselho: diálogo?.....	56
4.3.2 - Temáticas, frequência e efetividade.....	57
4.3.3 - Nível de envolvimento, influência da gestão e balanço .....	66
<b>5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>71</b>
<b>7 - ANEXOS .....</b>	<b>78</b>
<b>8 – APÊNDICES.....</b>	<b>106</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

A conjuntura complexa que atravessa o Brasil, desde 2016, trouxe de volta para o centro do debate público o autoritarismo e o discurso de ódio. Os serviços públicos e os mecanismos de diálogo com a sociedade civil, incluindo nos serviços de radiodifusão, foram profundamente afetados e até desmontados. Diante de tantos desafios, decidi que deveria desenvolver um trabalho que pudesse contribuir com a sociedade, no sentido de fortalecer os preceitos da democracia, seus vínculos evidentes com a participação social, mas também dialogar com a Radiodifusão Pública feita na Amazônia, especificamente na Fundação Paraense de Radiodifusão (FUNTEPA), meu local de trabalho desde 2007.

A Radiodifusão Pública é importante por conta do seu caráter complementar em relação às outras emissoras de rádio e televisão de caráter comercial, porque isso é o que faz movimentar a balança diante da grande desregulação da radiodifusão. Outra questão fundamental, é a garantia do pluralismo e das várias vozes, o que seria um dos aspectos mais relevantes para o fortalecimento de regimes democráticos (PIERANTI, 2018). E cabe à Radiodifusão Pública continuar atendendo a essas demandas.

A experiência brasileira pós-constituição de 1988 mostrou que a democratização trouxe a ideia de institucionalização da participação social no Estado, fruto das mobilizações da sociedade civil. Os chamados conselhos sociais são a expressão dessa noção de governança compartilhada. Dentro disso, o serviço público de radiodifusão tem que estabelecer relações importantes com as comunidades onde está inserido. Os atores sociais têm o direito a definir os caminhos a serem trilhados dentro desses veículos de Radiodifusão Pública.

Nesse contexto, a Radiodifusão Pública brasileira ganhou maior relevância com a criação da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) em 2007 e dois anos depois com a primeira Conferência Nacional de Comunicação (I CONFECOM). É importante dizer que no Brasil, segundo Paulino (2016), o serviço público de Radiodifusão é extremamente limitado política e estruturalmente em relação ao sistema privado. Além disso, sempre existiu muita proximidade entre os donos dos meios de comunicação empresariais e políticos profissionais, o que é, ainda hoje, um dos fatores que limitam a consolidação da Radiodifusão Pública brasileira como um sistema com autonomia política e independência financeira. A criação da EBC e a CONFECOM traçaram caminhos de consolidação de um

sistema nacional que dialogasse com questões primordiais como sociedade civil, vocações, identidades, diversidade e singularidades brasileiras, além de debater profundamente a questão da regulação da mídia nacional.

O Governo do Pará acompanhou esse movimento nacional com a criação de um importante arcabouço jurídico e a fundação de estruturas no Estado que respondessem ao momento em questão, o que se deu durante o governo de Ana Júlia Carepa, na época do Partido dos Trabalhadores. Foi o caso da criação da Secretaria de Comunicação (SECOM), com a lei estadual 7.056 de 2007, e as reformulações da Fundação de Telecomunicações do Pará, que passou a se chamar Fundação Paraense de Radiodifusão (FUNTELPA), a qual agrega a TV, Rádio e Portal Cultura, e que passava, então, a funcionar como fundação pública de direito privado gerida de forma colegiada através de conselhos sociais, com suporte na Lei Estadual 7.215 de 2008.

Nesse contexto, a Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, criada em 1977, sofreu essa reformulação legal em 2008, criando os conselhos sociais com participação da sociedade civil em sua gestão. O Conselho Curador passou a ser o órgão máximo de deliberação da Fundação e pela primeira vez sindicatos de jornalistas e radialistas, representantes dos funcionários, ONGs e movimentos sociais estavam num mesmo espaço, onde dialogariam sobre programação, administração e projetos, por isso foi uma experiência significativa no campo da Radiodifusão Pública no Pará; .

Partindo dessas premissas, a pesquisa quer analisar: **Como se deu a atuação do Conselho Curador da FUNTELPA como instância de participação social, à luz de princípios consagrados do modelo de Radiodifusão Pública nos anos de 2009-2010?** O recorte de tempo escolhido deve-se ao fato de que esse é o único período de registros em atas cedido pela gestão da FUNTELPA.

Como objetivos específicos, a pesquisa buscou traçar um panorama do processo de implementação do conselho curador da FUNTELPA, seus principais limites e seus avanços, além de identificar os principais atores e grupos de interesse envolvidos no Conselho. E por último, analisar as atas das reuniões do conselho curador e discutir práticas políticas que se expressam nesse espaço.

A dissertação está organizada em três partes. Num primeiro momento trazemos o referencial teórico dialogando esfera pública habermasiana com democracia e participação (ATKINSON, 1997; DETONI, 2016; BANDA, 2009; COUTINHO, 2006; CARPENTIER, 2011; GOHN, 2011; NOGUEIRA, 2015; AVRITZER, 2015; NOBRE, 2004; MIGUEL,



2013). Num segundo momento, trazemos as raízes e as várias visões sobre comunicação pública (GIL; MATOS E NOBRE, 2013; BRANDÃO, 2012; DUARTE, 2007; KUÇOUSKI, 2013), para logo em seguida discutir o sistema de radiodifusão público brasileiro (PIERANTI, 2018; PAULINO, 2013; ZUCULOTO, 2010; KOPS, 2011). Fechamos o estudo de caso com uma análise mais detalhada sobre o Conselho Curador da FUNTELPA, a partir da análise de atas das reuniões e entrevistas com membros da sociedade civil e da gestão que fizeram parte daquele processo na época.

## 2 – PARTICIPAR É PRECISO

Neste capítulo, discutimos as várias visões sobre participação social, com destaque para Carpentier (2011) e sua configuração para empresas de comunicação. Mas antes de tudo, caracterizamos o local dessa participação e para isso dialogamos com a esfera pública habermasiana, em que a mídia seria uma dessas várias esferas sobrepostas (DETONI, 2016; ATKINSON, 1997; BANDA, 2019). Falamos sobre como tem sido a participação social no Brasil desde a redemocratização, com avanços, limitações e consequências para o momento presente. Em seguida, trazemos modelos de democracia (participativa, agonismo, deliberacionismo) e o debate sobre os Conselhos Sociais no Brasil, a importância do *accountability* e sua relação com o conselho curador da FUNTELPA, objeto da pesquisa.

### 2.1 – Mídia como esfera pública

O entendimento de que uma das funções da mídia é oferecer um espaço de discussão da coisa pública para a consolidação da cidadania e da democracia ganhou um lugar especial nas discussões acadêmicas do filósofo e sociólogo Jürgen Habermas no clássico “A mudança estrutural da esfera pública” (*Strukturwandel der Öffentlichkeit*), publicado na Alemanha em 1962 e popularizado na década de 1980 após a tradução para o inglês e outras línguas. Embora muitos dos primeiros pensadores liberais e liberais-democratas tenham apontado a importância da mídia independente para a democracia, a questão praticamente desapareceu nas obras mais recentes de teóricos sociais e políticos (THOMPSON, 2008).

O pensamento de Habermas, como apontado pelo filósofo americano Douglas Kellner (2000), inspirou muitos a imaginar e cultivar fóruns mais democráticos, inclusivos e igualitários. Suas ideias deram um novo estímulo às discussões sobre a democratização da sociedade e da esfera pública, especialmente a partir do advento das tecnologias de informação e comunicação interativas. É importante notar, entretanto, que a filósofa e pensadora política alemã Hannah Arendt já havia discutido os conceitos de esfera pública e privada em seu livro “A condição humana”, publicado em 1958. Arendt não se referia à mídia como uma esfera pública moderna, mas contribuiu para o estabelecimento do conceito de espaço público retomado e aprofundado por Habermas posteriormente.

Arendt define a esfera pública em “A condição humana” como um espaço com duas dimensões essenciais para a prática da cidadania: a aparência (o que pode ser visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos, um espaço de conversa onde há liberdade política), e o mundo comum, relacionado às instituições, aos negócios, ao mundo que reúne os humanos e evita os conflitos entre si. Decepcionada com o nazifascismo, a autora criticou a sociedade de massas por ter descaracterizado a esfera pública ao enfraquecer o vínculo que mantém as pessoas relacionadas umas com as outras.

Na visão de Arendt, o estabelecimento da cidadania no mundo moderno depende tanto da redenção do mundo comum quanto da criação de vários espaços de visibilidade (aparência) nos quais os indivíduos podem revelar suas identidades, trocar pontos de vista e resgatar relações de reciprocidade e solidariedade. Habermas, por sua vez, destaca a esfera pública não como espaço de visibilidade, reconhecimento e troca de opiniões, mas como espaço de disputa entre discursos, fórum de comunicação essencialmente político formado por particulares em busca de consenso sobre questões de interesse coletivo a partir de a força do melhor argumento fora do poder político e econômico.

A pesquisa de Habermas trouxe pioneirismo não só por apresentar a esfera pública burguesa como categoria que surge da sociedade capitalista criando um espaço que busca o consenso racional para questões políticas, mas por mostrar a importância da imprensa no fortalecimento ou enfraquecimento das instituições do Estado Moderno e sua transformação, num meio que produz opinião pública e consensos a serviço da elite dominante. O trabalho de Habermas inspirou muitos a imaginar e manter espaços de debates mais democráticos, de inclusão e com igualdade. As ideias de Habermas criaram um novo momento nas discussões sobre a democratização da sociedade e da esfera pública, principalmente a partir do surgimento de tecnologias interativas de informação e comunicação. Detoni (2016) afirma que:

A esfera pública de debates, dominada pela mídia, se transforma em um meio de propaganda de ideias e produtos e a crítica competente cede lugar ao conformismo. Em vez de uma opinião pública formada num debate político aberto interessado no bem comum, o que se configura no capitalismo contemporâneo é, segundo Habermas, uma atmosfera pronta para a aclamação dos interesses privados da elite. Com o declínio da esfera pública, os cidadãos se transformam em consumidores, dedicando-se mais à aquisição de bens e ao mundo privado que às questões públicas e à participação democrática (DETONI, 2016: 25)

Habermas sofreu inúmeras críticas por conta desse modelo de esfera pública, que

foi considerado utópico, o que o levou a fazer novos apontamentos e revisões sobre o conceito, concretizado no prefácio da reedição alemã de 1990, onde ele admite existir várias esferas públicas além da burguesa, ora sobrepostas, ora contrapostas. A crítica dirigida a ele também considerava que ele excluiu de suas análises a questão de que a esfera pública, tal como ele descreveu, só era aberta ao debate de homens, brancos e letrados, deixando de lado movimentos sociais importantes que se desenvolviam por fora dessa esfera ou resistindo e criticando por dentro. (KELLNER apud DETONI, 2016, p.26)

Nesse sentido, segundo Atkinson (1997), esfera pública deveria ser um local de atividade democrática plena, onde todos podem expressar suas ideias com igualdade; um espaço com proteção diante dos políticos e das empresas, onde as pessoas possam encontrar informações e conhecimentos para o seu próprio desenvolvimento para um ambiente cultural, onde o público é formado por meio da comunicação. Seria fundamental para a democracia que esses aspectos fossem resgatados pela mídia no exercício de sua função social. (ATKINSON,1997; DETONI, 2016, p. 27)

Banda (2009) acredita que a categoria esfera pública traz em si uma redefinição das funções da mídia na sociedade. O acadêmico aponta que, para ter uma atuação como esfera pública, a mídia precisa estar aberta a todos os tipos de opinião e a todas os cidadãos, de qualquer posição ou opinião que tenha na sociedade, devendo incluir as mulheres, negros, a comunidade LGBTIQIA+, incentivar a participação dos que querem contribuir para a formação da opinião pública, possibilitar a discussão de questões políticas e ações estatais para permitir a crítica à organização do Estado ou a qualquer setor. (BANDA, 2009; DETONI, 2016, p.27)

Também é relevante que os meios de comunicação públicos abram espaço para as opiniões das mais variadas matizes, sem se posicionar claramente sobre uma visão específica ou excluir perspectivas políticas alternativas. Banda (2009) salienta ainda que a mídia não deve ignorar a existência de contestações e disputas políticas, que refletem a existência de pluralismo, um indicador importante da saúde democrática da sociedade. Cabe à mídia, assim, promover maior compreensão e adesão às virtudes cívicas da tolerância, do respeito e da integridade na convivência com pensamentos e grupos opostos, percebidos como adversários e não como inimigos. (DETONI, 2016: 27)

## **2.2 - A Relação entre Democracia e Participação Social**

As palavras democracia e democrático são utilizadas na contemporaneidade sem qualquer discriminação. A polissemia do léxico democracia tem se apresentado como um dos mais controversos temas políticos. Talvez por isso que o tema seja constantemente retomado como enigma para os mais diversos saberes. Foram os gregos a utilizarem pela primeira vez o termo democracia ao governo de suas cidades-estado. De lá para cá, os significados dos termos gregos *demos* e *kratos* assumiram diversas perspectivas e transformações na prática, durante os diferentes períodos históricos e na construção teórica dos autores. Conforme aponta Coutinho (2008, p.13):

No mundo atual, boa parte da batalha das ideias que se trava entre as diferentes forças sociais centra-se na tentativa de definir o que é democracia, já que essa forma de regime político é hoje reivindicada por praticamente todas as correntes ideológicas, da direita à esquerda. (...) o fato de que todos hoje se digam “democratas” não significa que acreditem efetivamente na democracia, mas sim que se generalizou o reconhecimento de que a democracia é uma virtude. A hipocrisia consiste em que, com extrema frequência, essa palavra — ainda que dita com ênfase — não significa absolutamente o que a história da humanidade e o pensamento político entenderam e entendem por democracia

Em todos os casos, seja em sistemas democráticos mais recentes ou mais consolidados ao longo do tempo, a democracia apresenta desafios que estão na ordem do dia. Para os países recentemente democratizados, a questão que se apresenta é saber como as novas instituições e práticas democráticas podem ser reforçadas. Para as democracias mais antigas, o problema é aperfeiçoar e aprofundar a sua democracia. (DAHL,2009)

Existem teóricos que relacionam a democracia unicamente com a dominação burguesa (HOBSBAWM, 2007), outros compreendem a democracia com espaço político mais da social democracia, com eleições regulares e a garantia de manutenção das liberdades para as pessoas (GIDDENS, 1999). Há, ainda, visões mais minimalistas de democracia, cujas definições se aproximam de um viés mais reduzido (SCHUMPETER, 1984) e, por outro lado, outras perspectivas maximalistas (CARPENTIER, 2011)

### **2.3 - Qual participação defendemos ?**

Carpentier (2011) destaca que o conceito de participação apresenta uma variedade de cinco estruturas teóricas, sem focar muito em sua efetiva materialização em práticas participativas. No entanto, não perde de vista o fato de que as teorizações são quase sempre baseadas em reflexões sobre materializações reais. Todos os campos têm relação com a (1)

democracia, (2) o ordenamento do território, (3) desenvolvimento, (4) artes e (5) comunicação, todos fundamentais no que têm a oferecer sobre a participação.

É necessário destacar a forte ênfase da teoria democrática na diferença entre governantes e governados, com a importante consequência de que o conceito de participação é articulado exclusivamente em relação aos governados, ignorando os governantes. O significado do conceito de democracia é complicado por três elementos: a variedade de manifestações e variantes democráticas; a distinção entre democracia formal e culturas e práticas democráticas; e a distinção entre o sistema político estreito ("política") e as dimensões políticas amplas do social (o "político"). Uma das dimensões cruciais que estruturam os diferentes modelos democráticos é a dimensão minimalista vs. maximalista, que fundamenta uma série de posições-chave na articulação da democracia. (CARPENTIER, 2011)

Uma dessas posições-chave é o equilíbrio sempre presente entre representação e participação, que dá suporte estruturante para os modelos democráticos. Diferentes modelos de democracia atribuem diferentes equilíbrios entre esses conceitos de participação. Quando o político é definido, segundo Schumpeter (1976), por exemplo, como um privilégio de elites sociais, reduzindo assim o papel político dos cidadãos à participação no processo eleitoral, ficam claras mudanças de equilíbrio para representação e delegação de poder.

Assim, podemos considerar a primeira característica da versão minimalista da participação democrática. Nesse modelo, a tomada de decisão da sociedade permanece centralizada e a participação permanece limitada. Em contraste, na democracia participativa (ou radical), a participação tem um papel mais forte e contínuo e não se restringe à eleição a cada dois anos. Esses modelos democráticos com tomada de decisão social mais descentralizada e um papel mais forte de participação são chamadas formas maximalistas de participação democrática (CARPENTIER, 2011)

O debate sobre o lócus da participação e da tomada de decisão nos leva à quarta característica da dimensão minimalista vs. maximalista: a diferença entre participação unidirecional e multidirecional. Nas formas minimalistas de participação democrática, a participação visa um determinado campo, o da política institucionalizada. A participação democrática maximalista tende a ver os processos participativos como multidirecionais, sem privilegiar a relação dos locais de participação na política institucionalizada.

Devemos ter em mente que o político-democrático não pára nas margens da política institucionalizada. O político-democrático e a distribuição do poder na sociedade que está em

seu cerne são uma dimensão do social que permeia todos os campos sociais possíveis. Mas a teoria democrática ainda ocupa posição privilegiada na discussão teórica sobre a participação, pois mostra de imediato sua natureza política e o papel fundamental do poder na definição da participação. Tendo em mente a necessidade de uma aplicação transversal ampla da participação, Carpentier (2011) retorna à teoria democrática (e especialmente às suas versões mais maximalistas) para descrever as características-chave da participação:

a) o elemento-chave de definição da participação é o poder. Os debates sobre a participação na política institucionalizada e em todos os outros campos da sociedade, incluindo a participação na mídia, têm muito em comum, pois todos enfocam a distribuição de poder dentro da sociedade, tanto no nível macro quanto no micro;

b) a participação está sempre situada em processos e locais particulares e envolve atores específicos. A participação não se limita a um campo social específico, mas está presente em todos os campos sociais e em todos os níveis;

c) o conceito de participação faz parte das lutas pelo poder na sociedade. Isso implica que os debates sobre a participação não são meros debates acadêmicos, mas são parte de uma luta político-ideológica por como nossas realidades políticas devem ser definidas e organizadas. Em outras palavras, nossas práticas democráticas são, ao menos parcialmente, estruturadas e possibilitadas por meio de como pensamos a participação;

d) a participação não deve ser vista como parte da democrático-populista, que se baseia na substituição da diferença hierárquica pela igualdade total;

e) a participação é por convite. Mesmo os modelos participativos maximalistas contemporâneos raramente visam impor a participação;

f) participação não é o mesmo que acesso e interação. Indiscutivelmente, essas noções ainda são muito diferentes em suas origens teóricas e em seus respectivos significados.

Partimos para entender o conceito de participação levando em consideração as teorias democráticas chamadas maximalistas por Carpentier (2011), passando por dois campos em que se busca o consenso até outro lado em que se procura a exposição do conflito. Segundo Pereira Filho (2015), existiria dois polos debatendo a teoria democrática contemporânea no âmbito da participação: de um lado, autores como Raymond Aron e Daniel Bell inspiraram uma perspectiva que defende a diminuição da participação política para uma suposta estabilidade e boa governança pública. De outro, pensadores como Rancière, Carole Pateman,

Habermas, Mouffe e Laclau por exemplo, falam em modelos democráticos participativos e deliberativos (PEREIRA FILHO, 2015).

Carpentier (2011) diferencia participação, interação e acesso em quatro campos: tecnologia, conteúdo, pessoas e organizações. Nesse caso, de empresas de comunicação, a participação está diretamente ligada à decisão conjunta (*co-deciding*). Se o ente de radiodifusão decide de forma coletiva a política organizacional, decide o conteúdo coletivamente com a sociedade (ou representantes), assim como questões tecnológicas, assim temos a participação. O acesso seria a mera presença nesses 4 campos e a interação uma mera relação, sem a produção conjunta.

Tabela 1 - Configuração de Participação, Interação e Acesso de Carpentier

<i>Access (presence)</i>				
	<i>Technology</i>	<i>Content</i>	<i>People</i>	<i>Organizations</i>
<i>Production</i>	Presence of (proto-)machines to produce and distribute content	Presence of previously produced content (e.g., archives)	Presence of people to co-create	Presence of organizational structures and facilities to produce and distribute content
<i>Reception</i>	Presence of (proto-) machines to receive relevant content	Presence of (relevant) content	Presence (of sites) of joint media consumption	Presence of organizational structures to provide feedback to
<i>Interaction (socio-communicative relationships)</i>				
	<i>Technology</i>	<i>Content</i>	<i>People</i>	<i>Organizations</i>
<i>Production</i>	Using (proto-) machines to produce content	Producing content	Co-producing content as group or community	Co-producing content in an organizational context
<i>Reception</i>	Using (proto-) machines to receive content	Selecting and interpreting content	Consuming media together as group or community	Discussing content in an organizational context (feedback)
<i>Participation (co-deciding)</i>				
	<i>Technology</i>	<i>Content</i>	<i>People</i>	<i>Organizations</i>
<i>Production (and reception)</i>	Co-deciding on/ with technology	Co-deciding on/ with content	Co-deciding on/ with people	Co-deciding on/ with organizational policy

Fonte: Carpentier (2011) apud Pereira Filho (2015)

Um tópico importante dessas abordagens é que a discussão sobre poder está entrelaçada com a participação. “Não há, porém, participação que não se oriente por algum



tipo de relação com o poder – tanto com o poder de outros atores, quanto com o de determinados centros organizacionais e decisórios” (NOGUEIRA, 2015). Maria da Glória Gohn compartilha essa definição de participação e diz que a “participação é, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização” (GOHN, 2011).

Para Mouffe (2005), o ponto de partida para diversidade democrático é a transformação dos antagonistas em agonistas, dessa maneira se legitima e se reconhecemos a discordância dos sujeitos sem apagamentos. Nessa perspectiva, em que a ordem social tem a marca do conflito, a participação não escapa a essa abordagem, sendo considerada ela própria parte integrante de uma disputa por posições.

A forma descrita na teoria participativa foi desenvolvida durante as manifestações por direitos civis durante os anos 60 e 70 do século passado. Segundo Pereira Filho (2015), Carole Pateman, Crawford Brough Macpherson e Nicos Poulantzas eram os grandes pensadores ligados a essa teoria que também foi chamada de “nova esquerda”, a qual toma o impulso inicial de Karl Marx de crítica ao desigual modelo capitalista, perpetuando a relação entre donos dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho. A teoria participativa defende uma democracia para além dos limites do capitalismo. Macpherson e Pateman mostram que a participação verdadeiramente democrática no capitalismo é oposta pelo vértice da tranquilidade dos sistemas políticos

Já o modelo deliberativo constrói uma teoria normativa da democracia com bases fundadas para ganhar legitimidade nos processos democráticos que se sustentam em processos racionais de deliberação. Matos e Nobre (2004) diz que Joshua Cohen seria pioneiro nas formulações dessa corrente, pois a "concepção de democracia deliberativa está organizada em torno de uma ideal de justificação política. De acordo com esse ideal, justificar o exercício do poder político coletivo é proceder com base na argumentação pública livre entre iguais. Uma democracia deliberativa deve institucionalizar esse ideal” (COHEN apud NOBRE, 2004)

Matos e Nobre (2004) afirma que não apenas Cohen, Bernard Manin, Habermas fazem parte desse movimento, mas também Seyla Benhabib e John Dryzek também compartilham dos preceitos da corrente deliberacionista. Os pressupostos que definem essa corrente baseiam-se em procedimentos ideais que legitimam a deliberação. Seriam basicamente três pressupostos de igualdade e simetria que todos os envolvidos em uma deliberação deveriam cumprir:

a) todos os afetados diretamente por uma ação qualquer devem ter as mesmas oportunidades de intervenção, podendo também iniciar atos de fala, questionar, interrogar e

abrir o debate;

b) todos têm o direito de questionar os temas fixados no diálogo;

c) todos têm o direito de introduzir argumentos reflexivos sobre as regras do procedimento discursivo e o modo pelo qual elas são aplicadas ou conduzidas.

Segundo Luis Felipe Miguel (2013), a teoria deliberativa apresenta avanços para a teoria democrática em pelo menos três aspectos. Primeiro, enfatiza a igualdade na participação, segundo, propõe a superação do entendimento de que a democracia é um simples método de juntar preferências individuais dadas. É a partir de interações na esfera pública que as preferências são reconstruídas e estabelecidas. Terceiro, é autonomia, ou seja, a produção de normas pelos próprios impactados pelas decisões

Segundo Matos e Nobre (2004), Nancy Fraser é uma das críticas do modelo de esfera pública de Habermas. Ela mostra a ausência de públicos como as mulheres, os camponeses e os operários, que não foram considerados na análise do autor. Questiona a ideia de que a esfera pública é restrita ao bem comum, mas longe de questões que são tratadas como privadas, pela ideologia dominante, tais como a violência doméstica.

A perspectiva de participação que considera o confronto tem em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe seus principais formuladores (MIGUEL, 2014). Eles são de pensamento pós-marxista e pós colonialista, os autores são críticos da perspectiva habermasiana, ressaltando as divergências existentes da sua proposição, como a negação do consenso como única forma possível do embate de posições e a incorporação do conceito de hegemonia, emprestado de Gramsci, dentro na dinâmica social.

## **2.4 - O Estado brasileiro e a Participação Social**

A expressão sociedade civil foi recorrentemente utilizada a partir do final dos anos 1970 do século XX, no Brasil, como forma de expressar um novo momento de ascensão dos movimentos sociais e sindicais que tinham forte dinâmica na mobilização popular na busca por direitos sociais, trabalhistas e abertura política. (DURIGUETTO, 2008). Esse momento, no final dos anos 1970 até meados dos anos 1980, é um marco na história da organização civil do país para a conquista da volta da democracia e também pelo direito à mobilização.

Nesse período, diversos movimentos populares eram criados na cena pública querendo

ter direitos. Os mais variados atores sociais convergiam, fazendo surgir um sujeito coletivo com visibilidade pública. Os movimentos que apareceram nesse cenário político estavam juntos na luta pela derrubada da ditadura e a volta da democracia, criando uma certa independência diante do Estado. A relação de forças populares no espaço público chegou até a periferia de São Paulo, mas também trouxe o aumento significativo de movimentos sindicais que contestavam a estrutura do Estado, além do surgimento de comunidades (eclesiais ou não) de base e muitas greves. (SADER, 1988)

A redemocratização dos anos 1980 cria uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil a partir de novos mecanismos de participação. A reforma democrática do Estado e os modelos de gestão são muito importantes para compreender quais são as formas que incentivam a participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas. Uma direção possível para a ampliação da democracia passa a ser a luta pela criação de canais políticos e institucionais para a participação das pessoas nos processos de formulação e decisões das políticas públicas (DURIGUETTO, 2008). Essa conquista dessa pauta aconteceu com a Constituição Federal de 1988.

A participação social no Brasil depois de 1988 é institucional, ao mesmo tempo, ação direta e coletiva. Como política institucional, traz para cena atores sociais dentro dos processos de tomada de decisão em importantes áreas como na proteção social e saúde. Nas ações coletivas e diretas, a participação na institucionalidade integra os processos de tomada de decisão e os novos sujeitos que ingressam em movimentos e associações de moradores ligadas às questões de saúde ou à educação, entre outras (AVRITZER, 2002, 2009). Com isso criou-se um processo de inclusão longo e diminuição das desigualdades no Brasil, mudando o padrão anterior que excluía os pobres pelo sistema político que prevaleceu até 1985.

Uma mudança significativa no padrão de participação social no Brasil deu-se por meio do aumento do número de conferências nacionais, dessa maneira a participação ganhou um novo status no governo federal no Brasil. As conferências nacionais são reuniões públicas de grande envergadura entre representantes do Estado e da sociedade civil que discutem e aprovam propostas a serem implementadas como políticas públicas específicas. As conferências nacionais vem acontecendo no Brasil desde a década de 1940, quando Getúlio Vargas fez a primeira conferência nacional de saúde. (HOCHMAN, 2005; PINTO, 2011)

Entre 2003 e 2010, o governo federal organizou 74 conferências nacionais. Vinte e três novas conferências foram organizadas entre 2011 e 2012. Essas conferências tinham o objetivo de criar conexões da sociedade civil ao governo, para compensar a desconfiança

diante do sistema político aos olhos da sociedade civil. Aqui podemos perceber claramente as mudanças no padrão de ação coletiva e como elas modificaram o estado e a democracia no nível nacional e local. Novos espaços de interlocução com a sociedade foram abertos em nível estadual com a participação desses atores sociais. Esse movimento impulsionou uma diminuição da desigualdade (PINTO, 2011).

Desde 2013, o Brasil experimenta mudanças nos níveis de participação e também nos níveis de representação. Em relação à questão da representação, o aumento e fortalecimento de agrupamentos conservadores no Congresso Nacional aconteceu por causa de um grande aumento do financiamento privado. Segundo dados do Movimento Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral<sup>1</sup>, em 2014, entre as 500 campanhas mais bem financiadas do Brasil, mais de 300 tiveram sucesso na eleição de deputados.

Além disso, desde 2014, outros fatores contribuíram para essa mudança para a direita política: (1) uma forte reação contra os direitos civis para a população LGBTQIA+; (2) ser contra a estabilização das finanças públicas; e (3) a reação contra o aumento da participação na esfera federal presente no Decreto 8.243. Mesmo com um aumento significativo da participação em nível federal, existiu uma forte reação contra a participação no nível legislativo. Também podemos perceber que participação em si não mudou a forma e a composição do sistema de representação (MARTINS, 2014).

As mobilizações e atos de rua que aconteceram no Brasil em junho de 2013 - eventos que também mudaram o padrão de participação social - têm chamado a atenção do mundo em vários aspectos. Na época, as construções de estádios e obras de infraestrutura para a Copa do Mundo além das preocupações com o mobilidade urbana estavam em alta. Membros de setores de esquerda estavam insatisfeitos com o governo de Dilma e sua abordagem da política urbana (MARICATO, 2013), o que, logo depois, catalisou uma forte insatisfação da direita com o governo. Ao analisar as manifestações e os ativistas, eles eram principalmente os jovens empurrando a agenda (43% tinham entre 14 e 24 anos).

Um característica marcante desses jovens era seus altos níveis de escolaridade (91% cursavam ensino superior ou tinham ensino superior completo) e renda alta (23% tinham renda familiar de mais de dez salários mínimos) . Junho de 2013 potencializou um movimento que já havia começado faz alguns anos em relação às forças tradicionais nas ruas do Brasil,

---

1- Manifesto contra a ditadura do poder econômico e em defesa da liberdade de voto – 1º/09/15 - <http://www.mcce.org.br/notapublica/manifesto-contra-a-ditadura-do-poder-economico-e-em-defesa-da-liberdade-de-voto-1o0915/>

gerando uma crise no campo participativo dos movimentos sociais hegemônico pelo Partido dos Trabalhadores desde o início da democratização em 1985 e que evoluiu para uma forte polarização social e também no campo da participação. Essa polarização continuou ao longo de 2014 e foi rompida na manifestação de março de 2015, quando a oposição da classe média de tendências de direita assumiu o controle das ruas e do campo participativo no Brasil. (AVRITZER, 2015)

## 2.5 - Construção de Conselhos Sociais no Brasil

A partir de 1988 foram sendo criados conselhos de gestão setoriais não só no nível federal como nos níveis estaduais e municipais, fruto do acúmulo de mobilizações sociais, que apresentam facetas contraditórias e paradoxais em relação à democratização não só das relações entre Estado e sociedade, bem como da própria sociedade, mas também são fruto da abertura política pós-ditadura, o que provocou o surgimento de novos sujeitos sociais no cenário do processo de tomada de decisões (AVRITZER E PEREIRA, 2005).

Os conselhos também são instâncias particulares dentro do sistema de decisões e formulação de políticas públicas pelo seu caráter plural e híbrido, visto que são formados por representantes de governos, representantes da sociedade civil e de prestadores de serviços públicos. A ideia é tornar o processo decisório mais transparente e aberto aos diversos interesses e atores envolvidos na elaboração e execução das políticas públicas (AVRITZER e PEREIRA, 2005).

Podemos dizer que as práticas que os envolvem consistem em canais para participação nas gestões governamentais, com a presença de sujeitos coletivos nos processos de decisão. Os mecanismos, canais ou instrumentos de participação nos espaços do Estado são numerosos. Entre eles, podemos citar o orçamento participativo, o planejamento participativo, as organizações não governamentais, os meios de comunicação social, os conselhos de políticas públicas e as ouvidorias. De acordo com Maciel (2010):

Os Conselhos são espaços privilegiados para o exercício político, uma vez que representam, do ponto de vista da lei, uma iniciativa que possibilita o estabelecimento de novos fóruns de participação e novas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil. Os Conselhos são investidos de prerrogativas deliberativas e fiscalizadoras (MACIEL, 2010, p.12)

Para Xavier (2011), um conceito se apresenta em diálogo com os conselhos, o de *accountability*. Mas definir *accountability* é um exercício extremamente difícil, visto que até

a tradução não é exata.

Os atores definem *accountability* de diferentes formas, utilizando diferentes dimensões, dependendo do tipo de abordagem que queremos dar e do contexto do estudo que está sendo apresentado. Para Schedler (2004) o conceito de *accountability* tem um significado evasivo, limites não muito claros e uma estrutura interna confusa. Para Mulgan (2000) *accountability* é um complexo e camaleônico termo que virou um lugar comum na literatura da administração pública. (XAVIER, 2011, p.2)

A *accountability* requer uma série de itens para permitir a transparência necessária ao caráter democrático de um sistema de representação. Porém, a expansão da *accountability* no Brasil está comprometida negativamente pela manutenção de relações políticas cheias de clientelismo e patrimonialismo (Paulino, 2009), as quais afetam também a atuação das mídias. Podemos fazer uma tipologia, trazendo a prestação de contas dos governo para a sociedade (*accountability* vertical), a atuação na mediação dos controles exercidos pelos poderes entre si (*accountability* horizontal) e nos controles da ação dos governos pela sociedade (*accountability* social) (MICK, 2021).

*Accountability* pode também referir-se a um conjunto de mecanismos capazes de garantir o caráter democrático de um sistema representativo. A disposição dos eleitos em prestar contas aos eleitores sobre suas iniciativas é viabilizada pela existência de recursos tais como canais de comunicação presencial (reuniões, assembleias, conferências) ou mediada (mídias próprias ou convencionais). Os mecanismos de *accountability* colocam a transparência em prática, mas a transparência não leva diretamente à *accountability*, mas certos tipos de transparência podem conduzir a certos tipos de *accountability*.

Segundo Bertrand (2002), os *media accountability systems* são práticas que observam a responsabilidade da mídia. Dentre os mecanismos apresentados pelo autor estão “mediador, conselho de imprensa, código de deontologia, publicação regular de autocrítica, pesquisa de leitorado, ensino superior de jornalismo – e muitos outros” (BERTRAND, 2002). Os mecanismos de *accountability* podem ser práticas que visam garantir os meios para aplicar a responsabilidade social da mídia e de qualidade jornalística.

Neste contexto, o conselho curador da FUNTELPA, objeto desta pesquisa, nasce nessa perspectiva de fazer com que as decisões sejam mais transparentes e com participação de membros da sociedade civil. Traz em si a ideia de gestão compartilhada e democrática com maior publicidade nas ações. Sua criação materializa, em tese, um dos mecanismos mais importantes da democracia que é a participação de atores sociais nos processos decisórios.

## 2.6 – Considerações metodológicas

Nesta pesquisa, utilizamos uma metodologia qualitativa de investigação. Queremos compreender a dinâmica das relações sociais e, para tanto, se faz necessário trabalhar com significados múltiplos, que são individuais, sociais e historicamente construídos. Permitindo a utilização de múltiplos métodos que possibilitam o envolvimento dos participantes do estudo, a pesquisa qualitativa é baseada em suposições que são estabelecidas antes de iniciada a investigação. Essas suposições são guiadas por referenciais teóricos acrescidos de conhecimentos intuitivos que surgem nas múltiplas dinâmicas da realidade social (CRESWELL, 2007)

Como estratégia de investigação da participação social no **Conselho Curador** da FUNTELPA e seus desdobramentos, a pesquisa fez uso do estudo de caso. Este é definido por Trivinos (1987) como uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente. Trata-se de uma pesquisa documental em diálogo com o método da história oral, na qual estamos recorrendo a algumas técnicas e fontes: depoimentos pessoais, relatórios de gestão, atas das reuniões do conselho curador, de outros pesquisadores.

Como metodologia de pesquisa, a História Oral se ocupa em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade, como os padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou os laços do cotidiano. Os dados para o encadeamento são obtidos através de conversas com pessoas (relatos orais) (...). A metodologia em análise prima para registrar a memória viva, as emoções, as paixões, o olhar, a perspectiva peculiar e os sentimentos de indivíduos das mais diversas origens socioculturais. (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004)

Com a pandemia, a fase documental se prolongou e até parou em alguns momentos, porque eu estive entre as vítimas da pandemia da desigualdade e precisei focar em editais públicos para complementar a renda. Depois, com a extensão dos prazos, flexibilizados pelo PPG, decidi manter a pesquisa com muitas dificuldades. Depois de quase um ano de tentativas, a gestão da FUNTELPA decidiu colaborar, e iniciou-se um processo de meses para encontrar a documentação que, ao final, descobriu-se, encontrava-se numa caixa empoeirada, com as atas não arquivadas ou digitalizadas. Ao todo foram consultadas oito atas de reunião do Conselho Curador, que correspondem ao período de 2009 e 2010, disponibilizadas pela direção da FUNTELPA. É nisso que consiste o corpus da pesquisa, que indica, ainda que de forma muito sintética, as temáticas, pautas, deliberações e implantação do **conselho** no período analisado.

Utilizamos também, de forma complementar para verificação dos dados documentais, a entrevista em profundidade, que por conta das restrições da pandemia, demandou o uso de um aplicativo online (Zoom) para conversar com os membros do Conselho Curador. Segundo Duarte (2005):

A entrevista em profundidade é uma técnica dinâmica e flexível, útil para apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido. É uma pseudoconversa realizada a partir de um quadro conceitual previamente caracterizado, que guarda similaridade, mas também diferenças, com a entrevista jornalística. (DUARTE, 2005, p. 64)

Entre os entrevistados, o grupo principal, pela natureza e foco do trabalho, foi composto pelos membros da sociedade civil, os representantes do Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos Radialistas, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Popular - CEPEPO e ainda a representação dos funcionários da FUNTELPA. Também entrevistamos os representantes gestores; a então presidente da FUNTELPA e do Conselho Curador. A ideia foi buscar respostas para as lacunas e entender as nuances entre a administração pública e os demais participantes do conselho, especialmente os representantes de entidades sociais.

Em resumo, este estudo configurou-se nas seguintes etapas metodológicas: 1. revisão bibliográfica; 2. trabalho de campo (a. levantamento de registros documentais sobre o conselho curador; b. realização de entrevistas semiestruturadas com representantes da sociedade civil de forma online); 3. análise qualitativa dos dados; 4. discussão dos resultados.



### 3 – COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM PERSPECTIVA

Debater as raízes históricas, formação da comunicação pública e do sistema de radiodifusão pública brasileiro é outro eixo fundamental da pesquisa. Não é difícil demonstrar que o Estado instrumentalizou a comunicação pública desde os seus primeiros momentos, na década de 1930, e continuou esse movimento em vários outros momentos históricos. A comunicação é um campo relativamente novo de análise e pesquisas. Os conceitos e definições são variados, mas todos transitam pela ideia do fortalecimento da cidadania e interesse social. Além disso, trazemos neste capítulo os princípios que regem a radiodifusão pública e um olhar especial para a primeira empresa brasileira de comunicação, a EBC.

#### 3.1 – Um pouco de história

A história da comunicação pública tem vínculos diretos com o seu uso instrumentalizado por diferentes governos. Não é por acaso que por muito tempo – até hoje, em algumas ocasiões - foi sinônimo de comunicação governamental. A relação do que é público com o político, que confunde até hoje os conceitos na área da comunicação pública, já estava presente na utilização em massa do rádio e da imprensa na era Vargas e continuou controlado após o golpe militar de 1964. Foi durante o populismo varguista que a comunicação do governo passou a mostrar técnicas elaboradas destacando um Estado forte, realçando os projetos da nação na época. **A comunicação pública abandonou sua missão ao servir prioritariamente ao aparelho de Estado**, com características de propaganda política, o que é distinto de uma comunicação pública de fato. O controle sobre o conteúdo com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) dando as cartas. Desta forma, acabou-se a livre manifestação de pensamento e abriu-se espaço para a censura constitucional (GIL; MATOS E NOBRE, 2013).

De acordo com Gil e Matos e Nobre (2013), nos governos militares, o DIP de Vargas foi trocado pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (Aerp), instituição que planejava a gestão da propaganda governamental. Esta assessoria se responsabilizava também por criar estratégias maiores de comunicação para legitimar o regime. Ela criou o discurso sobre crescimento/desenvolvimento da economia. A comunicação governamental se tornou voz solitária, com a função de controle da sociedade e

para impor uma “capa de ordem” contraposta ao radicalismo militar.

Com a posse de Ernesto Geisel, a comunicação governamental teve que conviver com as pressões e expectativas da abertura política num ambiente de pressão pró-democracia e de conflitos internos ao regime. Gil e Matos e Nobre (2013) afirmam que os filmes da Aerp queriam vender a ideia de harmonia na condução de uma transição sem prazo. O discurso harmônico de “colaboração” continuou na comunicação governamental até o fim do regime e vigorou, com outra roupagem e em tom mais ameno, até a gestão de José Sarney.

O discurso voltado a questões sociais e à redemocratização deu o tom à comunicação do governo Sarney. Já Itamar Franco, acrescentou à comunicação de governo a interiorização do desenvolvimento e o combate à corrupção. Collor resgatou algo do personalismo de Vargas, privilegiou o discurso de abertura dos mercados sobre o Estado, festejou a globalização e o desmonte do Estado-Nação. Fernando Henrique Cardoso retomou o processo iniciado sob o governo Collor. As privatizações e os métodos de controle da inflação imprimiram à comunicação governamental um tom de objetividade, com explanação educativa de conteúdos em campanhas (GIL; MATOS E NOBRE, 2013).

Os dois mandatos de Lula colocaram em prática iniciativas que objetivavam a participação da sociedade civil nos debates. Percebe-se uma aplicação dos espaços de discussão sobre a formulação das políticas públicas. As conferências foram um marco desse período. Eram organizadas em etapas municipais, estaduais e nacionais, em torno de temas como educação, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente, igualdade racial, geração de emprego e renda, entre outros, e uma primeira e até hoje única conferência nacional de comunicação. Essas iniciativas são diferenciais em relação ao modelo de comunicação pública praticado até então, que priorizou, historicamente, ora o coletivo ora o indivíduo, mas nunca de forma organizada (GIL; MATOS E NOBRE, 2013).

### **3.2 – Polissemia de um conceito**

O conceito de 'público' se refere ao interesse comum, não privado. Se dá por meio de debate em várias esferas. Matos (2013) afirma que:

Vale distinguir a comunicação pública da política e da governamental. A comunicação governamental está relacionada à prática instrumental dos governos, em busca de legitimação da gestão estatal. A comunicação política colabora para o jogo de disputa político partidária e se esgueira ao lado do marketing eleitoral. A comunicação pública está voltada à recuperação da esfera pública em sua força expressiva e democrática de permitir à sociedade a interpelação do Estado e o direcionamento da política conforme o interesse coletivo, recuperando as demandas esquecidas, reconhecendo as exclusões para superá-las. Por isso é fundamental

desprender a comunicação pública das amarras estatais, ou seja, inseri-la efetivamente na esfera pública, entendida como “um domínio da nossa vida social onde algo como a opinião pública se pode formar (MATOS, 2013, p. 160).

Segundo Brandão (2012) a expressão comunicação pública vem sendo usada com múltiplos sentidos, conforme o autor e o país. Diferente de Matos, em sua pesquisa, Brandão classifica cinco áreas com as quais o termo se relaciona:

a) Comunicação organizacional: ou seja, “a área que trata de analisar a comunicação no interior das organizações e entre elas e seus públicos, buscando estratégias e soluções;

b) Comunicação científica: A comunicação pública estaria inserida no âmbito das discussões que dizem respeito à gestão das questões públicas, com o intuito de influir na mudança de hábitos da população e na tomada de decisões políticas que se relacionem aos assuntos da ciência que influenciam diretamente a vida do cidadão;

c) Comunicação governamental: pode ser entendida como comunicação pública na medida em que é um instrumento de construção da agenda pública e levar ao conhecimento da opinião pública projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público;

d) Comunicação política: trata do discurso e ação de governos, partidos e seus agentes na conquista da opinião pública em relação a ideias ou atividades que tenham a ver com poder político, relacionado ou não a eleições;

e) Comunicação da sociedade civil organizada: nessa visão, entende-se a prática da comunicação desenvolvida pela sociedade civil, atribuindo-lhe responsabilidades que antes caberiam apenas ao governo.

Numa tradução resumida, com comentários da obra *La communication publique*, do francês Pierre Zémor, muito influente no Brasil, Brandão (2003, p. 76) diz que a Comunicação Pública estende-se para além do domínio público e acompanha “a aplicação das normas e regras, o desenvolvimento de procedimentos, enfim, a tomada de decisão pública”:

Em seu livro, Zémor apresenta os conceitos do que seria uma comunicação pública, afirmando que sua legitimidade se determina pela “legitimidade do interesse geral”, razão pela qual acontece no espaço público, sob o olhar do cidadão. Para ele, as finalidades da comunicação pública não podem estar dissociadas das finalidades das instituições públicas, que são as de: (a) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar), (b) ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o

debate público; (c) de contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); (d) a de acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as de organização social. Zémor ressalta a necessidade de “ouvir o cidadão”, pois na sua concepção a comunicação pública diz respeito à troca e à partilha de informações de utilidade pública, assim como a manutenção do liame social cuja responsabilidade é incumbência das instituições públicas (BRANDÃO, 2012, p. 14)

Gil e Matos e Nobre (2013) analisam a abordagem de Zémor e dizem que o seu cerne é “a normatização das ações do governo, numa exigência de um espírito eminentemente público como o norteador das ações pragmáticas de difusão de mensagens, de atendimento ao cidadão e de elaboração de políticas públicas a partir do interesse coletivo”. Mas fazem uma ressalva, pois “ao apresentar uma exigência normativa às instituições do poder central, corre-se o risco de tratar a comunicação pública circunscrita a determinados limites burocráticos”.

Na comunicação pública a troca de informação deve ser vista como de interesse público e não de estratégias mercadológicas. O termo é trabalhado como a comunicação que se realiza entre Estado, governo e sociedade, objetivando a promoção da cidadania e focando o que é de interesse da maioria da sociedade. Matos (1999) diz que a comunicação pública como “um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país” (p. 33). Ou seja, o objetivo do termo além de estimular o exercício da cidadania é instituir um espaço para os atores da sociedade dialogarem. Desta forma, Brandão (2007) explica que no Brasil a comunicação pública passa a ter destaque durante o governo Lula, quando a partir de 2003 deu-se mais ênfase às políticas públicas de participação que preveem a participação da sociedade. Duarte (2007, p.64) escreve que a comunicação pública deve ser orientada aos interesses do cidadão, por isso deve ir além de passar a informação:

Deve incluir a possibilidade de o cidadão ter pleno conhecimento da informação que lhe diz respeito, inclusive aquela que não busca por não saber que existe, a possibilidade de expressar suas posições com a certeza de que será ouvido com interesse e a perspectiva de participar ativamente, de obter orientação, educação e diálogo (DUARTE, 2007, p.64)

Segundo Koçouski (2013), o protagonismo dentro da comunicação pública poderá ser assumido pelos mais diferentes entes: “Estado, Terceiro Setor (associações, ONGs, etc.), partidos políticos, empresas privadas, órgãos de imprensa privada ou pública, sociedade civil organizada, etc.”. Segundo a autora, a determinação não está nos emissores da ação comunicativa, mas sim no objeto que a mobiliza, que seria o interesse público,

distanciando- se de atividades mercadológicas.

Dentro da perspectiva habermasiana na comunicação pública tem se destacado o colombiano Juan Camilo Jaramillo López que entende como um conceito que acontece na esfera pública. Para ele, a comunicação pública nasce da relação que existe entre a comunicação e a política, considerando que o público é aquilo que é de todos e que a política é tida como a arte de construir consensos (KOÇOUSKI, 2013). Mesmo entendendo a comunicação pública como aquela que ocorre na esfera pública habermasiana, o autor leva em conta que a proposta de Habermas de formação de uma discussão racional e irrestrita entre participantes pode ter uma conotação utópica.

Segundo Koçouski (2013, p. 79 e 80), para López a Comunicação Pública abarca cinco dimensões e traz em si um forte componente de mobilização social:

5.1 Política: relacionada à construção de bens públicos e propostas políticas. Conhecida como “comunicação política”, também se inscreve claramente no marco mais amplo da comunicação pública;

5.2 Mediática: ocorre nos cenários dos meios de comunicação, seja no desencadeamento de processos culturais por meio do entretenimento, como também, e principalmente, quando é orientada para a gestão da informação e a criação de agenda pública;

5.3 Estatal: tem a ver com as interações comunicativas entre o governo e a sociedade. É a dimensão que tende a predominar no imaginário coletivo quando se fala de comunicação pública.;

5.4 Organizacional: uma organização, ainda que privada, é um cenário onde mensagens e interesses de grupos buscam predominar e impor seus sentidos. Possui uma “esfera pública” de caráter corporativo que compreende códigos de comportamento, práticas, instâncias e benefícios de interesse coletivo;

5.5 Da vida social: são interações comunicativas espontâneas ou não, de movimentos e organizações sociais, nos quais interagem grupos ou coletividades e lançam-se propostas de interesse público e coletivo.

Numa tentativa de responder a críticas ao modelo habermasiano, as pesquisadoras brasileiras Gil e Matos e Nobre (2013) defendem ‘ir além dos atos ideais de fala’, que segundo elas os críticos colocam ênfases excessivas na definição que diz que é “aquele que conta com a participação de todos, em igual condição, livres de constrangimentos e que apresentem publicamente seus argumentos em ambiente de mútuo respeito, reciprocidade e, acima de tudo, com capacidade de defender pontos de vista numa linguagem racional”. As autoras criticam a inflexibilidade das regras do debate e acreditam que podemos deixar de perceber a flexibilidade que Habermas propõe ao funcionamento democrático, estabelecendo uma nova ordem de legitimação das decisões políticas ao conferir à comunicação um espaço central na democracia.

### 3.3 - Sistema de Radiodifusão Pública

No Brasil, a primeira emissora de rádio foi instalada em 1923. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, de Edgar Roquette Pinto e Henrique Morize, que levou ao ar informações de cunho cultural e educativo, mesmo sendo uma entidade privada. Com um público limitado pelo poder aquisitivo para adquirir aparelhos receptores no exterior, a radiodifusão brasileira tornou-se, nos primórdios, um serviço elitizado. A programação seguia a audiência e era composta por ópera, recitais de poesia, concertos, palestras culturais.

Zuculoto (2010) diz que emissoras pioneiras, que eram sociedade ou clubes, eram patrocinadas pelos seus membros. Porém a experiência dos E.U.A. de patrocínio de emissoras de rádio com publicidade chega ao Brasil e faz logo sucesso. Já em 1940, as empresas e os *jingles* conhecidos até hoje, eram as fontes de recursos principais do rádio no Brasil. Com objetivo de ganhar mais ouvintes, as rádios investiam para aumentar o alcance do sinal, fazendo concursos e deixando a programação mais popular, e é nesse momento que ficam mais próximo do setor privado e se distanciam do público.

Mesmo como veículo de comunicação mais próximo do setor privado, o rádio tinha muita interferência do Estado como forma de instrumentalização política e práticas de censura. Em 1936, Roquette Pinto doa a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro para o Ministério da Educação e Cultura, mas exige que os preceitos de educação e cultura da emissora continuem os mesmos. A rádio muda de nome e passa a se chamar MEC-Rio de Janeiro. Esse é o primeiro passo das Rádios Educativas no Brasil. Entre 1970 e 1980, a radiodifusão educativa vive seu apogeu, com a ampliação das FMs e o interesse da ditadura Militar utilizar o rádio para divulgar suas ideias. Porém, as rádios das universidades praticamente não crescem. (ZUCULOTO, 2010)

Depois com a redemocratização, a novidade principal foi a Constituição de 1988 tratando do tema Comunicação tanto na classificação da radiodifusão em três sistemas: público, privado e estatal, de forma complementar. Essa questão poderia significar equilíbrio, colocar paridade entre os sistemas, já que o privado é muito superior em números de emissoras. A Constituição acabou com a definição de rádio e TV educativas, mas a falta de regulamentação impede de clarificar o que a lei define como “público” e “estatal”.

Nesse campo dos princípios, a UNESCO dentro da temática da comunicação, compreende os conceitos de universalidade, diversidade, independência e diferenciação. A UNESCO é uma agência da ONU voltada à promoção da Educação, das Ciências, da Cultura

e da Comunicação e Informação. Ela foi criada no depois da 2ª guerra para cumprir acordos entre os países vitoriosos, ligados ao combate ao analfabetismo, cooperação pela paz entre os povos e buscar soluções para os questões que trazem problemas para a sociedade e evitar novos conflitos. Em 1960 a UNESCO chega ao Brasil. A prioridade dos trabalhos era a de buscar uma educação com qualidade a todos e a popularização do desenvolvimento humano e social. Os projetos eram feitos em parceria com o Poder Público, mas também com a sociedade civil e a iniciativa privada. As primeiras resoluções da UNESCO defendem o projeto de fluxo livre de informação.

A UNESCO divulgou, em 2001, um relatório chamado *Public Broadcasting: Why? How?*<sup>2</sup> Com o objetivo de discutir o conceito de público e a importância da Radiodifusão Pública. A pesquisa diz que a Radiodifusão Pública ainda não tem a importância que merecia, mas que é um serviço fundamental para as sociedades democráticas. E, ao mostrar ela, ao lado da mídia privada e da mídia estatal percebe a existência dos três sistemas de exploração da radiodifusão tal qual encontramos na Constituição Federal.

A Radiodifusão Pública, segundo a UNESCO, tem como definição o encontro onde todas as pessoas são consideradas iguais. Trata-se de uma ferramenta de informação e educação, acessível a todos e para todos, seja qual for o seu estatuto social ou econômico. Seu mandato não se restringe à informação e ao desenvolvimento cultural - a Radiodifusão Pública também deve atrair a imaginação e divertir. Mas o faz com uma preocupação com a qualidade que o distingue da radiodifusão comercial (UNESCO, 2001).

O objetivo da Radiodifusão Pública é educar, informar e entreter. Educar e informar são objetivos unificados. A informação não fica só nos programas jornalísticos. As questões do interesse público aumenta o desenvolvimento social e pode ser levada para uma empresa de Radiodifusão Pública com o cuidado que todo cidadão necessita. O objetivo com a educação não deve ser o único, isso pode deixar a programação engessada e sem atrativos (UNESCO, 2001)

Diante de tópicos fundamentais trazidos para o debate da Radiodifusão Pública, o relatório *Public Broadcasting: Why? How?* apresenta quatro princípios que trazem os objetivos que devem ser alcançados por qualquer emissora de Radiodifusão Pública em qualquer lugar no mundo: universalidade, diversidade (pluralidade), independência e diferenciação (distintividade). A Radiodifusão Pública baseia-se em certos princípios básicos, definidos em uma era de mídia de interesse geral, muito antes da multiplicação de canais e da

---

2 - *Public Broadcasting: Why? How?* Link disponível: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000124058>

era de especialização. Estes princípios continuam a ser essenciais hoje e as autoridades públicas de radiodifusão (UNESCO, 2001).

Diversidade, Universalidade e independência são princípios que fortalecem a cidadania, são importantes bases para sociedades livres e com comprometimento democrático. O princípio da distintividade refere-se à Radiodifusão Pública numa perspectiva oposta ao setor privado que lucra com esse serviço. A distintividade é fundamental em locais onde a Radiodifusão Pública atua em proximidade de empresas comerciais de comunicação, porque isso deixa claro a importância do financiamento público a emissoras de Radiodifusão Públicas (UNESCO, 2001)

Indo para conceitos mais técnicos, de maneira simples, podemos dizer que radiodifusão é propagação de ondas de radiofrequência que são moduladas e se propagam através do espaço. O que inclui imagens e sons (TV) ou apenas sinais de áudio (rádio). No Brasil, a radiodifusão tem sua regulação definida pelo Estado. Partimos da premissa que o espectro das ondas não é infinito, por isso existe a necessidade de conceituar as frequências (AM, FM, OC, VHF, UHF) das emissoras de rádio e televisão como bens públicos, o que, por sua vez, justifica plenamente a normalização deste espectro para que ele possa ser explorado por intermédio das condições e padrões estabelecidos pelo Estado. Um dos temas mais importantes quando falamos de Radiodifusão é fazer a distinção entre os serviços públicos, privados e estatais. Pieranti (2018) define que:

No sistema privado de radiodifusão atuam entidades privadas com objetivo de lucro – ainda que a radiodifusão seja considerada um serviço ou concessão pública -, já o sistema estatal é mantido pelo Estado, dedicando-se à comunicação institucional de governo. Por sua vez, o sistema público é de responsabilidade de entidades públicas, porém sujeitas a mecanismos de governança permeados por atores externos ao Estado; conta com fontes de financiamento que vão além do orçamento público; e sua programação, orientada por valores como a construção da cidadania e a promoção do debate público, não se confunde nem com conteúdos institucionais de governo, nem com aqueles cujo foco central é a simples busca de audiência. Além disso, a Radiodifusão Pública deve se manter equidistante, do ponto de vista editorial, das demandas de governos e mercados, buscando a audiência como consequência natural de uma programação independente, crítica e menos superficial (PIERANTI, 2018:28).

A Radiodifusão Pública é importante por conta do seu caráter complementar em relação às outras emissoras, porque isso é o que faz o pêndulo balançar frente a grande desregulação da radiodifusão. As obrigações referentes à veiculação de determinados tipos de conteúdo estão sendo acabadas, a exemplo dos educativos e os de produção independente, porque ninguém espera que as emissoras privadas os transmitam por simples boa vontade



(PIERANTI, 2018).

Cabe à Radiodifusão Pública continuar atendendo essa demanda, caso esse tipo de conteúdo seja considerado importante. Outra questão fundamental, é a garantia do pluralismo e das várias vozes, isso seria um dos aspectos mais relevantes para o fortalecimento de regimes democráticos (PIERANTI, 2018).

Kops (2001) afirma que a Radiodifusão Pública não deve ser governamental. As decisões que envolvam as tarefas, conteúdos, organização e financiamento podem e devem ser tomadas de forma pública, sem incluir as instituições políticas governamentais e privilegiando as instituições públicas não governamentais.

Ele defende que essas instituições devem ser dirigidas por pessoas independentes de partidos, e devem ser escolhidas pelos cidadãos no seu papel de telespectadores e ouvintes, que se sintam responsáveis pelos efeitos políticos, sociais, culturais dos programas e que sejam capazes de influenciar diretamente essas programações (KOPS, 2001).

Ele reconhece que esse tipo de independência política e neutralidade da Radiodifusão Pública são difíceis de serem colocadas em prática, já que existe grande interesse de governos e individualmente de políticos dos partidos do governo em controlar esse sistema (KOPS, 2001).

Pensando sobre isso, Pieranti (2018) questiona essa definição que aparta de forma extrema a política e administração (ou técnica) e a chega a afirmar que a independência absoluta de governos e do mercado é um conceito utópico, mas que não significa abandonar esse ideal, seria uma gradação e uma Radiodifusão Pública possível. É uma meta sempre a ser seguida e disputada. A independência é mais um elemento que une a construção da Radiodifusão Pública no Brasil as emissoras são alvos de pressão política lá e cá, sendo a declaração e a defesa da independência as únicas formas possíveis de resistência.” (PIERANTI, 2018).

Para Pieranti (2018, p. 190 e 191), a independência na Radiodifusão Pública vem associada a quatro elementos em tese :

- a) a forma de indicação dos dirigentes tem ser complexa, de forma a garantir que vários atores possam participar desse processo. Para que o dirigente não fique ligado a uma única autoridade;
- b) o segundo trata da estabilidade dos dirigentes e profissionais críticos. Se dirigentes e profissionais podem ser sumariamente demitidos por suas críticas, prevalece a ameaça e cai por terra a independência;

- c) o terceiro são os mecanismos de controle social (conselhos) a incorporação da sociedade ao dia a dia da Radiodifusão Pública;
- d) o quarto elemento são fontes plural de financiamento. Se a empresa pública depende exclusiva ou majoritariamente de recursos contingenciáveis pelo governo, o grau de atrelamento da programação tende a ser maior por imposição dos dirigentes das emissoras.

Figura 1 – Modelo e configuração de independência na Radiodifusão Pública



Fonte: PIERANTI, 2018, p.189

### 3.4- A Construção da EBC

A EBC foi criada em outubro de 2007. Herdou o patrimônio da Radiobrás e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, mantenedora da TVE Brasil. A EBC não surgiu apenas de uma medida provisória que depois virou lei, mas principalmente por causa das fortes movimentações no campo da Radiodifusão Pública, trazendo debates,

seminários de vários atores da sociedade civil nos anos anteriores a 2007 (PEREIRA FILHO, 2015).

Ações como o I Fórum Nacional de TVs públicas, em Brasília, que trouxe a participação de diversos setores sociais que discutiam comunicação, de ativistas até donos de TV e rádio, foi importante para acumular para a construção de uma emissora pública nacional que atingisse o Brasil inteiro. É desse evento que saiu a carta de Brasília, lida ao final do evento e trazia um manifesto pela TV Pública independente e democrática (STROZI, 2019)

A estrutura criada trazia duas Agências de notícias (Agência Brasil e Radioagência nacional), Uma Tv Governamental (TV NBR) e a Tv Pública (TV BRASIL) e mais 8 Rádios AM e FM. A programação das rádios era tradicional de MPB, música Clássica, mas também de linguagem e cultura popular nas AMs. O jornalismo se orientava pelo interesse público e sempre tinha espaço para prêmios em direitos humanos.

Participação social era um dos pilares dentro da EBC, sendo o Conselho Curador a principal expressão disso. Segundo Pereira Filho (2015), o desenvolvimento do Conselho foi uma ação apresentada pela sociedade civil para exercer o controle social de forma mais plena. O Conselho Curador tinha como missão não deixar o governo e o mercado interferirem dentro da EBC, mas também expressar os desejos da sociedade civil e seus representantes, trazendo pluralidade e diversidade.

A Lei 11.652/2008 criou o conselho da EBC, Ele era composto por 22 conselheiros, sendo 15 representantes da sociedade civil (um de cada região do País), quatro do governo federal (ministros da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), um servidor de carreira da Câmara dos Deputados, um servidor do Senado Federal e um funcionário da empresa (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2015, p.3).

A função do Conselho era se posicionar sobre o que das rádios, TVs e Agências da EBC veiculavam e garantir que as bases da Comunicação Pública na empresa acontecessem. Desta maneira, o Conselho diferencia Radiodifusão Pública, estatal e privada. O Conselho Curador realizou, em 2015, o Seminário chamado “Modelo Institucional da EBC: balanço e perspectiva”, que teve como objetivo reunir diferentes olhares no debate da Comunicação. A partir da própria avaliação dos Conselheiros foram se fortalecendo canais específicos, para lidar com a relação do Conselho com a sociedade, o que foi considerado como uma experiência inédita no campo da Comunicação Pública no Brasil (PEREIRA FILHO, 2015).

Existiu um fortalecimento do Conselho Curador na estrutura da EBC, mesmo com a estrutura amarrada, e isso aconteceu por conta do amadurecimento e acúmulo dos

conselheiros durante o tempo dos debates. Mesmo que o Conselho Curador da EBC não fosse perfeito e nem o mais independente, importante dizer que as contradições existentes no funcionamento não tiram a importância dentro de uma empresa pública de comunicação. Só tentar promover a participação da sociedade dentro da EBC já era em si uma grande possibilidade. Hoje, o Conselho Curador da EBC não existe mais, depois de ter sido extinto pelo ex-Presidente Michel Temer (MDB), em 2016, com a medida provisória 744/2016, que se converteu na Lei nº 13.417 de 1º de março de 2017, que também exonerou o seu presidente, Ricardo Pereira de Melo.

## **4 – O CONSELHO CURADOR DA FUNTELPA**

Neste capítulo, trazemos nossa análise das dinâmicas do conselho curador da FUNTELPA. Começamos comparando as experiências de conselho curador da Fundação Padre Anchieta, Rede Minas, Empresa Pernambuco de Comunicação com o Conselho da FUNTELPA. Observamos vantagens e desvantagens nos vários modelos: forma de composição, forma de eleição e participação da sociedade civil. Antes disso, partimos de um breve histórico da FUNTELPA e sua importância para a radiodifusão pública na Amazônia. Em seguida, trazemos caracterização dos participantes da sociedade civil no conselho, os temas, frequência e decisões do conselho, na voz dos atores sociais em as entrevistas com suas opiniões sobre o conselho curador da FUNTELPA

### **4.1 - FUNTELPA e a Rede Cultura de Comunicação (TV, Rádio e Portal Cultura)**

O início da criação da FUNTELPA está no projeto de criação e implantação de uma rádio Onda Tropical (OT), na cidade de Belém, na década de 70, para alcançar o interior do estado. Nesse momento, o Brasil tinha muitos problemas de comunicação entre as regiões e as cidades. O que afligia o país rural daquele período eram as preocupações da integração do país como forma de maior controle da população, com objetivos de continuidade da ditadura. O rádio era um dos meios de comunicação privilegiado para a suposta integração e como técnica na resolução de sérios problemas nacionais como, a educação, as barreiras do analfabetismo, as dificuldades de comunicação entre os que deixavam a vida do campo e os que nela permaneciam (MALCHER; LIMA; VIDAL, 2010).

Segundo afirmam Malcher, Lima e Vidal (2010)<sup>3</sup>, em relatório de gestão da FUNTELPA, mesmo planejada pelo Governador Fernando José Leão Guilhon (1971-1975) e já tendo a concessão de um canal de TV e alguns equipamentos garantidos, o governador não criou a Fundação no período de sua gestão. Foi no governo de Aloísio Chaves (1975 a 1979) que a formalização da Fundação é sistematizado e acontece, em junho de 1977, ano em que se dá o nascimento da Fundação de Telecomunicações do Pará – FUNTELPA, com a tarefa de

---

3 - Trata-se do documento, intitulado "60 ANOS DA TV ABERTA NO BRASIL - RELATÓRIO DE GESTÃO FUNTELPA (2007-2020), que tem como autoras a presidente da Fundação na época, Regina Alves Lima, junto com as pesquisadoras Maria Ataíde Malcher e Marly Camargo Vidal. Disponível em: [http://rosepepe.com.br/acquerello/wp-content/uploads/2016/02/RELATORIO\\_FUNTELPA.pdf](http://rosepepe.com.br/acquerello/wp-content/uploads/2016/02/RELATORIO_FUNTELPA.pdf)

coordenar os serviços de Radiodifusão do Estado. A partir da lei 4.722, de 20/06/1977, o Governador criou a Fundação, pelo Decreto 10.133 e aprovou seu Estatuto.

Uma das tarefas repassada para a nova Fundação foi a gestão da Rádio Cultura do Pará Ondas Tropicais – OT. Antes, esse veículo de comunicação ficava sob responsabilidade do antigo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Pará – IDESP. Depois começou o projeto de implantação da Rádio Cultura FM (Frequência Modulada), fundada em 1985, e da TV Cultura, em 1987 (MALCHER; LIMA; VIDAL, 2010).

Malcher, Lima e Vidal (2010) lembram que a Rádio Cultura OT mantinha as operações em Marituba, na Região Metropolitana de Belém, na BR-316, local escolhido para o início dos projetos de constituição dos demais meios de comunicação pública que formariam a Rede Pública existente hoje. Em 1981, a FUNTELPA recebe sua sede em Belém, junto a da Imprensa Oficial do Estado (IOEPA), local da Fundação onde ficam os estúdios e são desenvolvidas as atividades da Rádio Cultura do Pará, da TV Cultura e do Portal Cultura. (MALCHER; LIMA; VIDAL, 2010).

A Rádio Cultura OT começou a compor o Sistema Nacional da Rede de Emissoras Educativas, em 1983. A partir de um convênio, a sede da Rádio Cultura, em 1982, saiu de Marituba para Belém. Em 1984, depois de entrar nesse sistema nacional, aconteceu uma formação de funcionários da fundação, dinamizando a produção local de conteúdos educativos. A Rádio Cultura FM foi fundada em 1985, com ênfase na música brasileira. Em 1987, temos a inauguração da TV Cultura do Pará. O estado ganhava assim um novo canal, "estabelecendo uma nova visão em telecomunicações, na radiodifusão e na cultura paraense. A marca registrada sempre foi programas em suas grades com uma identidade bem regional, educativo e cultural" (MALCHER; LIMA; VIDAL, 2010, p.96)

A Rede Cultura de Rádio foi formada em outubro de 2003, com isso a Fundação passou a alcançar 122 dos 143 municípios paraenses, através de emissoras de rádios afiliadas. Como explica o relatório de gestão da FUNTELPA (2007-2010), "Essa amplitude do sistema radiofônico paraense, além de propiciar informação e entretenimento aos diferentes municípios do Pará", buscava atuar diretamente "na oferta de oportunidade aos talentos locais que encontram nesses veículos lugar para divulgação de suas produções" (MALCHER; LIMA; VIDAL, 2010, p.96)

Em agosto de 2005, surgiu o terceiro veículo da Rede Cultura de Comunicação, o Portal Cultura ([www.portalcultura.com.br](http://www.portalcultura.com.br)), naquele momento, sob a presidência de Ney

Messias Jr (2003-2006). A ideia de inovação, criatividade e crossmídia era impulsionada pela gestão, criando o primeiro programa simultâneo na Rádio, TV e Portal Cultura, chamado “in Concert”, apresentado pelo próprio presidente da fundação. O foco principal era a interatividade por meio de recursos multimídia, naquele momento o MSN era a forma mais utilizada. Ao mesmo tempo, projetos como Terruá Pará e fomento para música local eram feitos com repercussão nacional (MALCHER; LIMA; VIDAL, 2010).

Durante a gestão de Ney Messias Jr (2003-2006), o Pará era governado por Simão Robson Jatene (PSDB) e trazia um forte discurso a favor das Organizações Sociais (OSs), uma criação de Bresser Pereira na reforma administrativa do Estado brasileiro na década de 1990. Segundo Almeida (2009), as OSs prometiam “alteração do modelo de prestação de serviços estatais sob o argumento de proporcionar-lhe mais eficiência por meio de uma maior autonomia gerencial e financeira.” Com essa ideia, o projeto seria transformar a FUNTELPA numa organização social, com uma parte pública e outra privada. Para isso, o Governo do Pará a transformou, através da Lei 6.725 de 28 de Fevereiro de 2005<sup>4</sup>, numa fundação de direito público:

A Fundação de Telecomunicações do Pará - FUNTELPA, instituída pela Lei nº 4.722, de 20 de junho de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 10.133, de 19 de junho de 1977, como entidade de direito privado, pertencente à administração indireta do Poder Executivo do Estado do Pará, passa a ter personalidade jurídica de **direito público**, vinculada à Secretaria Especial de Estado de Promoção Social, tendo por missão institucional desenvolver programas educacionais, culturais e informativos com o uso de sistemas integrados de rádio, de televisão e de novas tecnologias, mobilizando uma rede estadual de retransmissores comprometidos com o acesso democrático à informação, com vista à ampliação de conhecimentos, à educação, à valorização e ao fomento da cultura regional e do folclore para o exercício pleno da cidadania.(PARÁ, 2005)

Com isso, no ano seguinte, em 2006, foi feito o primeiro concurso da FUNTELPA com um quadro de cargos baseado no Regime Jurídico Único do servidores do estado. A derrota do candidato Almir Gabriel (PSDB), apoiado pelo Governador Simão Jatene, para a candidata Ana Júlia Carepa (PT) fez declinar o projeto original de transformar a FUNTELPA numa OS, voltando a ser na gestão seguinte, da jornalista Regina Lima, uma fundação pública de direito privado.

A jornalista e professora da UFPA Regina Lima foi a presidente das emissoras

---

4 - Lei Nº 6.725, de 28 de Fevereiro de 2005. Dispõe sobre a reestruturação da Fundação de Telecomunicações do Pará – FUNTELPA em a transforma em fundação pública. Disponível em: [http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei6725\\_2005\\_78957.pdf](http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei6725_2005_78957.pdf)

FUNTELPA durante o governo petista de Ana Júlia Carepa, entre os anos de 2007 e 2010. Segundo Cortez (2019):

Nesta gestão, a TV Cultura do Pará renovou sua programação e estabeleceu parcerias com os produtores independentes, por via de editais públicos, para realizar alguns dos seus conteúdos. Entraram no ar os programas *Sementes*, *Varadouro*, *Brasil da Amazônia*, *Regatão Cultural*, *Café Cultura*, *Invasão*, *Set 7 Independente*, *Vídeo-Verso*, *Cena Musical*, *Arquivo Cultura*, *Cinerama*, *Controvérsia*. Outros programas de destaque na casa foram mantidos, como o *Cultura Pai D'Égua* e o *Esporte Cultura*. No departamento de jornalismo, o *Jornal Cultura* passou a ter duas edições diárias (CORTEZ, 2019. p.24)

Esse mesmo movimento de renovação aconteceu na Rádio Cultura, com novos programas com um olhar mais jornalístico e maior participação das comunidades. Uma experiência significativa foi o programa “Cultura Reggae”, onde as pautas, entrevistas e programação musical, normalmente dedicadas a temas de direitos humanos, eram decididas pelos movimentos sociais de reggae da região metropolitana de Belém em conjunto com a produção do programa, em reunião dentro da emissora. Outros programas do período eram: “Matéria Prima”, “Fonograma”, “Cultura Viva”, “Bossa Nova, Novas bossas”, “Rotatividade”, “Jornal da tarde” e outros já tradicionais como “Clube do samba”, “Feira do Som” e “Balanço do rock”.

#### 4.2 – Formação e participação no Conselho Curador da FUNTELPA

Como dito anteriormente, em 2008, com a Lei Estadual 7.215<sup>5</sup>, há uma mudança de personalidade jurídica na FUNTELPA, que deixa de ser uma fundação pública de direito público: “Atualmente a FUNTELPA é um organismo público de direito privado, que tem como provedor de recursos diretos o Governo do Estado, facultando-se o ingresso de outros recursos, sob o amparo da lei específica reguladora do caráter das fundações.” (PORTAL CULTURA, 2020).

Essa novidade da gestão e da nova personalidade jurídica, associadas a velhos problemas administrativos, trouxeram novos desafios dentro e fora da instituição. Os funcionários passaram a ser contratados novamente através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), mas ainda coexistindo ao menos quatro regimes diferentes: estatutários, temporários, celetistas não-estáveis e celetistas estáveis, fora os contratos para cargos de

---

<sup>5</sup>Lei Nº 7.215, de 3 de Novembro de 2008, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará (DOEPA) em 7/11/2008. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/6643997/pg-1-executivo-1-diario-oficial-do-estado-do-para-doepe-de-07-11-2008>



confiança, os chamados Direção e Assessoramento (DAS). Outra novidade que a nova lei trouxe, e que é tema deste estudo, foi a instauração de uma gestão colegiada com os conselhos curador, fiscal, e de programação, marcando assim pela primeira vez a participação da sociedade civil e do representante dos funcionários da FUNTELPA dentro processo decisório dos veículos Cultura:

Art. 4º A Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA será gerida por um Conselho Curador e por uma Diretoria Executiva, cuja organização, competência, atribuição, normas de funcionamento e demais disposições serão definidas e detalhadas em seu Estatuto Social, observadas as normas legais aplicáveis.

**Parágrafo único. Na sua composição, a Fundação contará ainda com um Conselho Fiscal e um Conselho de Programação.**

Art. 5º O Conselho Curador, órgão de administração e orientação superior da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA será composto de **nove membros, sendo o Presidente da FUNTELPA membro nato, e quatro membros com notório saber e experiência comprovada na área de telecomunicações de livre indicação do Chefe do Poder Executivo Estadual**, e os demais quatro membros representando:

**I - três membros indicados pelas entidades da sociedade civil organizada, na forma do estatuto, sendo um, obrigatoriamente, indicado pelo Sindicato dos Jornalistas do Pará – SINJOR/PA;**

**II - um membro representante dos empregados,, da Fundação, escolhido na forma do Estatuto. (PARÁ, 2008, grifo nosso)**

As prerrogativas do Conselho Curador são muito abrangentes, incluindo orientação geral das ações e atividades da Fundação, questões orçamentárias e de pessoal, “ou qualquer outra matéria que lhe seja submetida, mesmo que não esteja prevista no estatuto social” (FUNTELPA, 2009). O Conselho Curador foi formado depois de alguns debates dentro e fora da FUNTELPA, sob forte inspiração no formato de gestão da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada no ano anterior, em 2007. A entidade da sociedade civil escolhida para ser membro nato do conselho, com seu nome inscrito na Lei estadual, foi o Sindicato dos Jornalistas. Somente depois de muito debate, os radialistas tiveram sua representação garantida.

O Conselho Curador da FUNTELPA teve sua configuração regulamentada pelo estatuto social da fundação, em 2009. Com características administrativas e de orientação superior, todos os membros do conselho seriam escolhidos pelo Governador do Estado, para mandatos de dois anos, podendo serem reconduzidos uma única vez. Os representantes da sociedade civil e dos funcionários da fundação deveriam ser indicados em lista tríplice pelas entidades a qual são integrantes.

As decisões do conselho seriam tomadas por maioria simples, mas em caso de empate o (a) presidente tem o direito a um voto de qualidade para o desempate e, para acontecer alguma deliberação, o quórum deve ser de maioria absoluta de seus membros. Dentro da divisão interna de tarefas, o Conselho tem a seguinte formação: um(a) Presidente, um(a) Vice-Presidente e um(a) Secretário(a).

Caberia ao Presidente do conselho o direito de representação, assim como a direção, supervisão de todas as atividades e convocação das reuniões. O Vice-Presidente assumiria as mesmas funções na ausência do Presidente. Já o Secretário, registraria as reuniões e seria responsável pela produção de qualquer documento relacionado à reunião do Conselho. A substituição de qualquer membro, em caso de afastamento de qualquer natureza, seria feita pelos suplentes, mas apenas com a convocação feita pelo próprio conselho.

O Conselho Curador foi criado com a prerrogativa de definir a política, diretrizes e orientação geral das ações e atividades da fundação. Isso inclui as propostas orçamentárias anuais, incluindo custeio e investimento. O Conselho também deveria fazer o plano de trabalho com aplicação de recursos, política de desenvolvimento institucional e gestão de trabalho da fundação para cada ano, o que também inclui plano de cargos e salários dos funcionários e reajustes salariais.

No dia 9 de janeiro de 2009, a Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, assina um decreto no dia 09 de janeiro de 2009, tendo sido republicado no D.O.E. nº 31.335, de 12 de janeiro de 2009<sup>6</sup>, dando posse aos membros do primeiro conselho curador da história da FUNTELPA, com a seguinte formação:

### **I – Representante da FUNTELPA:**

Titular: Regina Lucia Alves de Lima (Presidente)

Suplente: Valdemir Chaves de Sousa (Diretor Administrativo)

### **II- Representantes do Poder Executivo:**

Titular : Aldrin Moura Figueiredo (Professor da UFPA/Historiador)

Suplente: Antônio Carlos de Jesus dos Santos (Diretor da Rádio Cultura FM)

---

6 - O Decreto foi republicado por ter saído com o nome do Secretário de Comunicação que já não ocupava mais o cargo, o Pesquisador Fábio Castro.

Titular: Cândido Paraguassu de Lemos Éleres (Advogado/Pesquisador)

Suplente: Dimitri Azevedo Branquinho (Produção da TV Cultura)

Titular: Edilson Moura da Silva (Secretaria Estadual de Cultura)

Suplente: Úrsula Emanuelle Ferreira (Secretaria Estadual de Cultura)

Titular: Paulo Roberto Ferreira (Secretário de Comunicação)

Suplente: João Batista Vital de Castro (Secretaria de Comunicação)

### **III – Representantes da Sociedade Civil:**

#### **a) Sindicato do Jornalistas (SINJOR-PA)**

Titular: Sheila Cristina Faro Reis

Suplente: Simone Cristina Arrifano Romero

#### **b) Sindicato dos Radialistas (STERT/PA) - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão, Produtos de Áudio e/ou Vídeo, Televisão a Cabo**

Titular: Luiz Nonato da Silva Cunha

Suplente: Antonio Celso Vasconcelos Mendonça

#### **c) Centro de Estudos e Práticas de Educação Popular (CEPEPO)**

Titular: Ilma Cristina Bittencourt Rodrigues

Suplente: José Maria Lopes Oeiras

#### **e) Representantes dos funcionários da FUNTELPA**

Titular: Edivaldo Rodrigues

Suplente: José Maria Vieira da Silva

A formação do Conselho Curador da FUNTELPA teve uma composição um pouco limitada em número de membros e de abrangência de áreas de conhecimento em relação a outros conselhos, como o da EBC (22 membros<sup>7</sup>) e Fundação Padre Anchieta (47 membros),

7 - Cartilha sobre o Conselho Curador da EBC - [https://www.ebc.com.br/sites/\\_institucional/files/cartilha.pdf](https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/cartilha.pdf)

este último o mais sólido e longevo conselho de emissora pública de comunicação do país (SERIDÓRIO, 2021).

Como dito antes, no Conselho Curador da FUNTELPA, o Sindicato dos Jornalistas é a única entidade com lugar cativo no conselho e escrito na lei. A formação inicial do Conselho trazia também o CEPEPO - Centro de Estudos e Práticas de Educação Popular, com uma tradição, desde a década de 1980, em formar jovens da periferia, particularmente do bairro do Guamá<sup>8</sup>, na linguagem audiovisual. Também a presença do Sindicato dos Radialistas, que trouxe uma participação mais militante e de combate para o conselho, esta entidade, criada ainda na década de 1960, foi responsável pela única greve da fundação até hoje, e por último, o representante dos empregados da fundação, o único eleito pelo voto direto na urna até hoje.

A comparação com outras emissoras estaduais é importante para termos parâmetros para a análise da composição do Conselho Curador da Funtelpa. Para isso, trazemos de forma breve as composições e algumas dinâmicas dos conselhos curadores da Fundação Padre Anchieta (TV Cultura de São Paulo), Rede Minas e Empresa Pernambuco de Comunicação. A escolha por esses veículos de comunicação deu-se por serem emissoras estaduais já tradicionais com uma trajetória relevante na Radiodifusão Pública nacional e com forte impacto onde atuam.

Começando pela Fundação Padre Anchieta, que tem como integrante a TV Cultura (SP), dispõe de Conselho Curador desde 1968, com a participação de 47 membros representantes de grupos organizados e instituições, incluindo reitores das universidades estaduais públicas e privadas paulistas, instituições e sociedades de ciência e pesquisa, além representantes de cultura e educação dos poderes legislativo e executivo estadual. Segundo o regimento interno<sup>9</sup> do Conselho (REGIMENTO DO CONSELHO CURADOR DA FPA, 2005):

Art. 5º. São membros natos:

1. o Presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo;
2. o Presidente da Comissão de Cultura da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo;
3. o Secretário de Estado da Cultura;

---

8 - O bairro do Guamá é o mais populoso de Belém. Apresenta altos índices de violência urbana mas também uma forte concentração cultural com grupos de carimbó, terreiros, bois e pássaros juninos.

9 - Regimento interno do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, 2005 - [https://tvcultura.com.br/upload/fpa/regimento/20180405091352\\_regimento-interno-fpa.pdf](https://tvcultura.com.br/upload/fpa/regimento/20180405091352_regimento-interno-fpa.pdf)

4. o Secretário de Estado da Educação;
5. o Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda;
6. o Secretário da Educação do Município de São Paulo;
7. o Secretário da Cultura do Município de São Paulo;
8. o Reitor da Universidade de São Paulo;
9. o Reitor da Universidade Estadual de Campinas;
10. o Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho";
11. o Reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
12. o Reitor da Universidade Mackenzie;
13. o Presidente do Conselho Estadual de Educação;
14. o Presidente do Conselho Estadual de Cultura;
15. o Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo;
16. o Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;
17. o Presidente da União Brasileira de Escritores;
18. o Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior ou representante especialmente credenciado;
19. o Presidente da União Estadual dos Estudantes;
20. o Coordenador Geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais ou representante especialmente credenciado.

Além desses conselheiros natos, existem 3 vitalícios, 23 eletivos e um representante dos funcionários da fundação. No site da Padre Anchieta é possível encontrar um local específico onde é possível visualizar as deliberações, atividades e funções do Conselho.

Comparativamente, percebemos que o Conselho Curador da FUNTELPA, no que diz respeito à abrangência de áreas da sociedade envolvidas, é também mais limitado, sem representantes da área da Educação - universidades, sociedades científicas ou instituições de pesquisa - mais a exemplo do Conselho Curador da Rede Minas, que também tem uma participação social mais restrita em relação ao da Fundação Padre Anchieta.

O Conselho Curador da Rede Minas tem uma configuração com apenas uma vaga para um cidadão e ainda indicado pelo Governador. Fazem parte também o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado de Minas Gerais, entidades empresariais e patronais, além do curso de Jornalismo, mais os membros natos. (SERIDÓRIO, 2021). Nota-se, portanto, que o conselho curador da FUNTELPA tem algumas similaridades com o conselho da Rede Minas: uma composição com menos de 10 membros e com muitas indicações do poder executivo, porém sem a participação de entidades e representantes do setor da Educação, como acontece com o conselho mineiro. O Decreto 47.747, de 07/11/2019<sup>10</sup> define como conselheiros da Rede Minas:

---

10 - Decreto 47.747 de 07/11/2019 - Estatuto da TV Minas  
<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=47747&ano=2019&tipo=DEC>

Art. 5º São membros do Conselho Curador:

I – membros natos:

- a) o Secretário de Estado de Cultura, que é seu Presidente;
- b) o Subsecretário de Comunicação Social da Secretaria de Estado de Governo, que é o seu Vice-Presidente;
- c) o Presidente da TV MINAS, que é seu Secretário Executivo;
- d) um representante da Secretaria de Estado de Educação, indicado por seu titular;

II – membros designados:

- a) um representante das instituições de ensino superior, com curso regular de jornalismo, com sede em Minas Gerais;
- b) um representante das entidades da classe empresarial do Estado;
- c) um representante do Sindicato dos Jornalistas do Estado de Minas Gerais, do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado de Minas Gerais e do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Estado de Minas Gerais, escolhido, preferencialmente, entre funcionários da TV MINAS; e
- d) um cidadão de ilibada reputação e de destacada atuação na área cultural, indicado pelo Governador. (MINAS GERAIS, 2019)

Já a Empresa Pernambuco de Comunicação (EPC), administradora da TV Pernambuco, traz um modelo de participação com eleição de representantes na base. Ela é organizada por uma comissão eleitoral da EPC em voto direto em cédula na urna. São eleitos delegados por entidades habilitadas que aparecem nas listas de votantes e têm direito de votar em até 3 candidatos. É um modelo bem democrático de eleição da sociedade civil <sup>11</sup>, em comparação com outros conselhos, apesar de sua composição pouco abrangente, em comparação com a Padre Anchieta. Outra questão nesse aspecto, é que entre os 23 membros eletivos da Fundação Padre Anchieta só podem concorrer os candidatos que tenham a indicação subscrita no mínimo por oito conselheiros eleitos ou vitalícios e registrada junto à Mesa Diretora do Conselho Curador e são votados apenas pelo próprio conselho. As duas formas são diferentes do conselho da FUNTELPA, em que os membros da sociedade civil são escolhas diretas do poder executivo. O Conselho de Administração da Empresa Pernambuco de Comunicação delibera sobre várias questões da organização interna. (SERIDÓRIO, 2021). É composto da seguinte maneira, segundo a Lei Estadual nº14.404/2011, assinada pelo falecido Governador Eduardo Campos:

Art. 9º O Conselho de Administração, órgão de caráter deliberativo com competência para definir e estabelecer as diretrizes gerais e políticas de atuação da empresa, será formado por 13 (treze) membros e respectivos suplentes nomeados pelo Governador do Estado.

---

11 - Edital para eleição da representação da Sociedade Civil no Conselho de Administração da Empresa Pernambuco de Comunicação – Biênio 2021-2023 [https://portalepc.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Edital-para-Elei%C3%A7%C3%A3o-da-Representa%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-Civil-no-Conselho-de-Administra%C3%A7%C3%A3o-da-EPC\\_Bi%C3%AAnio-2021-2023-1.pdf](https://portalepc.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Edital-para-Elei%C3%A7%C3%A3o-da-Representa%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-Civil-no-Conselho-de-Administra%C3%A7%C3%A3o-da-EPC_Bi%C3%AAnio-2021-2023-1.pdf)

§ 1º Os titulares e suplentes do Conselho de Administração serão escolhidos dentre brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, de reputação ilibada e reconhecido espírito público, da seguinte forma:

I - 1 (um) representante de cada uma das Secretarias de Estado da Ciência e Tecnologia, da Cultura, da Casa Civil, da Educação, da Procuradoria Geral e da Imprensa, indicado pelo Governador do Estado;

II - 1 (um) representante da Associação Municipalista do Estado - AMUPE, indicado por sua Diretoria;

III - 6 (seis) representantes da sociedade civil, indicados na forma do Estatuto, segundo critérios de pluralidade de experiências profissionais e representatividade da diversidade cultural do Estado. (PERNAMBUCO, 2011)

### 4.3 - Vozes da sociedade civil dentro do Conselho: atores envolvidos

A participação da sociedade civil foi a grande novidade do novo desenho institucional da FUNTELPA depois de 2008. Nessa parte do trabalho, destacamos organizações e seus membros que fizeram parte do Conselho Curador da FUNTELPA, em diálogo e conflito com a gestão. Um deles foi o **CEPEPO – Centro de Estudos e Práticas de Educação Popular**, uma Organização Não-Governamental (ONG), surgida no início da década de 80, em Belém, com o encontro dos educadores Gileno Palmeira, Rosa Palmeira, e a holandesa Magdalene Westerveld, membro da Congregação *Irmãs Missionárias Médicas*, a qual veio para o Brasil, no final da década de 70, para conhecer melhor as ações de Paulo Freire com as classes populares. (JESUS, 2001)

A produção audiovisual sempre foi uma constante na sua forma de atuar. Em várias produções feitas com e para os estudantes de periferia, o contato com o método freireano sempre era obrigatório e traziam a vivência diária com a população do bairro onde moravam (JESUS, 2001). No Conselho Curador, participaram o ativista da ONG Ação da Cidadania contra Fome, e ambientalista, José Oeiras<sup>12</sup>, suplente no Conselho Curador da educadora e profissional de cinema e vídeo, Ilma Bittencourt, membro titular e secretária do conselho da FUNTELPA.

Outra entidade a integrar o Conselho Curador da FUNTELPA como representante da sociedade civil, foi o Sindicato dos Radialistas do Pará. Suas raízes estão no início da década de 1960, quando um grupo de amigos resolveu reunir os radialistas para fundar uma associação, objetivando debater os problemas e soluções para a categoria. Passaram-se dois anos de discussões e reuniões para no dia 24 de Março de 1964 (uma semana antes do Golpe Militar), fosse expedida a Carta Sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de

12 - Oeiras tem 58 anos, nasceu em Marapanim, mas veio ainda criança para Belém. Estudou em escolas públicas, fez faculdade de filosofia e é educador ambientalista. Foi da juventude católica, ligado às comunidades eclesiais de base, é um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no Pará. Sempre com a visão da educação popular e comunicação popular, chegou ao CEPEPO em 2001, onde começou a ter uma atuação mais ambiental.

Rádiodifusão e Televisão de Belém do Pará. No ano de 1985, o então presidente do sindicato, Carlos Cavalcante da Silva, comprou com seus recursos e doou para o sindicato a primeira sede própria.

Um dos momentos mais importantes para o sindicato foi a greve na FUNTELPA, durante a gestão do governador Carlos Santos (1994), eleito vice de Jader Barbalho, que assumiu quando Jader decidiu disputar uma vaga ao Senado. Os funcionários ficaram com salários atrasados e foram mais de 30 dias de paralisação, com direito a tirar os veículos da Rede Cultura do ar, com a leitura da plataforma de reivindicações dentro do programa Sem Censura Pará, pela jornalista Márcia Freitas.

Desde esse episódio, os radialistas capitaneados pelo sindicato da categoria ficaram muito conhecidos por sua combatividade militante. Entretanto, apenas em 19 de novembro de 2011 foi publicada a Certidão garantindo-lhes o direito de representar os trabalhadores da categoria em todo o estado do Pará, superando judicialmente um questionamento do sindicato patronal, que afirmava que o sindicato representaria tão somente os profissionais da capital.

Os representantes do Sindicato dos Radialistas dentro do Conselho Curador da FUNTELPA foram Luiz Nonato da Silva Cunha (Titular) e Antonio Celso Vasconcelos Mendonça (Suplente), e tiveram a mais regular das participações, inclusive em várias reuniões, com a presença de ambos os membros. Segundo entrevista com Luiz Cunha, os radialistas inicialmente não estariam representados no Conselho, sendo necessário uma articulação política junto ao governo, que resultou numa intervenção da própria Governadora Ana Júlia Carepa, para que o sindicato fossem incluídos no seu conselho curador

**O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Pará**, única entidade indicada como membro nato dentre as três vagas destinadas à representação da sociedade civil do Conselho Curador, teve uma participação mais descontínua ao longo do período analisado. O Sinjor-PA foi fundado em 1950, seu primeiro presidente foi Pedro da Silva Santos.<sup>13</sup> A trajetória do SINJOR, descrita em seu órgão de imprensa, O Jornalista, traz momentos contraditórios de um sindicato que apoiou a posse do governador Aloísio Chaves (1975), por via indireta no regime militar<sup>14</sup>, e promovia eventos esportivos, ao mesmo tempo em que

---

13 - também presidiram o sindicato nomes como os jornalistas João Marques, Lúcio Flávio Pinto, Mário da Rocha, Raimundo Pinto, Caetana da Silva, Carmem Lúcia, Roberta Vilanova

14 - Aloísio da Costa Chaves havia sido também reitor da UFPA no período de maior repressão ao movimento estudantil. "Em 1975 tornou-se governador do Pará por via indireta, na legenda da Arena. Sua indicação foi articulada por Petrônio Portela e pelo general Ernesto Geisel, para que conciliasse as divergências entre os líderes arenistas Jarbas Passarinho e Alacid Nunes."(CPDOC/FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aluisio-da-costa-chaves>



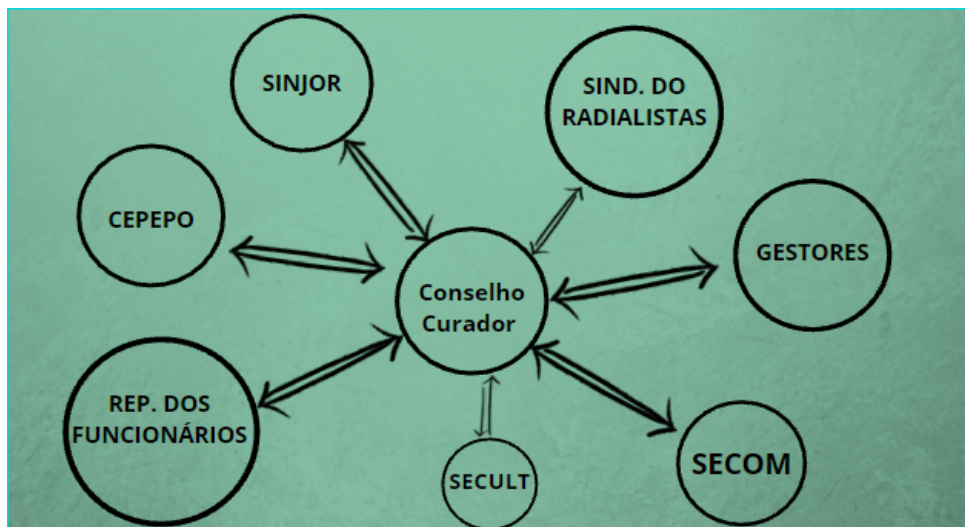
trazia conteúdos sobre o futuro da carreira jornalística em análises desafiadoras para o período da ditadura. Em 2013, integrantes do sindicato fizeram parte da Comissão da Verdade dos Jornalistas, trazendo à tona grandes histórias de perseguição e tortura a vários profissionais paraenses.

O SINJOR - Pará, é a única entidade da sociedade civil que é membro nato do conselho, com seu nome inscrito na lei estadual que cria os conselhos da FUNTELPA. Sheila Cristina Faro Reis foi a escolhida para representar a entidade como titular e Simone Cristina Arrifano Romero como suplente.

Por último, a representação dos funcionários da FUNTELPA foi escolhida em voto direto em cédulas na urna, mobilizando toda a Fundação. Edvaldo dos Santos, naquele momento ainda era funcionário da FUNTELPA, lotado no departamento de recursos humanos, e administrador com grande simpatia dentro da fundação, venceu fácil a disputa contra o Jornalista José Vieira, apoiado pela gestão, que era apresentador do Jornal da Manhã da Rádio Cultura e ficou como suplente.

Os demais membros são representantes do Poder Executivo, vindos da Secretaria de Estadual de Comunicação- SECOM, Secretaria Estadual de Cultura - SECULT, pessoas com pesquisa e conhecimento em direito, comunicação, história da imprensa e da própria gestão da FUNTELPA. Importante lembrar que segundo a Lei que criou o Conselho Curador, estas pessoas deveriam ter "notório saber e experiência comprovada na área de telecomunicações" e seriam "de livre indicação do Chefe do Poder Executivo Estadual".

Figura 2 - Entidades da Sociedade Civil e Poder Executivo no Conselho da FUNTELPA



Fonte: Elaboração Própria

#### 4.3.1 - Funcionamento do conselho: diálogo?

Durante a pesquisa, entrevistamos, de forma online, via aplicativo Zoom, alguns dos representantes da sociedade civil para entender qual era a percepção deles sobre a participação dentro do Conselho Curador. Conversamos com Luiz Cunha, do Sindicato de Radialistas, na noite do dia 11 de Junho de 2021; com a jornalista Sheila Faro, do Sinjor – Pará, na manhã dia 11 de Junho de 2021; com José Oeiras, do CEPEPO, na noite do dia 23 de Agosto e 2021, além de Edvaldo dos Santos, representante dos funcionários da FUNTELPA, na noite do dia 25 de Agosto de 2021 e também com Professora da UFPA, Regina Lima, então presidente da Fundação e do Conselho Curador, na manhã do dia 16 de Junho de 2021. Todos membros titulares no Conselho Curador no período analisado por este estudo (2009/2010), com exceção de José Oeiras, que substituiu a titular, Ilma Bittencourt ao final do período analisado, sob a justificativa que teria mais experiência acumulada em conselhos e reuniões dessa natureza. A partir de agora eles serão identificados pela função e entidade que representam

Segundo relato do representante do sindicato dos radialistas, existiriam muitos "ruídos" entre a então gestão da FUNTELPA e o Sindicato dos Radialistas, porque alguns membros estavam em cargo de direção e assessoramento (DAS) na Fundação e uma das exigências seria que deixassem o sindicato, o que gerou animosidade desde o início da gestão até a implementação do Conselho. Como dito acima, chegou ao ponto de ter havido a necessidade da intervenção da chefe do executivo estadual para que a entidade dos radialistas tivesse assento no Conselho Curador.

O representante do Cepepo, por outro lado, cita o que seria um problema em todas as gestões da FUNTELPA, a questão da postura "chapa branca" da empresa pública, com pouca problematização e independência diante dos chefes do executivo, o que estaria comprometendo a emissora. Tal situação, aconteceria na abordagem do jornalismo em relação ao executivo estadual, com raras vozes contraditando a fala oficial na cobertura diária, também desmarcar entrevista com adversários políticos do governo de turno.

Segundo Pieranti (2018), esse problema das emissoras que não possuem uma forma complexa de eleição de seus dirigentes e falta de estabilidade em cargos de direção em emissoras públicas é um das questões fundamentais a serem analisadas na configuração das empresas de radiodifusão e que levam à falta de independência, porque os funcionários estão sujeitos a perderem o cargo a qualquer momento e a se reportarem a uma única autoridade.

### 3.3.2 - Temáticas, frequência e efetividade

As reuniões do Conselho Curador da FUNTELPA eram bimestrais mas existiam reuniões extraordinárias sempre que precisavam debater temas mais profundos. A primeira tarefa dos empossados seria aprovar um estatuto social detalhado, baseado na nova personalidade jurídica de fundação pública de direito privado e regulamentar o funcionamento do conselho curador, fiscal e de programação e outras instâncias decisórias, além de aprovar a divisão das tarefas dentro do conselho, com a jornalista e professora da UFPA, Regina Lima, sendo eleita para a Presidência, Paraguassú Éleres como Vice- Presidente e Ilma Bittencourt como Secretária, o que gerou a necessidade de 3 reuniões seguidas e uma extraordinária para que fosse aprovado. (Ata de reunião do conselho curador, 2009)

O representante dos funcionários da FUNTELPA relata que o tema da expansão do sinal da TV Cultura do Pará, com a retomada das retransmissoras nos municípios e o fim do convênio com a TV Liberal (Globo), sempre estava presente nas reuniões do Conselho como informe das ações da gestão. Isso também foi confirmado pelo representante dos radialistas, que disse que teria sido o seu Sindicato o primeiro a impulsionar a campanha contra o convênio polêmico.

Tal acordo consistia em que a FUNTELPA, além de ceder sua estrutura para transmitir o sinal da TV Liberal/Rede Globo, também pagava 400 mil reais por mês para a empresa da família Maiorana pelo conteúdo transmitido da Rede Globo (Zanatta, 2007)<sup>15</sup>. Esse convênio durou 10 anos, iniciado no governo do PSDB de Almir Gabriel (1995-2002). No final do governo do PSDB de Simão Jatene (2003-2006), no dia 31 de dezembro de 2006, o convênio é renovado pelo então Presidente da Fundação, Ney Messias Jr, gerando críticas profundas. A Retransmissora da Rede Globo, a TV da família Maiorana, tradicional grupo de Comunicação no Pará, se beneficiou do contrato milionário - comprovadamente lesivo ao erário público, chegando a receber R\$ 37 milhões de reais dos cofres públicos. Por volta de 80 municípios no Pará recebiam o sinal da Globo através das antenas públicas da FUNTELPA. (ZANATTA, 2007)

Outro tema importante debatido dentro do conselho foi a questão do novo concurso público, em que os novos cargos tinham que ter novas faixas salariais, mais altas e aproximadas do mercado como celetistas. (Ata de reunião do conselho curador, 2009). Essa

15 - ZANATTA, C. TV Cultura do Pará pagava a TV Liberal pelo conteúdo Globo, Observatório de Imprensa, 2007, Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/tv-cultura-do-para-pagava-a-tv-liberal-pelo-conteudo-globo/>

questão gerou uma anomalia, porque coexistiam vários regimes de contrato na fundação e os funcionários estatutários não foram contemplados com essa vantagem, ficando com salários mais baixos do que os futuros funcionários do concurso público realizado em 2010, criando um ambiente onde funcionários com a mesma função, na mesma empresa, tinham salários diferentes.(Ata de reunião do Conselho Curador, 2009; 2010).

Observa-se, a partir das presenças e ausências nas reuniões do Conselho, indicadas nas oito atas disponibilizadas pela FUNTELPA para este estudo, que existia muita rotatividade entre suplentes e titulares dentro do Conselho, de nove membros, o que teoricamente poderia levar a uma falta de acúmulo e, portanto, conseqüente descontinuidade nas discussões dos temas em pauta. Também observa-se, o esvaziamento no decorrer do processo, em que reuniões eram adiadas por falta de quórum, mostrando pouco compromisso com o espaço público que o Conselho Curador representava, mesmo diante de temas centrais como a aprovação do regimento do Conselho Curador e a equiparação salarial dos funcionários da fundação. As ausências e suplências mais recorrentes foram entre os representantes do Executivo e o Sindicato dos Jornalistas.

Quadro 1 – Participantes, temas e resoluções das Reuniões do Conselho Curador da FUNTELPA (2009-2010)

<b>Data</b>	<b>Participantes</b>	<b>Tema/pauta</b>	<b>Resoluções</b>
02/02/2009 (1ª ordinária)	<p><b>Representante da FUNTELPA</b></p> <p>1 Regina Lima (Gestão – Titular)</p> <p><b>Representante do Executivo</b></p> <p>1 Paraguaçu Éleres (Poder Executivo – Titular)</p> <p>2 Aldrin Figueiredo (Poder Executivo – Titular)</p> <p>3 João Castro (Poder executivo - Suplente),</p> <p>4 Ursula Pereira (Secretaria Estadual de Cultura - Suplente),</p> <p><b>Representantes da Sociedade Civil</b></p> <p>1 Ilma Rodrigues (CEPEPO- Titular)</p> <p>2 Luiz Cunha (Sindicato dos Radialistas- Titular)</p> <p>Celso Mendonça (Sind. Radialistas - suplente)</p> <p>3 Simone Romero (Sinjor – suplente)</p> <p><b>Representante dos funcionários</b></p> <p>1 Edvaldo dos Santos (Titular),</p>	Aprovação do estatuto social da FUNTELPA / / Escolha do presidente, vice e secretária	

<p>06/02/2009 (2ª ordinária + 1ª extraordinária)</p>	<p><b>Representante da FUNTELPA</b> 1 Regina Lima (Gestão- titular),</p> <p><b>Representantes do Executivo</b> 1 Paraguaçu Éleres (Poder Executivo – Titular) 2 Aldrin Figueiredo (Poder Executivo – Titular) 3 João Castro (Poder Executivo – Suplente) 4 Úrsula Pereira (Secretaria Estadual de Cultura - Suplente)</p> <p><b>Representantes da Sociedade civil</b> 1 Ilma Rodrigues (CEPEPO - Titular) 2 Luiz Cunha (Sind. Radialistas – Titular) 3 Sindicato dos Jornalistas: ausente</p> <p><b>Representante dos funcionários</b> 1 <b>Edvaldo dos Santos (Titular)</b></p>	<p>Aprovação do estatuto social da FUNTELPA / / Escolha do presidente, vice e secretária</p>	<p>-Estatuto aprovado por unanimidade - Regina (presidente), Paraguaçu (vice), Ilma (secretária)</p>
<p>10/03/2009 (3ª ordinária)</p>	<p><b>Representante da FUNTELPA</b> 1 Regina Lima (Gestão - titular),</p> <p><b>Representantes do Executivo</b> 1 Paraguaçu Eleres (Poder Executivo – Titular) 2 Aldrin Figueiredo (Poder Executivo- Titular) 3 João Castro (Poder Executivo – Suplente) 4 Ursula Pereira (Secretaria Estadual de Cultura - Suplente)</p> <p><b>Representantes da sociedade civil</b> 1 Ilma Rodrigues (CEPEPO- Titular) 2 Luiz Cunha (Sind. Radialistas – Titular) Celso Mendonça (Sind. Radialistas - Suplente) 3 Simone Romero (Sinjor – Suplente)</p> <p><b>Representante dos funcionários</b> 1 Edvaldo dos Santos (Titular)</p>	<p>Informes sobre as inaugurações das novas retransmissoras; Problemas com pagamentos com a Rede Cultura de Rádio; Opiniões sobre a programação da TV Cultura.</p>	

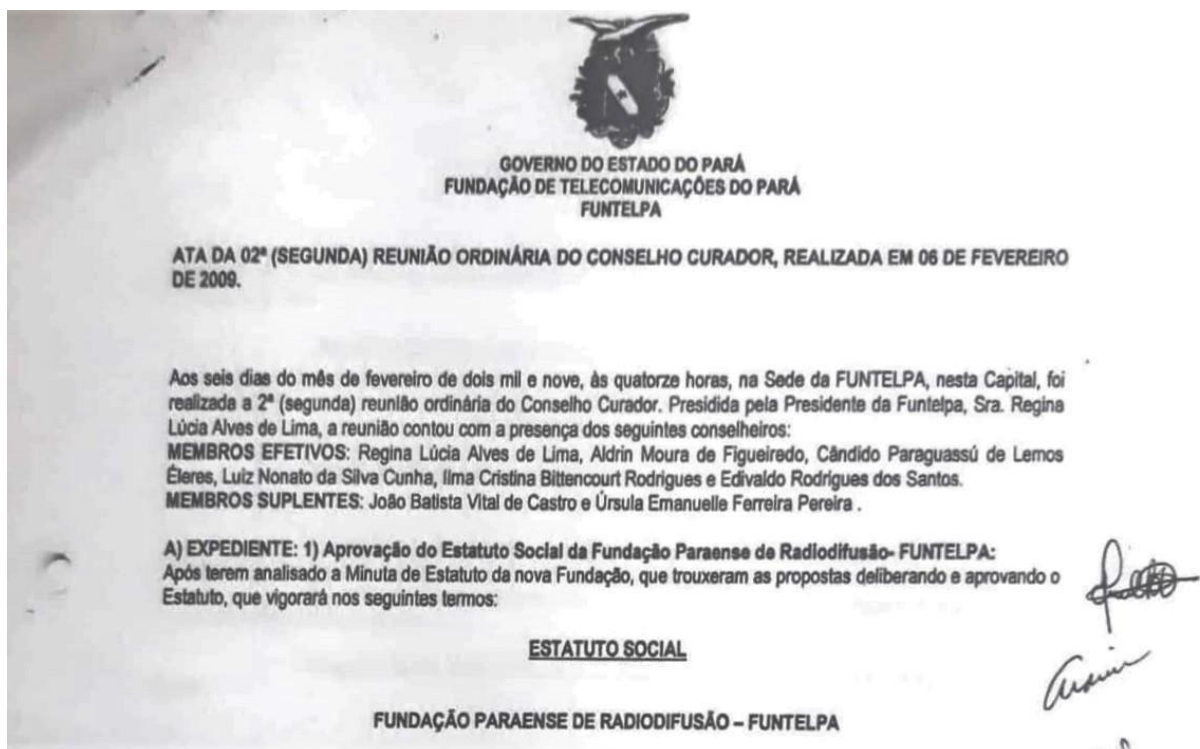
<p>22/05/2009 (4ª ordinária)</p>	<p><b>Representante da FUNTELPA</b> 1 Regina Lima (Gestão - Titular)</p> <p><b>Representantes do Executivo</b> 1 Ausente 2 Ausente 3 Ausente 4 Ausente</p> <p><b>Representantes da Sociedade civil</b> 1 Ilma Rodrigues (CEPEPO – Titular) 2 Luiz Cunha (Sind. Radialistas - Titular) 3 Sheila Faro (Sinjor – Titular)</p> <p><b>Representante dos funcionários</b> 1 Edvaldo dos Santos (Titular)</p>	<p>Informes sobre a paralisação do concurso sob a questão de desvio de função; Luiz Cunha pediu a que a FUNTELPA estivesse na etapa estadual da Confecom; pedidos para que a fundação oferecesse cursos de TV Digital para funcionários.</p>	
<p>22/01/2010 (7ª Ordinária)</p>	<p><b>Representante da FUNTELPA</b> 1 Valdemir Chaves (Gestão - Suplente)</p> <p><b>Representantes do Executivo</b> 1 Paraguassú Éleres ( Titular) 2 Úrsula Pereira(Secretaria Estadual de Cultura - suplente) 3 Ausente 4 Ausente</p> <p><b>Representantes da Sociedade civil</b> 1 Ilma Rodrigues (CEPEPO – Titular) 2 Celso Mendonça (Sind. Radialistas – Suplente) 3 Sindicato do Jornalistas - Ausente</p> <p><b>Representante dos funcionários</b> 1 Edvaldo dos Santos (Titular)</p>	<p>Informes sobre futebol no interior e melhora da imagem; Debate sobre o concurso, Regimento interno. equiparação salarial e reenquadramento (CLT), início das obras do novo prédio</p>	

<p>11/02/2010 (8ª ordinária)</p>	<p><b>Representante da FUNTELPA</b> 1 Valdemir Chaves (Gestão – Suplente)</p> <p><b>Representantes do Executivo</b> 1 Ausente 2 Ausente 3 Ausente 4 Ausente</p> <p><b>Representantes da Sociedade civil</b> 1 Ilma Rodrigues (CEPEPO – Titular) 2 Celso Mendonça (Sind. Radialistas - Suplente) 3 Sindicato dos Jornalistas - Ausente</p> <p><b>Representante dos funcionários</b> 1 Edvaldo dos Santos ( Titular)</p>	<p>Aprovação do Regimento interno</p>	<p>Adiada (falta de quórum)</p>
<p>18/02/2010 (9ª extraordinária)</p>	<p><b>Representante da FUNTELPA</b> 1 Regina Lima (Gestão-Titular)</p> <p><b>Representantes do Executivo</b> 1 Paulo Roberto (Gestão – Titular) 2 Paraguassú Éleres (Poder Executivo – Titular) 3 Ursula Pereira (Secretaria Estadual de Cultura - suplente) 4 Ausente</p> <p><b>Representantes da Sociedade civil</b> 1 José Oeiras (CEPEPO – Suplente) 2 Luiz Cunha (Sind. Radialistas - Titular) 3 Sheila Faro (Sinjor - titular)</p> <p><b>Representante dos funcionários</b> 1 Edvaldo dos Santos (Titular)</p>	<p>Aprovação do regimento interno e resolução de equiparação</p>	<p>Adiada (Membros não conheciam o texto do regimento interno e da resolução )</p>

09/03 2010 (10ª ordinária)	<p><b>Representante da FUNTELPA</b> Regina Lima (Gestão - Titular), <b>Representantes do Executivo</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1 Paraguassú Éleres (Poder Executivo - Titular)</li> <li>2 Paulo Roberto (Gestão - Titular).</li> <li>3 Ausente</li> <li>4 Ausente</li> </ol> <p><b>Representantes da Sociedade civil</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1 CEPEPO - Ausente</li> <li>2 Luiz Cunha (Sind. Radialistas - Titular)</li> <li>3 Sindicato dos Jornalistas - ausente</li> </ol> <p><b>Representante dos funcionários</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1 Edivaldo dos Santos (Titular)</li> </ol>	Resolução 002/2010 equiparação salarial dos Celetistas à nova lei da fundação	Aprovada por unanimidad e a equiparaçã o salarial
-------------------------------	--	---	---

Fonte: elaboração própria.

Figura 3 - Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da FUNTELPA - 06.02.2009



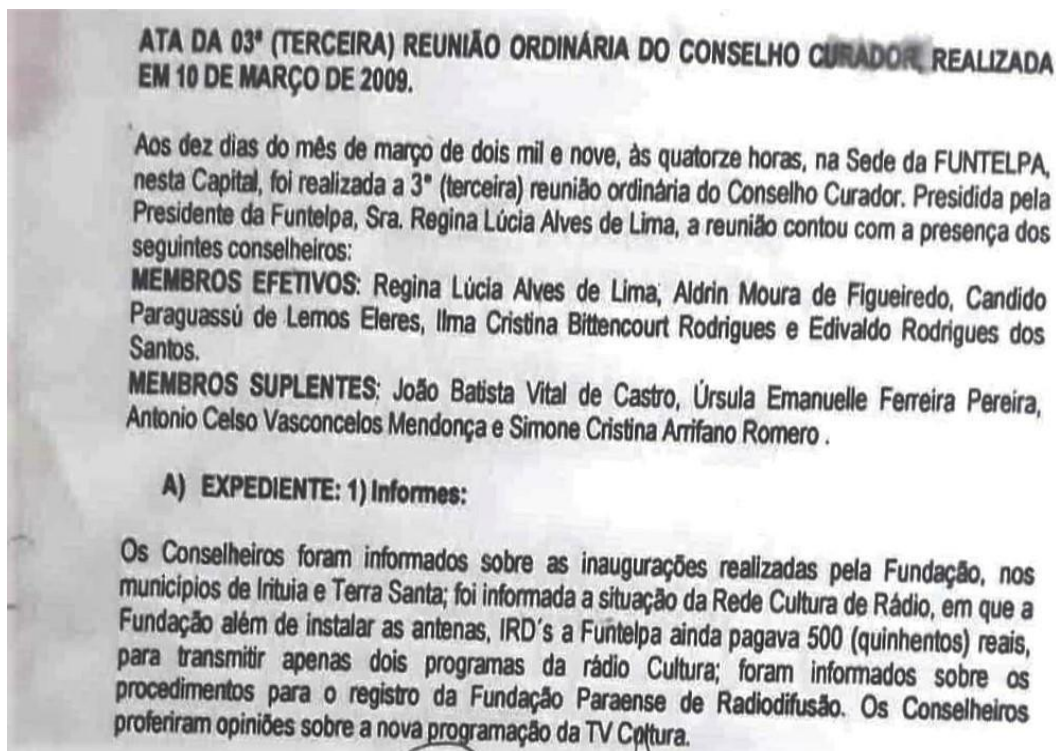
Fonte: Arquivo FUNTELPA

Uma das primeiras missões estratégicas da gestão do conselho curador foi aprovar o Estatuto Social da Fundação Paraense de Radiodifusão, nesse documento foi regulamentada o



que ficou genérico ou obscuro na Lei Estadual 7.215 de 2008. Questões de recursos, patrimoniais e o regime de trabalho figuravam no documento. O Conselho Curador ganhou uma seção inteira para detalhar a sua missão e atribuições, além de trazer com clareza o novo desenho institucional com a diretoria executiva à frente do cotidiano da fundação, mas com diálogo com Conselho Curador, fiscal e de programação. Foram necessárias três reuniões para a aprovação, uma ordinária e outra extraordinária para debater e ajustar a proposta até chegar na terceira (a segunda ordinária), num intervalo de quatro (quatro) dias. Essa reunião contou com o quórum máximo de nove participantes, o que, juntamente com a frequência das reuniões, demonstra o engajamento dos membros nos primeiros meses após a instalação do conselho.

Figura 4 - Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da FUNTELPA - 10.03.2009



Fonte: Arquivo FUNTELPA

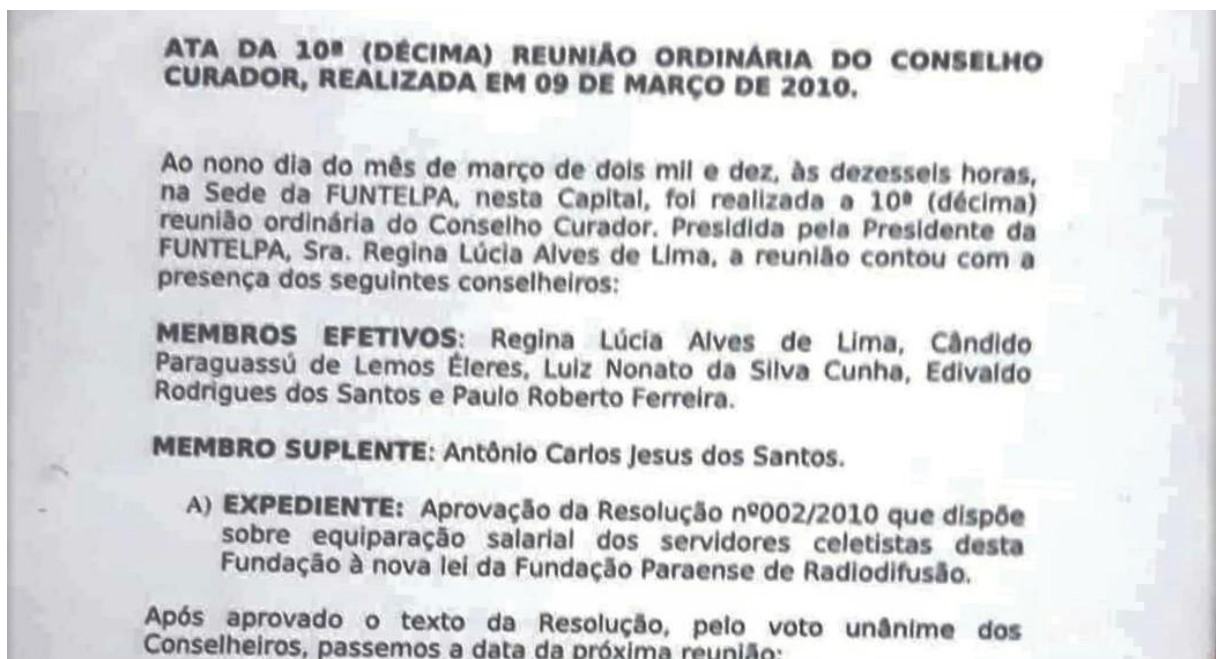
A ata da terceira reunião ordinária do Conselho Curador da FUNTELPA (10 de março de 2009), expressa o contexto que a fundação estava vivendo após a suspensão do convênio com TV Liberal (Globo), com a inaugurações de novas retransmissoras em todas as regiões do estado do Pará. Foram anunciadas retransmissoras nos municípios de Irituia e Terra Santa. O relatório de gestão da FUNTELPA (2007-2010) informa que até 2010 estavam em pleno

funcionamento 79 repetidoras ou retransmissoras do sinal da TV da Cultura no Pará.

Outra questão constante daquele período e que aparece citado, ainda que brevemente na ata, era o fato da Rede Cultura de Rádio instalar antenas e ainda remunerar emissoras do interior do estado para retransmitirem a programação da Rede, porém a grande maioria, apenas nos melhores casos, transmitia apenas o programa “Feira do Som”, apresentado pelo jornalista Edgar Augusto, ou o “Jornal da Manhã”. O valor era de 500 reais.

Num dos raros momentos dentro do Conselho, conforme atestam também os entrevistados, nesta terceira reunião houve discussão sobre programação dos veículos Cultura. Nesse momento a TV Cultura estava reformulando a grade e apresentou alguns produtos aos membros do Conselho, no entanto, percebe-se, pela ausência de deliberações ou encaminhamentos na ata, que a prerrogativa do conselho de aprovar ou não a programação não foi acatada, sendo um informe apenas para fins de conhecimento.

Figura 5 - Ata da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da FUNTELPA - 09.03.2010



Fonte: Arquivo FUNTELPA

A décima reunião ordinária do Conselho Curador da FUNTELPA (9 de março de 2010), trouxe a pauta da equiparação salarial entre os empregados celetistas da antiga Fundação, extinta com a nova lei da FUNTELPA (2008), igualando seus salários e novos enquadramentos funcionais com os dos novos funcionários que tinham salários mais altos.

Mas a equiparação não foi para todos, os estatutários não poderiam aderir por serem de regimes diferentes, criando uma disparidade salarial entre funções iguais no mesmo departamento. Mesmo com essa contradição foi uma ação positiva para os celetistas. Essa temática tinha no Sindicato dos Radialistas como protagonista. A entidade chegou a fazer campanha sobre o tema naquele ano e se tornou uma das maiores bandeiras de luta daquele período. Ao final, a temática foi aprovada por unanimidade.

De forma geral, é possível constatar que as reuniões tinham poucos pontos de pauta e ainda menos deliberações como resultado de seu funcionamento. Observa-se também que, de forma geral, que as atas do Conselho Curador da FUNTELPA eram muito sintéticas, não eram claras quanto ao conteúdo, ao detalhamento das vozes, do que era dito por cada conselheiro. Dentro desse contexto, Gohn (2011) afirma que antes de irem para as reuniões seria necessário uma formação dos conselheiros para apresentar as metodologias, temas e aprofundamento para que os debates possam fluir da melhor maneira.

Para o representante do Cepepo, de forma geral, foram realizadas poucas reuniões e com pautas muito administrativas. *“A pauta girava muito em torno da gestão da FUNTELPA... Tínhamos que ter uma incidência maior nos conteúdos, não tínhamos domínio sobre questões internas, domínio da questão audiovisual (...) acho que faltou debater qual era o papel do Conselho”*. Para a presidente da FUNTELPA e presidente de seu Conselho Curador esse conteúdo administrativo ou sindical das reuniões não era realmente o papel do Conselhos, mas, segundo ela, acabou acontecendo dessa maneira por conta de *“uma ânsia e falta de espaço para debater por muitos anos”* e o conselho passou a ser esse espaço para debater questões dessa natureza administrativa e por vezes sindical, alheias ao foco original. Ela cita ainda que deveriam ter discutido mais grade de programação, mas não foi possível.

Por outro lado, o representante dos radialistas deixa claro o interesse principal da participação de sua entidade dentro do Conselho: *“a minha atuação, basicamente, lá dentro (era) para defender os interesses dos trabalhadores - questão salarial, da carga horária, a questão das horas extras que não eram pagas*. Para o representante dos radialistas, a gestão da FUNTELPA tinha responsabilidades sobre a questão. Ele também apresenta uma questão de fundo na formação do conselho da FUNTELPA, apontando o que, segundo ele, teria sido um erro: o fato de eleger a presidente da FUNTELPA como presidente do Conselho Curador. Para ele, isso deixaria o Conselho sob maior controle da gestão e menos aberto às entidades. Por outro lado, a então representante e presidente da FUNTELPA, afirma que não queria ser a presidente, mas foi votada e aceitou.

Esse acúmulo de funções entra em contradição com a ideia de participação e de controle social, porque a dinâmica e atribuições da presidência do conselho fazem com que a gestão detenha maior controle sobre o conselho, como pudemos perceber nas pautas sugeridas, os conselhos são o local onde as entidades da sociedade civil deveriam ser as protagonistas em espaços compartilhados com o poder público. Pieranti (2018) lembra que controle social é um dos elementos para se identificar a independência e trazer a sociedade civil para o cotidiano das empresas públicas é fundamental. Nesse caso, o protagonismo foi retirado deles e deixado nas mãos do poder público.

#### 4.3.3 - Nível de envolvimento, influência da gestão e balanço

A jornalista do SINJOR explica que o sindicato recebeu muito bem a notícia de participação no Conselho. *“Ele [o conselho] permite ouvir todas as vozes”* mas na opinião dela, ele não conseguiu cumprir essa missão.

Eu participei de pouquíssimas reuniões, mas do que eu lembro, as reuniões não tinham essa métrica de reuniões de Conselho. Essa formalidade.. eram muito soltas, talvez por isso, ou por questão de maturidade, a gente não estabeleceu um fluxo, talvez por isso os documentos sejam tão pífios, tão sem conteúdo (...) nós não conseguimos adquirir essa maturidade para travar conflitos em defesa de pautas importantes dentro no Conselho. Naquele momento nós nem sabíamos a importância daquele conselho efetivado. Lutamos, lutamos, conseguimos e o que fazemos com ele agora?

Para a ex-presidente da FUNTELPA e do Conselho no período analisado, *“o conselho curador foi um processo de aprendizado”* e reafirma a necessidade de ter se discutido a grade de programação de forma mais profunda e sistemática, além de transversalizar temáticas. O representante dos funcionários afirma que *“não tinha diferenciação, a única coisa que tinha de diferente era o acúmulo e experiência na discussão.”*

Na visão do representante do sindicato dos radialistas, o conselho não foi um avanço na organização da radiodifusão pública no Estado porque, na opinião dele, havia muita influência da gestão da FUNTELPA no conselho, com pouco espaço para o debate. Outra questão importante que ele levanta é sobre a centralização das ações e pessoal na capital. É importante ressaltar que a FUNTELPA tem uma única sede que funciona em Belém, nunca existindo sucursais ou polos nos municípios, nenhum funcionário fora da capital, apenas retransmissoras.

Para o representante do Cepepo, “*existia uma disputa pela centralidade de poder dentro do conselho entre as correntes internas do PT*” que estavam representadas nesse processo. Coisa que a ex-presidente da FUNTELPA negou na entrevista, dizendo que nunca houve interferências político-partidárias dentro conselho ou da FUNTELPA. Mesmo que essa situação careça de esclarecimentos, isso traz à tona o debate sobre a necessidade de que representantes de conselhos devam ou não pertencerem a partidos políticos ou não. Numa realidade completamente diferente, como na Alemanha, Kops (2001) defende a total independência de seus membros. Fica a reflexão se isso seria possível no Brasil.

Mesmo com todos esses problemas, o representante do CEPEPO afirma que participar do Conselho da FUNTELPA foi a melhor experiência em conselhos da vida dele e comenta que participar do conselho também “*dava visibilidade para entidade*”. O CEPEPO fazia parte da ABONG (Associação Brasileira de Ongs) e, segundo eles, estar no conselho seria uma espécie de vitrine para outros movimentos sociais, uma espécie de prestígio.

Outra questão que a CEPEPO defendia seria a ampliação da sociedade civil dentro do conselho, para eles eram poucas pessoas e entidades representativas. Por outro lado, o SINJOR acredita que o problema não foi número de pessoas, mas a ação que cada um deixou de desenvolver no conselho. A Presidência da Fundação acredita que poderia ter ampliado o número de integrantes da sociedade civil, mas defende uma maior delimitação entre as esferas, porque as corporações participavam das reuniões com suas pautas e o papel fiscalizador e formulador ficou de lado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre democracia e participação social na Radiodifusão Pública na sociedade brasileira continua atual e necessário. A expressão da institucionalização dos espaços democráticos em conselhos sociais foram avanço importante da sociedade civil no Brasil, desde a constituição de 1988 e a redemocratização. São legados fundamentais que devem ser defendidos diante do desmonte atual dos instrumentos de controle social e transparência.

Como política institucional, incorpora atores sociais nos processos de tomada de decisão em áreas tão importantes como a saúde e a proteção social. Como momento de ação coletiva, a participação institucional integra nos processos de tomada de decisão novos atores que ingressam em associações e associações de moradores vinculadas às questões de saúde ou à educação, entre outras (AVRITZER, 2002, 2009)

O Controle Social, diferente do que o liberalismo propaga, como se fosse tirar a liberdade e controlar, como censores no serviço público, é bem diferente. A ideia central é a transparência. E poder fazer com que a sociedade civil possa se expressar de maneira cada vez mais democrática com representações sólidas e que fortaleçam os setores e as comunidades onde atuam, como um fluxo permanente de informações e empoderamento para transformação da sociedade ao radicalizar a democracia.

A Radiodifusão Pública brasileira é muito jovem em comparação com as tradicionais empresas públicas europeias ou da América do Norte. A construção da EBC foi um passo fundamental, mas não sem contradições, dessa iniciativa que busca no entendimento da necessidade das empresas públicas de comunicação que devem se expressar com independência, diversidade e universalidade e diferenciação. Porém tem que lidar com o seus passados estatais que somem por encanto e fazem dessa uma Radiodifusão Pública possível, à brasileira.

Ao Norte do Brasil, na Amazônia, a Fundação Paraense de Radiodifusão, que existe desde 1977, por criação dos interventores militares, como objetivo de integrar o território e alfabetizar milhões, traz a marca de um fundação híbrida, com essas mesmas marcas estatais desde a época da ditadura, quando da criação, e atravessou a redemocratização trazendo muita criatividade em sua programação de rádio e TV

A FUNTELPA criou vínculos com a população local a partir de seus produtos de rádio e TV, alguns até chegando aos quarenta anos como a versão regional do “Sem Censura”, os

programas de rádio ‘Balanço do rock’ e ‘Clube do Samba’. Mas não construiu vínculos consolidados e estáveis de participação social e espaços decisórios comuns. Ao mesmo tempo que existem programas de longa trajetória, outros produtos eram diretamente decididos pela direção e alguns saíam do ar ao gosto da gestão que chegava. As marcas do fazer estatal e governamental eram claras, na medida que o jornalismo não tinha a independência necessária para dizer e fazer o que pensa.

O nascer de uma nova fundação a partir de uma lei, que trazia como marca a participação da sociedade civil de forma paritária com o poder executivo, trouxe muita esperança a quem acompanha a história da fundação e trabalha desde 2007, como eu, na fundação. Os conselhos eram novidades positivas, porém não foram compreendidos pelos funcionários mais antigos que diziam pelos corredores que “agora não poderíamos mais produzir nada, quem iria fazer era o pessoal de fora”. O Conselho Curador chegou um pouco acanhado, mas com uma implementação bem rápida. A lei foi instituída em novembro de 2008 e em janeiro já tinha sido nomeado o primeiro conselho pela Governadora Ana Júlia Carepa.

A ideia de Gohn (2011), Avritzer (2002, 2009) e Maciel (2010) sobre conselho como local de intensidade democrática ficou a desejar já na mobilização pública para visibilidade do que era o principal local decisório da fundação a partir daquele momento. Poucas pessoas, fora os seus membros e gestores, souberam da existência de um Conselho Curador na FUNTELPA entre 2009 e 2010. As reuniões não eram divulgadas publicamente, apenas para seus próprios conselheiros.

Carpentier (2011) faz distinção entre *participação*, *interação* e *acesso*. A participação se diferenciaria das outras duas pela co-decisão, pelo “protagonismo compartilhado na tomada de decisão, das questões tecnológicas às organizacionais, passando pelo conteúdo”. Na Interação você teria co-produção em conteúdo, tecnologia, pessoas e nas questões organizacionais, já o acesso seria apenas a presença sem produção ou decisão. Ou seja, a simples presença numa reunião não garante a participação efetiva.

Ao analisar as atas da FUNTELPA, diferente da EBC, que não permite aos participantes do Conselho Curador, quando existia, decisões sobre questões tecnológicas ou orçamentárias, ficando na linha editorial e programação (PEREIRA FILHO, 2015), a FUNTELPA garantiu aos seus membros do conselho curador o poder de decidir sobre equiparação salarial, concurso público e seu estatuto social. Se encaixa no modelo de participação de empresa de comunicação participativa de Carpentier, porém ao olhar para paisagem inteira, não só para o

esquema teórico, percebemos profundas barreiras na participação.

A começar pelos registros, que numa empresa de comunicação, em 2009, poderiam ser tranquilamente audiovisuais, mas decidiram registrar as memórias apenas em atas, estas com uma metodologia inovadora, porém negativamente falando, para este gênero textual. As falas individuais foram suprimidas, ou melhor, sequer registradas, apenas com o nome dos presentes e a ordem do dia, o que dificulta analisar qualquer dinâmica de forma assertiva

Uma das questões que mais chama atenção é a reiterada ausência dos conselheiros indicados pelo Poder Executivo ao longo do funcionamento do conselho no período analisado, o que nos leva a refletir sobre a contradição existente entre o discurso expresso na lei (decreto e estatuto) e o seu funcionamento efetivo como espaço democrático incipiente dentro da FUNTELPA. Algumas reuniões foram adiadas por falta de quórum. Também, por ausências dos representantes da Sociedade Civil, em especial do Sindicato dos Jornalistas (SINJOR-PA), única entidade citada na Lei de criação da nova FUNTELPA de 2008. A entidade priorizada pela gestão da FUNTELPA foi a que menos compareceu às reuniões. Nas palavras da presidente do Sinjor na época: “ Naquele momento nós nem sabíamos a importância daquele conselho efetivado. Lutamos, lutamos, conseguimos e o que fazemos agora?”

A grande falha do Conselho Curador da FUNTELPA foi não ter conseguido criar bases sólidas para acumular na sociedade a importância de sua existência. A forma da escolha de seus membros com as entidades da sociedade civil são escolhidas diretamente pelo chefe do executivo também contrasta com uma participação efetiva, porque chefes de governo tendem a escolher pessoas simpáticas a seus projetos políticos. A abrangência do Conselho também deixou a desejar com poucos representantes da área da Educação. Se o espectro de entidades fosse maior, isso o deixaria mais relevante e com maior visibilidade e forte para quando tentassem fechá-lo ou o deixarem no esquecimento como acontece atualmente.

Por último, pode-se dizer que a experiência no Conselho Curador da FUNTELPA foi híbrida, alternando momentos de participação, interação e acesso (CARPENTIER, 2011), entendendo como o autor, que participação está diretamente ligada à decisão conjunta (co-deciding), o acesso à simples presença e a interação à mera relação, sem produção conjunta ou decisão coletiva.. Foi, portanto, uma iniciativa importante, porém limitada. O legado de suas decisões ainda valem para grande parte dos funcionários celetistas que entraram antes do concurso de 2010, com a equiparação salarial, porém, como modelo de mobilização, controle e participação social, poderia ter sido mais aprofundado e mais aberto à participação.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, M. DO C. Participação Cidadã nas Políticas Públicas. In: HERMANNNS, K. (Ed.). **Participação Cidadã - Novos Conceitos e Metodologias**. 1A .ed. Ceará - Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.
- ALMEIDA, K. S. de. Organizações sociais:: (des)controle social e restrições ao direito à saúde. **SER Social**, [S. l.], n. 15, p. 115–140, 2009. DOI: 10.26512/ser\_social.v0i15.12940. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12940](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12940). Acesso em: 10 nov. 2021.
- ANDRADE, Ana Paula. **O Lugar da Arte na TV: caminhos possíveis e experimentações no programa Circuito**. Tese (Doutorado em Artes: História, Crítica e Educação em Artes) – PPGARTES - Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- ATKINSON, D. Public Service Television in the age of competition. In D. Atkinson & M. Raboy (Eds.) **Public Service Broadcasting: the Challenges of the Twenty-first Century** (pp. 1874). Paris: Unesco, 1997
- AVRITZER, L. PEREIRA, M. de Lourdes Dolabela. Democracia, Participação e Instituição Híbridas. In: **Teoria e Sociedade**. Belo Horizonte: UFMG. n. especial, mar. 2005
- AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo; Belo Horizonte: Cortez; UFMG, 2009
- AVRITZER, L. Participação na democracia brasileira: a hegemonia popular e a inovação do protesto da classe média. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 23, n. 1, p. 43–59, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8650170>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- BANDA, F. **Civic education for media professionals, a training manual**. Paris: Unesco, 2009
- BERTRAND, C. **O arsenal da democracia: sistema de responsabilização midiática**. Bauru: EDUSC, 2002.
- BRANDÃO, P. Elizabeth. **Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública**. VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Núcleo de Pesquisa Relações Públicas e Comunicação Organizacional. Brasília, DF. 2006.  
Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf> Acesso em: 30.03.2020
- BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, n. 109, p. 126–150, mar. 2012.
- CANDIDO, S. et al **Campos nos estudos organizacionais: abordagens relacionais** Gest. Prod. vol.25 no.1 São Carlos jan./mar. 2018

CARPENTIER, N. **Media and Participation: A Side of Ideological-Democratic Struggle**. Bristol: Intellect Books, 2011.

CARPENTIER, N. O conceito de participação. Se eles têm acesso e interagem, eles participam de fato?. **Fronteiras: Estudos Midiáticos**, São Leopoldo (RS), n.2, p.164-177. Disponível em:

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2012.142.10>>. Acesso em: 25/2/2020.

CARVALHO, M. DO C. A. A.; TEIXEIRA, A. C. C. (EDS.). **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. 37. ed. São Paulo/SP: Instituto Pólis, 2000.

CASSAB, L. A.; RUSCHEINSKY, A. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 7-24, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23350>>. Acesso em: 31 mar. 2021

CASTRO, Fábio Fonseca de. Comunicação, identidade e TV pública no Pará. **Em questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 149-167, 2012.

CORREIA, M. V. DA C. A Relação Estado/Sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. **Serviço Social & Sociedade**, v. XXV, n. 77, p. 148– 176, 2004.

CORTEZ, Felipe Marcos Gonçalves. **Memórias documentárias: a produção documental da TV Cultura do Pará**. Orientador: Joel Cardoso da Silva. 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Programa de Pós-Graduação em Artes, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11885>. Acesso em 30.09.2021

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2a edição. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha das Ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell; trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2a ed. Porto Alegre: Artmed, 2007

DAHL, Robert. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

DETONI, M. **Mídia pública na sociedade da informação**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015

DETONI, M. Public service broadcasting and the construction of a public sphere. SANTOS, L; Bianco, N. (ORG) In: **Comunicação e Sociedade**. Braga, Portugal:CECS, No30 ,2016

Duarte, j. (ORG.) **Métodos e Técnicas de pesquisa em Comunicação** Editora atlas, São Paulo, 2005

DUARTE, J. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011, p. 121-134.

DUARTE, Jorge. (org.). Comunicação Pública – estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007. Resenha disponível em: DUARTE, Jorge. Comunicação Pública. In: **Algumas abordagens em comunicação pública**, SILVA, Luiz Martins (Org.). Casa das Musas, Brasília. 2003 - <https://comunicacaopublicaufes.wordpress.com/2011/10/25/comunicacao-publica-estado-mercado-sociedade-e-interesse-publico/> / acesso em: 30.03.2020

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil e Democracia: Um debate necessário. In: **Libertas**, Juiz de Fora, v. 8, n.2, p. 83-94, jul-dez, 2008.

FARIA, C; Lins, I; Petinelli, V. **Conferências de Políticas Públicas: um Sistema Integrado de Participação e Deliberação?**.IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, Belo Horizonte, 2011

FUNTELPA, História da FUNTELPA, **Portal Cultura**, 2020, Disponível em: <<http://www.portalcultura.com.br/node/470>>, acesso em: 30 de jan .2020

FUNTELPA. **30 anos de FUNTELPA**, Belém, IOEPA, 2007

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Rio de Janeiro, Record, 1999.

GIL, Patrícia Guimarães. MATOS E NOBRE, Heloiza Helena. A deliberação justa no mundo do possível: articulações entre Habermas, Rawles e Amartya Sen. **Revista Compolítica**, n. 3, vol. 2, ed. jul-dez, ano 2013

GIL, Patrícia Guimarães. MATOS E NOBRE, Heloiza Helena(Org.). **Comunicação, políticas públicas e discursos em conflito**. São Paulo. ECA-USP, 2019

GOHN, M. DA G. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. **Caderno Metrópole**, v. 07, p. 9–31, 2002.

GOHN, M. DA G. M. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4a . ed. São Paulo/SP: Cortez, 2011. v. 32

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Revista Lua Nova**, 36, 39-53, 1995

HOBSBAWM, Eric J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar**, Curitiba, n. 25, p. 127-141, Editora UFPR, 2005.

JAKUBOWICZ, K. (2007). Public service broadcasting: a new beginning, or the beginning of the end? **Londres: Knowledge Politics**. Retrieved from [http://www.knowledgepolitics.org.uk/KP\\_jakubowicz\\_psb.pdf](http://www.knowledgepolitics.org.uk/KP_jakubowicz_psb.pdf) acesso em 30.03.2020

JARAMILLO LÓPEZ, J. **Propuesta general de comunicación pública**. Bogotá, 2010  
 JESUS, Luiz R. V. de. Formação Jornalística para a Cidadania. In: **INTERCOM - XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação**. Campo Grande(MS), 2001

KELLNER, D. **Habermas, the public sphere, and democracy: a critical intervention**. 2000. Disponível em: <<https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/essays/habermas.pdf>>, acesso em: 20 de jul. 2018

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. HELOIZA, Matos (Org.). ECA/USP. São Paulo. 2013. p 52.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** Coleção primeiros passos. 27. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

KOPS, Manfred. **What is Public Service Broadcasting and How Should It Be Financed?** Cologne: University of Cologne, Sept. 2001. Working Paper

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LÜCHMANN, L. A democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, n.33, nov. 2002

MACIEL, C. A. B. Políticas Públicas e Controle Social: encontros e desencontros da experiência brasileira. **Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades**, v. 1, n.1, 2010.

MARICATO, Hermínia. et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Bointempo: Carta Maior, 2013.

MARTINS, M. **O papel da comunicação pública na crise política brasileira**. Retirado de <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-papel-da-comunicacao-publica-na-crise-politica-brasileira> , 2016

MARTINS, Helena. **Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos**. Agência Brasil, 2014, Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos> acessado em 20.03.2020

MATOS e NOBRE, H.; PEREIRA FILHO, J. A participação na Comunicação Pública; para além do consenso. **Revista Observatório** Vol. 2, n. 5, Setembro-Dezembro. 2016

MATOS, H. **Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do legislativo**. Líbero, Faculdade Cásper Líbero, a. II, n. 3-4, p. 32-37, 1999.

MATOS, H. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 47-58.

MENDEL, T. **Serviço público de radiodifusão: um estudo de direito comparado**. Brasília: Unesco, 2011

MICK, Jacques **Accountability e governança do trabalho jornalístico: como a cooperação entre jornalistas no setor público aprimora a apresentação de contas do executivo federal**. Brasília: Enap, 2021.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação. Territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do "agonismo". **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 92, p. 13-43, maio/ago. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452014000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 ago. 2021.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 25, p.11-23, nov. 2005

MULGAN, Richard. **“Accountability: An Ever-Expanding Concept?”**. Public Administration Vol.78 N° 3, 2000.

NOBRE, M. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004.p.21-40

PARÁ, **Lei No 7.056, de 19 de Nov. de 2007**. Criação da Secretaria de Comunicação - SECOM, Belém, PA, Nov 2007

PARÁ. **Lei No 7.215, de 3 de Nov. de 2008**. Institui a Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, com natureza jurídica de direito privado, Belém, PA, Nov 2018

PAULINO, Fernando Oliveira; SILVA, Luiz Martins da (Org.). **Comunicação Pública em debate: ouvidoria e rádio**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. 197 p

PAULINO, Fernando Oliveira. Comunicação, accountability e responsabilidade social no Brasil, Portugal e Espanha. In: Paulino, Fernando Oliveira (org.). **Lusocomum: transparência, governança, accountability e comunicação pública**. Brasília: Casa das Musas, 2009

PAULINO. Fernando Oliveira et al Public service broadcasting and the construction of a public sphere. SANTOS, L; Bianco, N. (ORG) In: **Comunicação e Sociedade**. Braga, Portugal: CECS, No30 ,2016

PEREIRA FILHO, J. **A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o desafio da participação social: estudo sobre o Conselho Curador**. Dissertação de mestrado. São Paulo,

ECA-USP, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-03022016-154746/pt-br.php>

PIERANTI, O. P. **A Radiodifusão Pública resiste: a busca por independência no Brasil e no Leste Europeu**. Brasília: FAC-UnB.2018. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/25>

PINTO, C. **As Conferências Nacionais no governo Lula: limites e possibilidades da construção de uma esfera pública**. IPEA, 2011. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pinto\\_celi\\_conferencias\\_nacionais\\_governo\\_lula.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pinto_celi_conferencias_nacionais_governo_lula.pdf)

RICARDO, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **ESTUDO & DEBATE**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SCHEDLER, Andreas. “Qué es la Rendición de Cuentas?” **Cuadernos de Transparencia del Instituto Federal de Acceso a la Información Pública**, 2004.

SERIDÓRIO, Daniele. **Construção teórica e análise empírica da porosidade de relacionamento entre emissoras e públicos na radiodifusão no Brasil e no reino Unido**. Tese de Doutorado, UNESP FAAC-Bauru, 2021

SILVA, F. C. DA C. Controle social: reformando a administração para a sociedade. **Organizações & Sociedade**, v. 9, n. 24, p. 2002, 4 out. 2006.

SILVA, J. M. C. DA. **Controle social das políticas públicas no Brasil: caminho para uma efetiva democracia**. Fortaleza/Ceará: Universidade de Fortaleza, 2010.

STROZI, Guilherme Gonçalves. **Comunicação pública e participação: vida e morte do conselho curador da EBC**. 2019. 330 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

THOMPSON, J. B.. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008

TRIVIÑOS, A. N. S. - **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

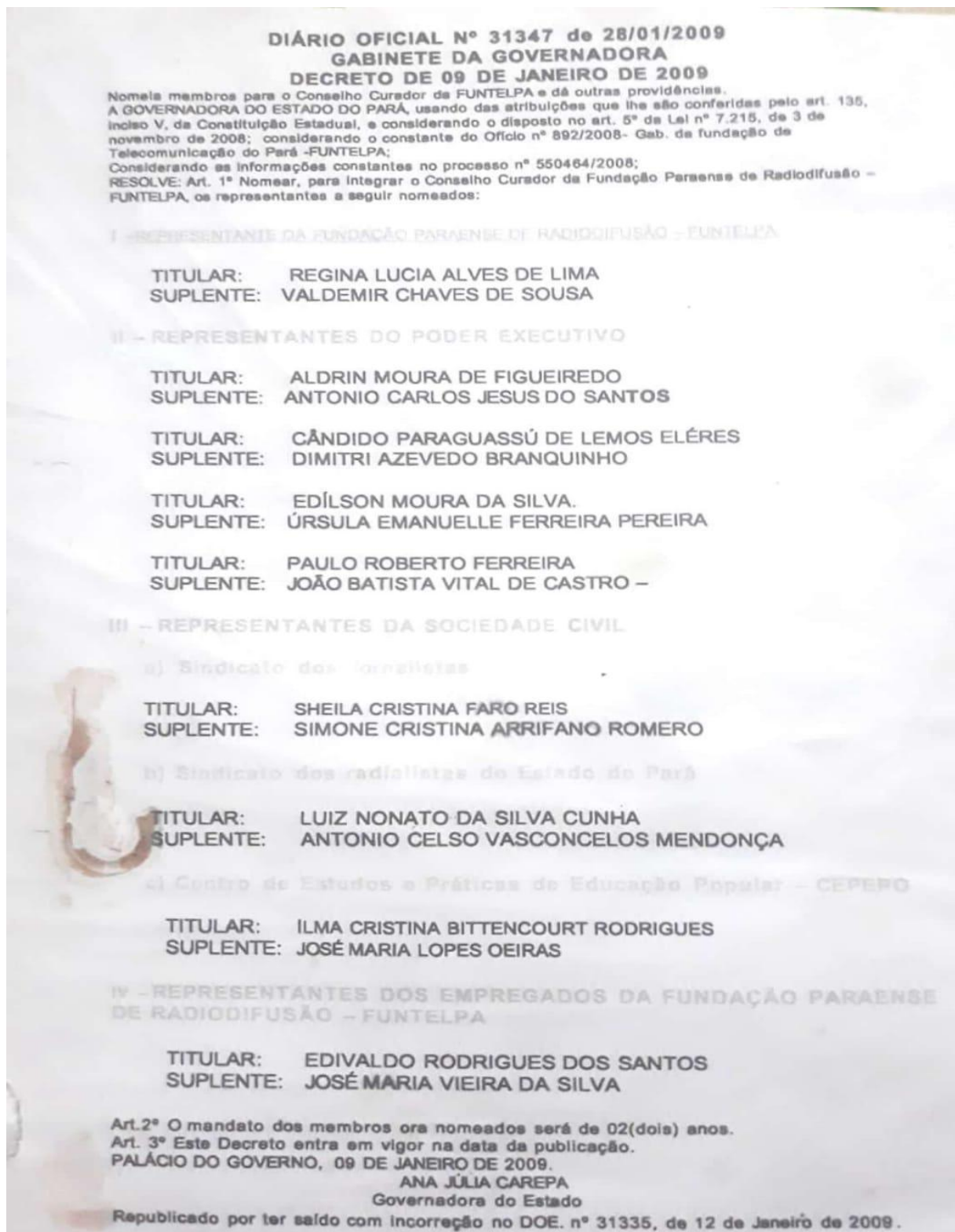
UNESCO. **Public Broadcasting: Why? How?.** Estudo preparado por World Radio and Television Council, Montreal (Quebec) Canadá e Centre d'études sur les médias Université Laval SainteFoy (Québec) Canadá. Paris: 2001.

UNESCO. **Radiotelevisión de servicio público: un manual de mejores prácticas**. San Jose, Costa Rica: Oficina de la UNESCO para América Central, 2006.

XAVIER, R. **Accountability e as suas Múltiplas Abordagens: um Balanço Teórico**, ANPAD, 2011, pg. 2 - <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB649.pdf>

ZANATTA, C. **TV Cultura do Pará pagava a TV Liberal pelo conteúdo Globo**, Observatório de Imprensa, 2007, Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/tv-cultura-do-para-pagava-a-tv-liberal-pelo-conteudo-globo/>

**ANEXO A - DECRETO GOVERNAMENTAL 9 DE JANEIRO DE 2009**



Fonte: Arquivo FUNTELPA



**ANEXO B - REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR - 02 DE FEVEREIRO DE 2009**

**ATA DA 01ª (PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR, REALIZADA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2009.**

Aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e nove, às quatorze horas, na Sede da FUNTELPA, nesta Capital, foi realizada a 1ª (primeira) reunião ordinária do Conselho Curador. Presidida pela Presidente da Funtelpa, Sra. Regina Lúcia Alves de Lima, a reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros:

**MEMBROS EFETIVOS:** Regina Lúcia Alves de Lima, Aldrin Moura de Figueiredo, Cândido Paraguassú de Lemos Éleres, Simone Cristina Arrifano Romero, Luiz Nonato da Silva Cunha, Ilma Cristina Bittencourt Rodrigues e Edivaldo Rodrigues dos Santos.

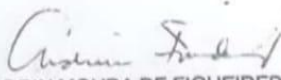
**MEMBROS SUPLENTE:** João Batista Vital de Castro e Antônio Celso Vasconcelos Mendonça.

**A) EXPEDIENTE: 1) Aprovação do Estatuto Social da Fundação Paraense de Radiodifusão-FUNTELPA:**

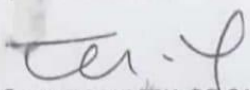
Foi fornecida Minuta de Estatuto da nova Fundação para os conselheiros, que irão analisar, propor e aprovar o Estatuto visando a instituição da Fundação Paraense de Radiodifusão.

**B) DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO:** Será realizada excepcionalmente no dia 06 de agosto, às 14 horas. Nada mais havendo para ser tratado e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, a Sra. Presidenta considerou encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos, fazendo lavrar a presente ata (a) Fábio Tomaz do Couto Moraes.


REGINA LÚCIA ALVES DE LIMA  
Presidente da Funtelpa

  
ALDRIN MOURA DE FIGUEIREDO  
Representante do Poder Executivo

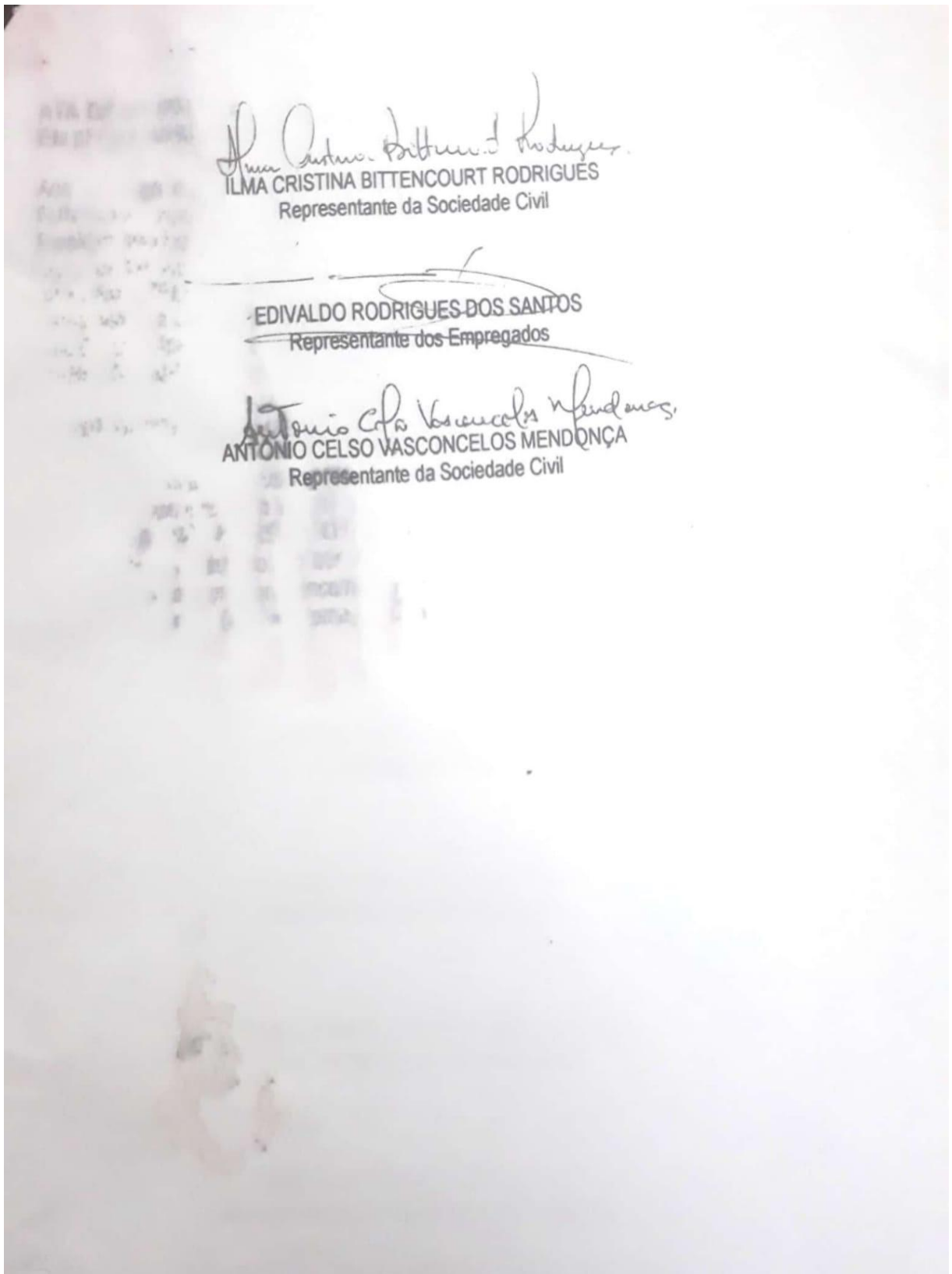
CÂNDIDO PARAGUASSÚ DE LEMOS ÉLERES  
Representante do Poder Executivo

  
JOÃO BATISTA VITAL DE CASTRO  
Representante do Poder Executivo- suplente

  
SIMONE CRISTINA ARRIFANO ROMERO  
Representante da Sociedade Civil

  
LUIZ NONATO DA SILVA CUNHA  
Representante da Sociedade Civil

(Continuação)



Fonte: Arquivo FUNTELPA

**ANEXO C - REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR - 06 DE FEVEREIRO DE 2009**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ  
FUNTELPA

**ATA DA 01ª (PRIMEIRA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR, REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2009.**

Aos seis dias do mês de fevereiro de dois mil e nove, na Sede da FUNTELPA, nesta Capital, foi realizada a 1ª (primeira) reunião extraordinária do Conselho Curador sob a presidência da Srª. **REGINA LÚCIA ALVES DE LIMA**, brasileira, paraense, jornalista, casada, portadora da Carteira de Identidade n.º 119.19214-4- SSP/RJ, inscrita no CPF/MF sob n.º 086.996.582-49, residente e domiciliada à Av. Governador José Malcher, n.º 543, apto. 1201, bairro de Nazaré, CEP: 66.033-100, Belém-Pará e contando com a presença dos membros efetivos do Conselho Curador a seguir discriminados: **ALDRIN MOURA DE FIGUEIREDO**, brasileiro, paraense, historiador, solteiro, portador da Carteira de Identidade n.º 1390888- SSP/PA, inscrito no CPF/MF n.º 352.327.732-91, residente e domiciliado à Rua Diogo Mória, 982, bairro do Umarizal, CEP: 66055-170- Belém-Pará; **CÂNDIDO PARAGUASSÚ DE LEMOS ÉLERES**, brasileiro, paraense, casado, advogado, portador da carteira de identidade n.º 3218- OAB/PA, inscrito no CPF/MF n.º 010.988.102-87, residente e domiciliado à Trav. Angustura, 3579, bairro do Marco, CEP: 66095-040 -Belém- Pará; **LUIZ NONATO DA SILVA CUNHA**, brasileiro, paraense, casado, radialista, portador da carteira de identidade n.º 2350712 SSP/PA, inscrito no CPF/MF: 023.694.512-20, residente e domiciliado à Av. Almirante Barroso, 768, Alameda das Acácias, casa 154, bairro do Marco, CEP: 66093-020, Belém- Pará; **ILMA CRISTINA BITTENCOURT RODRIGUES**, brasileira, paraense, solteira, jornalista, portadora da carteira de identidade n.º 1488239- SSP/PA, inscrita no CPF/MF: 333.119.432-87, residente e domiciliada à trav. Dom Romualdo de Seixas, 1194, apto 302, Umarizal, CEP: 66060-060, Belém- Pará e **EDIVALDO RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileiro, paraense, solteiro, assistente administrativo, portadora da carteira de identidade n.º 17700-16- 2ª Via SSP/PA, inscrito no CPF/MF: 296.113.772-15, residente e domiciliada à vila Martins, Praça do Arsenal, 27, bairro Cidade Velha, CEP: 66023-300-280, Belém- Pará, além dos seguintes membros suplentes: **JOÃO BATISTA VITAL DE CASTRO**, brasileiro, amazonense, jornalista, divorciado, portador da carteira de identidade n.º 1406745- SSP/PA, inscrito no CPF/MF: 136086222-68, residente e domiciliado à rua Av. Governador José Malcher, 1007, apto 603, bairro de Nazaré, CEP: 66033-170, Belém- Pará e **ÚRSULA EMANUELLE FERREIRA PEREIRA**, brasileira, paraense, solteira, jornalista, portadora da carteira de identidade n.º 2838475- SSP/PA, inscrito no CPF/MF: 628.460.002-04, residente e domiciliada à rua João Balbi, 200, Nazaré, CEP: 66055-280, Belém- Pará, onde foi dado por instalada a Reunião do Conselho Curador da Funtelpa. Em ato Continuo, a Presidente, pediu que se fizesse a leitura da pauta para a qual havia sido convocada a sessão, que enunciava os seguintes assuntos:

- I- **Aprovação do Estatuto Social da Fundação Paraense de Radiodifusão-FUNTELPA**

(Continuação)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ  
FUNTELPA

II- Escolha do Presidente, Vice- Presidente e Tesoureiro do Conselho Curador.

Após a leitura da pauta, a Presidente da reunião iniciou o debate enfatizando da necessidade da aprovação do Estatuto, que foi lido e aprovado de forma unânime, passando-se para o segundo ponto da pauta de acordo com o art.5º da Lei nº 7.215, de 3 de novembro de 2008, o Conselho passou a eleição do Presidente do Conselho que por unanimidade elegeu a Conselheira REGINA LÚCIA ALVES DE LIMA, sendo eleito como Vice- presidente, o Conselheiro CÂNDIDO PARAGUASSÚ DE LEMOS ÉLERES e como Secretária, a Conselheira ILMA CRISTINA BITTENCOURT RODRIGUES .

**DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO:** Será realizada excepcionalmente no dia 06 de março, às 14 horas. Nada mais havendo para ser tratado e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente considerou encerrada a reunião pedindo a mim Fábio Tomaz do Couto Moraes que fizesse lavrar a presente Ata. Belém(PA), 06 de fevereiro de 2009.

REGINA LÚCIA ALVES DE LIMA  
Presidente do Conselho Curador

ILMA CRISTINA BITTENCOURT RODRIGUES  
Secretária do Conselho Curador

ALDRIN MOURA DE FIGUEIREDO  
Representante do Poder Executivo

CÂNDIDO PARAGUASSÚ DE LEMOS ÉLERES  
Vice- Presidente do Conselho Curador

JOÃO BATISTA VITAL DE CASTRO  
Representante do Poder Executivo- suplente

(Continuação)




GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ  
FUNTELPA

ÚRSULA EMANUELLE FERREIRA PEREIRA  
Representante do Poder Executivo- suplente

LUIZ NONATO DA SILVA CUNHA  
Representante da Sociedade Civil

EDIVALDO RODRIGUES DOS SANTOS  
Representante dos Empregados

## ANEXO D - REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR - 06 DE FEVEREIRO DE 2009

  
 GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
 FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ  
 FUNTELPA

**ATA DA 02ª (SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR, REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2009.**

Aos seis dias do mês de fevereiro de dois mil e nove, às quatorze horas, na Sede da FUNTELPA, nesta Capital, foi realizada a 2ª (segunda) reunião ordinária do Conselho Curador. Presidida pela Presidente da Funtelpa, Sra. Regina Lúcia Alves de Lima, a reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros:

**MEMBROS EFETIVOS:** Regina Lúcia Alves de Lima, Aldrin Moura de Figueiredo, Cândido Paraguassú de Lemos Éteres, Luiz Nonato da Silva Cunha, Ilma Cristina Bittencourt Rodrigues e Edivaldo Rodrigues dos Santos.

**MEMBROS SUPLENTE:** João Batista Vital de Castro e Úrsula Emanuelle Ferreira Pereira .

**A) EXPEDIENTE:** 1) Aprovação do Estatuto Social da Fundação Paraense de Radiodifusão- FUNTELPA: Após terem analisado a Minuta de Estatuto da nova Fundação, que trouxeram as propostas deliberando e aprovando o Estatuto, que vigorará nos seguintes termos:

ESTATUTO SOCIAL

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RÁDIO-DIFUSÃO - FUNTELPA

**CAPÍTULO I**  
**DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, OBJETO, FUNÇÃO, SEDE E DURAÇÃO**

**Art. 1º** A Fundação Paraense de Radiodifusão, abreviadamente FUNTELPA, é uma fundação de natureza jurídica de direito privado, instituída pela Lei Estadual nº 7.215, de 03 de novembro de 2008, regida pela lei instituidora, pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, vinculada à Secretaria de Estado de Comunicação.

**Art. 2º** A fundação tem por objeto social a promoção e produção, por meio de rádio, televisão e portal, de atividades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas, visando à defesa e o aprimoramento integral da pessoa humana, por meio de sua formação crítica para o exercício da cidadania, valorizando sempre os bens constitutivos da sociedade paraense e da nacionalidade brasileira, no contexto da compreensão dos valores universais.

**Art. 3º** A fundação tem por função:

- I - elaborar estudos e executar os serviços de radiodifusão de interesse do Estado do Pará;
- II - planejar, coordenar, controlar e executar as medidas necessárias à implantação e funcionamento do Sistema Estadual de Repetição e Retransmissão de Sinais de Televisão, Emissoras Educativas de Rádio, Televisão e Portal, de interesse do Estado do Pará;
- III - estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante contratos e convênios;
- IV - produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;
- V - promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos;
- VI - planejar, coordenar, controlar e executar, todas as medidas necessárias à implantação e funcionamento do Sistema Estadual de Radiodifusão Educativa.

FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ - FUNTELPA - REDE CULTURA DE COMUNICAÇÃO - TV, RÁDIO E PORTAL  
 AV. ALMIRANTE BARROSO, 133 - MARCO - 66.053-410  
 BELÉM - PARÁ - BRASIL

1

(Continuação)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ  
FUNTELPA

Art. 4º A fundação tem sede e foro na cidade de Belém, Estado do Pará, podendo, para melhor desempenho de suas atividades, instalar dependências e centros de produção e radiodifusão em qualquer localidade do Estado do Pará.

Art. 5º O prazo de duração da fundação é indeterminado.

CAPÍTULO II  
DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS

Art. 6º Constituem patrimônio da FUNTELPA:

- I – os bens, equipamentos e instalações integrantes do acervo patrimonial da Fundação de Telecomunicações do Pará, extinta pela Lei nº 7.214, de 3 de novembro de 2008;
- II – os bens e direitos adquiridos, sobre obras, programas e produtos, doados ou legados, durante o período de duração da fundação.

Parágrafo único. Será incorporado ao Estado do Pará o patrimônio da fundação, em caso de extinção.

Art. 7º Constituem recursos da FUNTELPA os provenientes das seguintes fontes:

- I – dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Estado;
- II – venda de patrocínio e apoios culturais em mídia promocional e institucional;
- III – venda de produtos e subprodutos criados a partir de elementos da programação;
- IV – licenciamento e prestação de serviços específicos, como produção de vídeos institucionais e teleinformação;
- V – prestação de assessoria específica para áreas correlatas, tais como projeto, instalação e manutenção de emissoras de caráter público;
- VI – doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;
- VII – A remuneração pela publicidade legal dos órgãos e entidades da administração pública estadual, que, por força de lei ou regulamento, estejam obrigados a dar publicidade à sociedade;
- VIII – recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;
- IX – rendas provenientes de outras fontes.

CAPÍTULO III  
DA ADMINISTRAÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 8º A FUNTELPA tem a seguinte estrutura básica:

I – órgão colegiado:  
Conselho Curador;

II – órgão de direção geral:  
Diretoria Executiva;

III – órgão de apoio técnico e assessoramento:  
Conselho de Programação;

IV – órgão de fiscalização:  
Conselho Fiscal.

(Continuação)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ  
FUNTELPA

Seção I  
Do Conselho Curador

Art. 9º O Conselho Curador, órgão de administração e orientação superior da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA é composto de 09 (nove) membros, e igual número de suplentes, sendo o Presidente da Fundação membro nato, e de quatro membros com notório saber e experiência comprovada na área de telecomunicações, escolhidos pelo Chefe do Executivo Estadual.

§ 1º Os demais membros serão assim representados:

I – três membros indicados pelas entidades da sociedade civil organizada, na forma deste Estatuto, sendo um obrigatoriamente pelo Sindicato dos Jornalistas do Pará;  
II – um membro representante dos empregados da fundação, escolhido na forma que dispuser o Estatuto.

§ 2º A Presidência do Conselho será escolhida pelos membros do Conselho Curador, dentre os conselheiros indicados pelo Chefe do Executivo Estadual.

§ 3º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Governador do Estado, para mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por uma única vez, sendo que os representantes da sociedade civil organizada e dos representantes dos empregados da fundação serão indicados em lista triplíce, por seus órgãos e entidades competentes, dentre pessoas de reconhecido valor e experiência na área de telecomunicações.

§ 4º As decisões do Conselho Curador serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

§ 5º O quorum de deliberação é o de maioria absoluta de seus membros.

§ 6º A substituição dos membros do Conselho Curador, nos casos de afastamento temporário ou definitivo e, ainda, nos impedimentos legais, será feita sempre pelos suplentes, mediante convocação pelo próprio Conselho.

§ 7º O direito de voto será privativo dos titulares ou, em suas ausências ou impedimentos, de seus suplentes.

§ 8º Os membros do Conselho Curador e seus serviços serão considerados relevantes para o Estado do Pará.

§ 9º O Conselho Curador terá um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, que constituirão sua Mesa Diretora e serão sufragados dentre todos os membros do Conselho.

§ 10. Cabe ao Presidente a representação, direção e supervisão das atividades do Conselho e sua convocação.


§ 11. Cabe ao Vice-Presidente representar o Presidente em suas ausências ou impedimentos, com as mesmas prerrogativas a este conferidas.

§ 12. Cabe ao Secretário do Conselho secretariar as reuniões do colegiado e elaborar as atas e quaisquer outros documentos relacionados às reuniões do Conselho Curador.

Art. 10. O Conselho Curador reuni-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação pelo seu Presidente, pela maioria simples de seus membros ou pela Diretoria Executiva da Fundação.



(Continuação)

  
 GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
 FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ  
 FUNTELPA

Art. 11. Compete ao Conselho Curador:

- I – fixar a política e as diretrizes básicas da FUNTELPA;
- II – a orientação geral da ação e das atividades da FUNTELPA;
- III – aprovar a proposta orçamentária anual, os orçamentos de custeio e de investimentos, o plano de trabalho da Fundação para cada exercício, o plano de aplicação de recursos, a política de desenvolvimento institucional e a política de gestão de trabalho da entidade;
- IV – autorizar a aquisição, a alienação e a oneração de bens imóveis;
- V – aprovar a criação de dependências e centros de produção e radiodifusão em qualquer localidade do Estado do Pará;
- VI – deliberar previamente ao encaminhamento para o Chefe do Executivo Estadual, sobre:
  - a) O Regulamento de Pessoal, com os direitos e deveres dos empregados, o regime disciplinar e as normas sobre apuração de responsabilidade;
  - b) O Quadro de Pessoal, com a composição e alteração do quadro, o total de empregados e o número de empregos providos e de vagas, discriminados em carreira ou categoria, em 31 de dezembro de cada ano;
  - c) Os reajustes e ajustes salariais no plano de carreiras e remuneração da FUNTELPA;
  - d) As alterações no Regulamento de Contratos e Licitações da FUNTELPA;
- IV – aprovar as alterações no Estatuto Social;
- V – deliberar sobre as contas e os balancetes da Administração, assim como os balanços patrimoniais da Fundação;
- VI – deliberar sobre as matérias relacionadas no inciso IV das competências da Diretoria Executiva;
- VII – fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- VIII – deliberar sobre qualquer outra matéria que lhe seja submetida, mesmo quando não prevista no Estatuto Social ou no Regimento Interno da Fundação.

Seção II  
 Da Diretoria Executiva

Art. 12. A Diretoria Executiva é o órgão de direção geral da Fundação, cabendo-lhe exercer a gestão dos negócios da FUNTELPA, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho Curador.

Art. 13. A Diretoria Executiva da Fundação será composta, de acordo com o Regimento Interno, por um Presidente e até seis Diretores, escolhidos e nomeados pelo Chefe do Executivo Estadual, e exonerados *ad nutum*.

Art. 14. Compete à Diretoria Executiva:

- I – estabelecer e fazer executar o programa de ação da Fundação;
- II – aprovar as normas gerais e de operação da Fundação;
- III – aprovar a estrutura básica da fundação, com a definição das atribuições de cada unidade técnica ou administrativa;
- IV – autorizar: (I) transigência, renúncia e desistência de direitos, bem como a aquisição, oneração e alienação de bens móveis; (II) a realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações e compromissos para a Funtelpa;
- V – cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e o Regimento Interno da fundação;
- VI – aprovar as alterações no Regimento Interno da Fundação;

(Continuação)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ  
FUNTELPA

VII - aprovar as contas e os balancetes da Administração, assim como os balanços patrimoniais da fundação, e submetê-los ao Conselho Curador da FUNTELPA, acompanhados de pronunciamento do Conselho Fiscal;

VIII - propor ao Conselho Curador: (I) alterações do estatuto; (II) os orçamentos de custeio e investimentos; (III) proposição de expansão dos sistemas de rádio e telecomunicações (IV) a proposta orçamentária anual; (V) o plano de trabalho da fundação para cada exercício; (VI) o plano de aplicação de recursos; (VII) a política de desenvolvimento institucional; (VIII) a política de gestão de trabalho da entidade;

IX - providenciar a execução das decisões do Conselho Curador, regulamentando-as, quando couber, mediante a expedição de normas e instruções gerais ou específicas;

X - manter o Conselho Curador informado das atividades da fundação;

XI - analisar e avaliar os relatórios de desempenho das atividades da fundação e elaborar o Relatório Anual de Administração;

XII - pronunciar-se sobre todas as matérias que devam ser apresentadas ao Conselho Curador da FUNTELPA.

§ 1º A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente da FUNTELPA, deliberando sempre com a presença do Presidente, ou de seu substituto eventual, e de pelo menos quatro de seus membros.

§ 2º As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos dos presentes e registradas em ata, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de desempate.

Art. 15. Compete ao Presidente, além das atribuições em comum com os demais membros da Diretoria Executiva:

I - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

II - exercer a direção executiva da fundação, cumprindo-lhe, para tanto, a coordenação e a supervisão das atividades dos demais diretores, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pelo Conselho Curador;

III - representar a FUNTELPA em juízo ou fora dele, podendo delegar esta atribuição em casos específicos e, em nome da fundação mandatários ou procuradores;

IV - zelar pela execução das políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento de programas educacionais, culturais e informativos, através de sistemas integrados de rádio, televisão e de novas tecnologias, mobilizando uma rede estadual de retransmissores;

V - supervisionar todas as atividades desempenhadas pela fundação, cumprindo e fazendo cumprir as determinações legais aplicáveis e as normas regimentais, bem como as deliberações do Conselho Curador ou da Diretoria Executiva;

VI - implementar a programação das emissoras da fundação, aprovada pela Diretoria Executiva;

VII - indicar a nomeação e propor a exoneração de diretores da Fundação ao Chefe do Executivo Estadual;

VIII - solicitar a convocação de reuniões do Conselho Curador, sempre que entender necessário;

IX - celebrar, no âmbito de sua competência, convênios, contratos e acordos, submetendo, quando for o caso, o Conselho Curador;

X - aceitar doações, legados, subvenções, auxílios e contribuições;

XI - encaminhar o relatório anual de atividades, a prestação de contas e o balanço geral elaborados pela Diretoria Executiva ao Conselho Curador;

XII - encaminhar ao Conselho Curador propostas, relatórios e atos de qualquer natureza que dependam da deliberação deste ou que por ele devam ser conhecidos;

XIII - aplicar e movimentar os recursos e contas bancárias da Fundação;

XIV - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, no prazo legal, a prestação de contas da fundação, com parecer do Conselho Fiscal;

XV - ratificar a declaração de inexigibilidade e dispensa de licitação, nos termos da legislação específica, bem como designar as respectivas comissões e homologar o seu julgamento;

(continuação)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ  
FUNTELPA

Parágrafo único. O Presidente da FUNTELPA será substituído, em suas faltas ou impedimentos regulamentares, por um de seus diretores.

Art. 19. Aos Diretores compete, além das atribuições que lhes são comuns com os demais membros da Diretoria:

- I - exercer as funções executivas em conformidade com as competências previstas no Estatuto Social e no Regimento Interno;
- II - colaborar com os demais membros da Diretoria Executiva para a boa administração da fundação;
- III - responder por atividades ligadas ao planejamento estratégico da Fundação, de acordo com sua área de atuação;
- IV - cumprir e fazer cumprir as diretrizes, normas e procedimentos técnicos e administrativos emanadas do Conselho Curador, da Diretoria Executiva ou da Presidência;
- V - orientar, coordenar, supervisionar e avaliar os trabalhos e as atividades de sua área;
- VI - elaborar e submeter à aprovação da Diretoria Executiva ou da Presidência, quando for o caso, os projetos e atividades a serem desenvolvidos sob sua direção;
- VII - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Diretoria Executiva ou pela Presidência.

Seção III  
Do Conselho Fiscal

Art. 20. O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização e controle da Fundação, será composto por três membros titulares e igual número de suplentes, escolhidos e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo um deles representante do Tesouro Estadual, indicado pelo Secretário de Estado da Fazenda e os demais serão indicados em lista triplíce, pela Secretaria de Estado de Comunicação.

§ 1º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e sempre que convocado pelo Conselho Curador.

§ 2º Todos os membros do Conselho Fiscal serão nomeados pelo Chefe do Executivo Estadual e terão um mandato de dois anos, admitida a recondução, uma única vez, por igual período.

§ 3º O membro do Conselho Fiscal que houver sido reconduzido só poderá voltar a fazer parte do Conselho depois de decorrido, pelo menos, um ano de término de seu último mandato.

§ 4º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

§ 5º As reuniões do Conselho Fiscal só terão caráter decisório se contarem com a presença do Presidente e de pelo menos mais um membro.

Art. 21. Considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho Fiscal que, sem causa justificada, deixar de exercer suas funções por mais de duas reuniões consecutivas ou três alternadas.

Art. 22. Ao Conselho Fiscal compete:

- I - acompanhar e verificar a execução orçamentária e financeira da Fundação, podendo examinar livros ou quaisquer elementos, requisitar informações e pronunciar-se sobre prestação de contas;
- II - examinar as contas anuais da Fundação, antes de serem enviadas pelo Presidente ao Tribunal de Contas do Estado, fazendo preencher as formalidades legais e estatutárias;
- III - emitir parecer sobre o relatório anual da Diretoria Executiva, antes de ser remetido ao Conselho Curador, cujas consultas e pedidos de informações deverá responder prontamente;

(continuação)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ  
FUNTELPA

IV – pronunciar-se sobre os assuntos de sua fiscalização que lhe forem submetidos pelo Conselho Curador ou pela Presidência da Fundação.

Art. 23. As eventuais irregularidades constatadas pelo Conselho Fiscal serão objeto de comunicação escrita ao Presidente da Fundação, que, dentro de prazo determinado, deverá adotar as providências necessárias para corrigi-las.

Parágrafo único. A não correção pela Presidência, no prazo fixado, das irregularidades de que trata o "caput" do artigo, o Conselho Fiscal levará o fato, por escrito, ao conhecimento do Conselho Curador, para as medidas cabíveis.

Seção IV  
Do Conselho de Programação

Art. 24. O Conselho de Programação é o órgão consultivo de apoio técnico e assessoramento da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, tendo por finalidade a análise e avaliação dos programas educativos, artísticos, culturais, científicos e informativos a serem veiculados pelas emissoras pertencentes à Fundação.

§ 1º O Conselho de Programação será composto de 06 (seis) membros e igual número de suplentes.

§ 2º O Conselho de Programação tem a seguinte composição:

I – membros natos: o Presidente da FUNTELPA, que o presidirá, e mais um Diretor, que será seu substituto eventual;

II – membros designados:

- a) um representante da Secretaria de Estado de Comunicação;
- b) um representante da Secretaria de Estado de Cultura;
- c) um representante da Secretaria de Estado de Governo;
- d) um representante da Secretaria de Estado de Educação.

§ 3º Os membros mencionados no inciso II deste artigo e respectivos suplentes serão designados pelo Chefe do Executivo Estadual para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por uma única vez.

Art. 25. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Programação serão escolhidos dentre seus membros e nomeados pelo Chefe do Executivo Estadual.

Art. 26. A substituição dos membros do Conselho de Programação, nos casos de afastamento temporário ou definitivo, e, ainda, nos impedimentos legais, será feita sempre pelos suplentes, mediante convocação pelo próprio Conselho.

Art. 27. O direito a voto é privativo dos titulares, ou, em suas ausências ou impedimentos, de seus suplentes.

Art. 28. Compete ao Conselho de Programação:

- I – assessorar tecnicamente a Diretoria Executiva e o Conselho Curador na elaboração das diretrizes gerais da programação dos programas da Fundação;
- II – opinar sobre assuntos relacionados à programação, sempre que convocado pelo Conselho Curador ou pela Diretoria Executiva;

(continuação)



III – opinar sobre a inclusão, exclusão, alteração ou reformulação de programas de natureza educativa, artística, cultural, científica e informativa da grade de programação das emissoras de rádio e televisão da Fundação.

Art. 29. O Conselho de Programação reunir-se-á ordinariamente no mínimo uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, para análise e avaliação de matérias de sua competência, obedecido o interstício mínimo de uma semana, quando convocado pelo seu Presidente, pelo Conselho Curador ou pela Diretoria Executiva.

§ 1º As opiniões do Conselho de Programação serão tomadas por maioria simples, lavradas em ata e encaminhadas à Diretoria Executiva da Fundação, para as devidas providências.

§ 2º Poderão ser convidados, para participar das reuniões do Conselho de Programação, técnicos de notória competência, para prestar assessoramento em assuntos de sua especialidade, sem direito a voto.

#### CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO INTERNA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 30. A estrutura organizacional da FUNTELPA e a respectiva distribuição de competências e o quadro de empregos permanentes e suas respectivas atribuições e requisitos para ingresso, assim como os cargos de livre nomeação e exoneração serão estabelecidos em Regimento Interno, aprovado pela Diretoria Executiva.

Art. 31. Ao pessoal da FUNTELPA aplica-se o regime da legislação trabalhista, salvo os integrantes do quadro em extinção, comissionados e temporários.

Parágrafo Único. Os empregados admitidos até a data de 05 de outubro de 1988, serão absorvidos pela Fundação Paraense de Radiodifusão- FUNTELPA.

Art. 32. A jornada de trabalho dos empregados da Fundação será de 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as categorias profissionais com legislação específica sobre jornada de trabalho.

Art. 33. Os cargos de provimento em comissão de Presidente e Diretor da FUNTELPA serão providos por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 34. A admissão dos empregados nos quadros da fundação e o provimento dos cargos de livre nomeação e exoneração far-se-á por ato do Presidente da FUNTELPA.

Art. 35. O ingresso de pessoal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas expedidas pela Diretoria Executiva.

Art. 36. O exercício das atividades de radialista e de jornalista atenderá aos requisitos previstos nas respectivas normas que regulamentam essas categorias profissionais.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS FINAIS E TRANSITÓRIAS

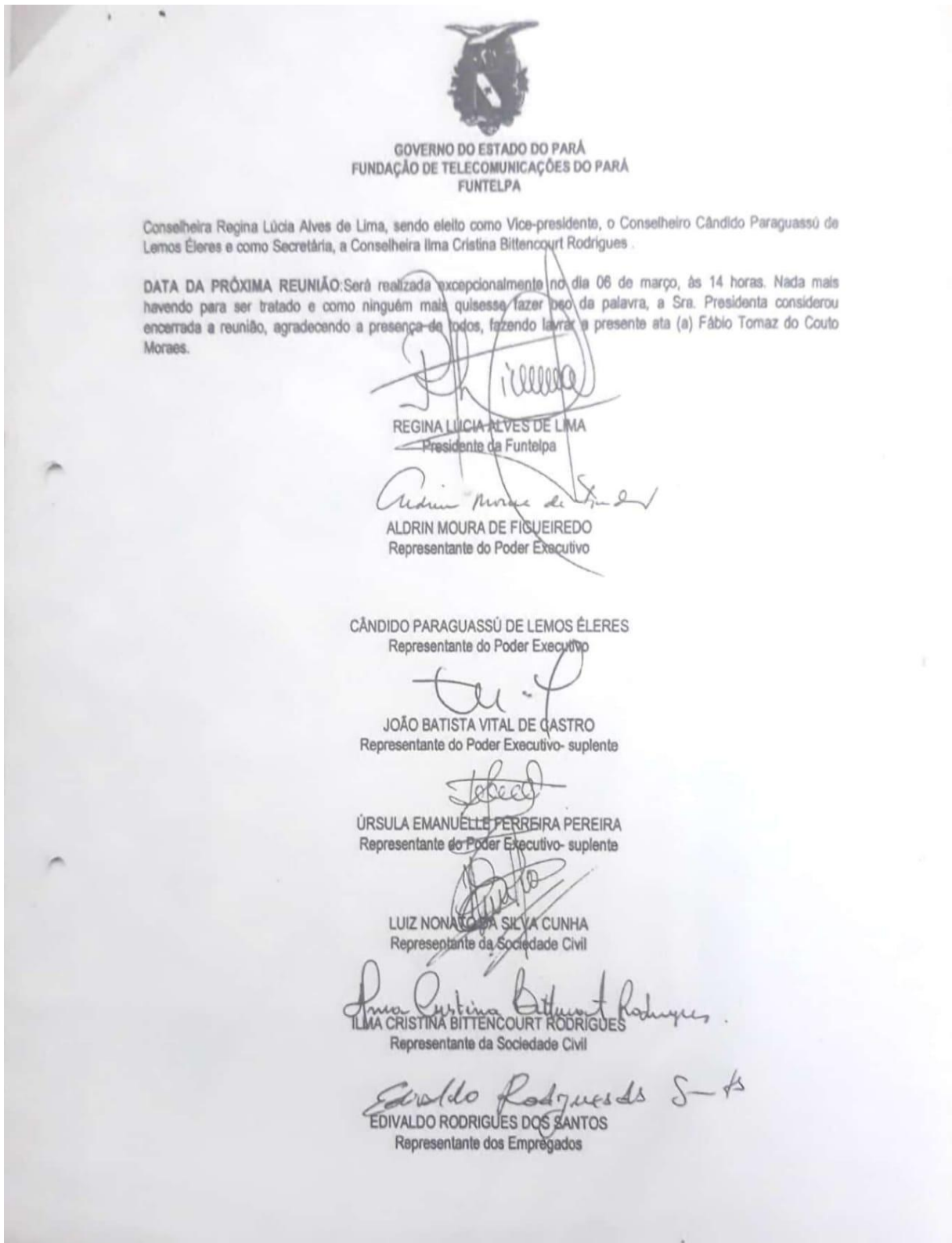
Art. 37. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Curador da FUNTELPA.

Art. 38. O presente Estatuto Social entra em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Após aprovado o texto do Estatuto, pelo voto unânime dos Conselheiros, passamos a outro ponto:

B) **ESCOLHA DO PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR:** De acordo com o art.5 da Lei n.7.215, de 3 de novembro de 2008, o Conselho passou a eleição do Presidente do Conselho que por unanimidade elegeu a

(continuação)



Fonte: Arquivo FUNTELPA

**ANEXO E - REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR - 10 DE MARÇO DE 2009**

**ATA DA 03ª (TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2009.**

Aos dez dias do mês de março de dois mil e nove, às quatorze horas, na Sede da FUNTELPA, nesta Capital, foi realizada a 3ª (terceira) reunião ordinária do Conselho Curador. Presidida pela Presidente da Funtelpa, Sra. Regina Lúcia Alves de Lima, a reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros:

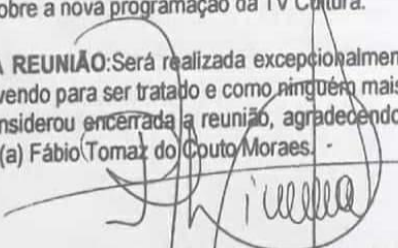
**MEMBROS EFETIVOS:** Regina Lúcia Alves de Lima, Aldrin Moura de Figueiredo, Cândido Paraguassú de Lemos Eleres, Ilma Cristina Bittencourt Rodrigues e Edivaldo Rodrigues dos Santos.

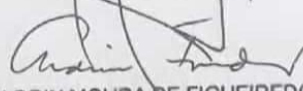
**MEMBROS SUPLENTEs:** João Batista Vital de Castro, Úrsula Emanuelle Ferreira Pereira, Antonio Celso Vasconcelos Mendonça e Simone Cristina Arrifano Romero.

**A) EXPEDIENTE: 1) Informes:**

Os Conselheiros foram informados sobre as inaugurações realizadas pela Fundação, nos municípios de Irituia e Terra Santa; foi informada a situação da Rede Cultura de Rádio, em que a Fundação além de instalar as antenas, IRD's a Funtelpa ainda pagava 500 (quinhentos) reais, para transmitir apenas dois programas da rádio Cultura; foram informados sobre os procedimentos para o registro da Fundação Paraense de Radiodifusão. Os Conselheiros proferiram opiniões sobre a nova programação da TV Cultura.

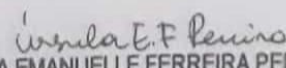
**DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO:** Será realizada excepcionalmente no dia 06 de abril, às 14:00 horas. Nada mais havendo para ser tratado e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, a Sra. Presidenta considerou encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos, fazendo lavrar a presente ata (a) Fábio Tomaz do Couto Moraes.

  
REGINA LÚCIA ALVES DE LIMA  
Presidente da Funtelpa

  
ALDRIN MOURA DE FIGUEIREDO  
Representante do Poder Executivo

CÂNDIDO PARAGUASSÚ DE LEMOS ÉLERES  
Representante do Poder Executivo

JOÃO BATISTA VITAL DE CASTRO  
Representante do Poder Executivo- suplente

  
ÚRSULA EMANUELLE FERREIRA PEREIRA

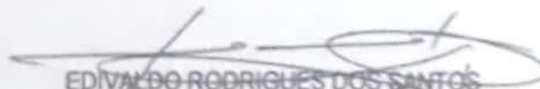
(continuação)

Representante do Poder Executivo- suplente

  
SIMONE CRISTINA ARRIFANO ROMERO  
Representante da Sociedade Civil- Suplente

  
ANTONIO CELSO VASCONCELOS MENDONÇA  
Representante da Sociedade Civil- Suplente

  
ILMA CRISTINA BITTENCOURT RODRIGUES  
Representante da Sociedade Civil

  
EDIVALDO RODRIGUES DOS SANTOS  
Representante dos Empregados



**ANEXO F - REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR - 22 DE MAIO DE 2009**

**ATA DA 04ª (QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2009.**

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e nove, às quatorze horas, na Sede da FUNTELPA, nesta Capital, foi realizada a 4ª (quarta) reunião ordinária do Conselho Curador. Presidida pela Presidente da Funtelpa, Sra. Regina Lúcia Alves de Lima, a reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros:

**MEMBROS EFETIVOS:** Regina Lúcia Alves de Lima, Sheila Cristina Faro Reis, Luiz Nonato da Silva Cunha, Ilma Cristina Bittencourt Rodrigues e Edivaldo Rodrigues dos Santos.

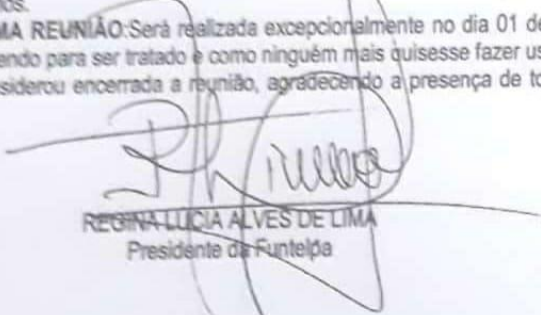
**MEMBROS SUPLENTE:**

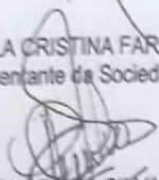
**A) ORDEM DO DIA: 1) Informes**


Os conselheiros foram informados sobre a paralisação do concurso público da FUNTELPA, sobre a questão crítica de desvios funcionários em desvio de função.

O Conselheiro Luiz Cunha solicitou a presença da Funtelpa na Conferência Estadual de Comunicação. Também foi tratada a necessidade de oferecermos cursos na área da TV Digital para nossos funcionários.

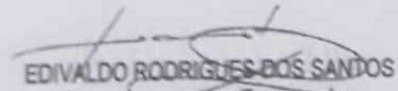
**B) DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO:** Será realizada excepcionalmente no dia 01 de julho, às 16 horas. Nada mais havendo para ser tratado e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, a Sra. Presidente considerou encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos, fazendo lavrar a presente ata.

  
REGINA LÚCIA ALVES DE LIMA  
Presidente da Funtelpa

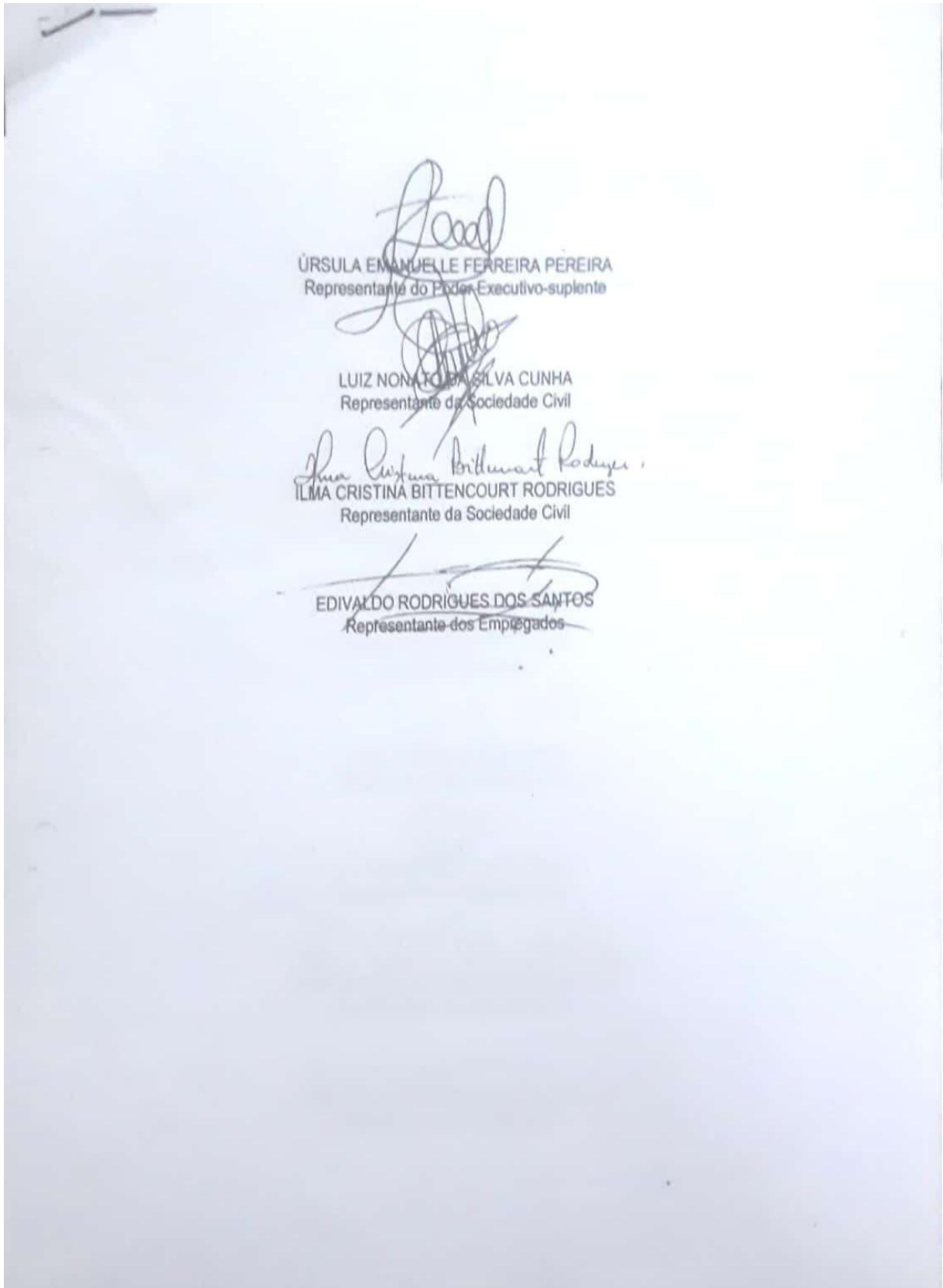
  
SHEILA CRISTINA FARO REIS  
Representante da Sociedade Civil

  
LUIZ NONATO DA SILVA CUNHA  
Representante da Sociedade Civil


  
ILMA CRISTINA BITTENCOURT RODRIGUES  
Representante da Sociedade Civil

  
EDIVALDO RODRIGUES DOS SANTOS  
Representante dos Empregados

(Continuação)



## ANEXO G - REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR - 22 DE JANEIRO DE 2010

  
 GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
 FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO DO PARÁ  
 FUNTELPA

### ATA DA 07ª (SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR, REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 2010.

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e dez, na Sede da FUNTELPA, nesta Capital, foi realizada a 7ª (sétima) Sessão ordinária do Conselho Curador sob a presidência do Sr. VALDEMIR CHAVES DE SOUSA, brasileiro, paraense, jornalista, casado, portadora da Carteira de Identidade n.º 2198503, inscrita no CPF/MF sob n.º 127.544.042-87, residente e domiciliada à Cidade Nova VI trav. WE 72 n.º 551, Ananindeua-Pará e contando com a presença dos membros efetivos do Conselho Curador a seguir discriminados: CÂNDIDO PARAGUASSÚ DE LEMOS ÉLERES, brasileiro, paraense, casado, advogado, portador da carteira de identidade n.º 3218-OAB/PA, inscrito no CPF/MF n.º 010.988.102-87, residente e domiciliado à Trav. Angustura, 3579, bairro do Marco, CEP: 66095-040 -Belém- Pará; ILMA CRISTINA BITTENCOURT RODRIGUES, brasileira, paraense, solteira, jornalista, portadora da carteira de identidade n.º 1488239- SSP/PA, inscrita no CPF/MF: 333.119.432-87, residente e domiciliada à trav. Dom Romualdo de Seixas, 1194, apto 302, Umarizal, CEP: 66060-060, Belém- Pará e EDIVALDO RODRIGUES DOS SANTOS, brasileiro, paraense, solteiro, assistente administrativo, portador da carteira de identidade n.º 17700-16- 2ª Via SSP/PA, inscrito no CPF/MF: 296.113.772-15, residente e domiciliada à vila Martins, Praça do Arsenal, 27, bairro Cidade Velha, CEP: 66023-300-280, Belém- Pará, além dos seguintes membros suplentes: ANTONIO CELSO VASCONCELOS MENDONÇA, brasileiro, paraense, radialista, solteiro, portador da carteira de identidade n.º 3284607- OAB/PA, inscrito no CPF/MF: 10851410200 e ÚRSULA EMANUELLE FERREIRA PEREIRA, brasileira, paraense, solteira, jornalista, portadora da carteira de identidade n.º 2838475- SSP/PA, inscrito no CPF/MF: 628.460.002-04, residente e domiciliada à rua João Balbi, 200, Nazaré, CEP: 66055-280, Belém- Pará, onde foi dado por instalada a Reunião do Conselho Curador da Funtelpa. Em ato Contínuo, o Presidente, pediu que se fizesse a leitura da pauta para a qual havia sido convocada a sessão, que enunciava os seguintes assuntos:

- I- Informes: Concurso, Resolução de equiparação e reenquadramento , Futebol, Regimento Interno, Reinício das obras do futuro prédio sede

Sobre o Futebol foi colocada a situação do crescimento do futebol do interior, da melhoria das transmissões e do interesse cada vez maior pelo Campeonato Estadual.

Sobre o Concurso foi exposto que ainda temos 83(oitenta e três) temporários, sobre a contratação da empresa para a realização do certame, foi informado que a Diretoria fez uma análise do Edital, que fez observações que foram para análise da Procuradoria Geral do Estado, o Conselheiro Cândido questionou a situação da exigência do diploma de jornalista no Concurso e da necessidade da experiência ser exigida para o concurso.

Sobre o Regimento Interno foram repassadas cópias para análise e informado que será votado na próxima reunião, o Conselheiro Paraguassú já entregou suas considerações.

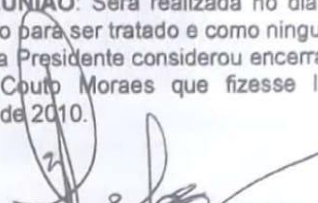
Sobre a equiparação e o reenquadramento ficou para votação na próxima reunião.

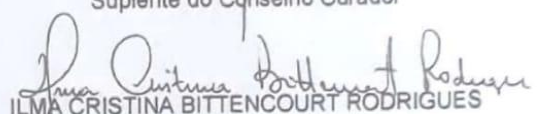
Foi informado o início das obras do novo prédio da FUNTELPA na Pariquis e que temos a previsão de 03(três) meses para a sua conclusão.

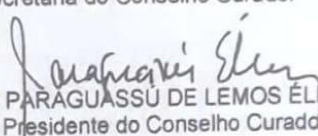
(continuação)

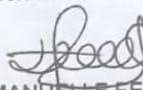
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO DO PARÁ  
FUNTELPA

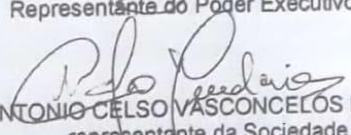
**DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO:** Será realizada no dia 08 de fevereiro, às 16 horas. Nada mais havendo para ser tratado e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente considerou encerrada a reunião pedindo a mim Fábio Tomaz do Couto Moraes que fizesse lavrar a presente Ata. Belém(PA), 22 de janeiro de 2010.

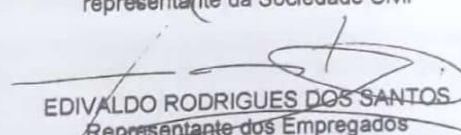
  
VALDEMIR CHAVES DE SOUSA  
Suplente do Conselho Curador

  
ILMA CRISTINA BITTENCOURT RODRIGUES  
Secretária do Conselho Curador


  
CÂNDIDO PARAGUASSÚ DE LEMOS ÉLERES  
Vice- Presidente do Conselho Curador

  
URSULA EMANUELLE FERREIRA PEREIRA  
Representante do Poder Executivo- suplente

  
ANTONIO CELSO VASCONCELOS MENDONÇA  
representante da Sociedade Civil

  
EDIVALDO RODRIGUES DOS SANTOS  
Representante dos Empregados

**ANEXO H - REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR - 11 DE FEVEREIRO DE 2010**

  
**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO**  
**FUNTELPA**

**ATA DA 08ª (OITAVA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR,**  
**REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2010.**

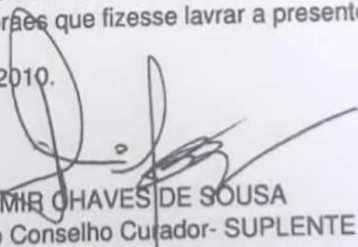
Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e dez, na Sede da FUNTELPA, nesta Capital, foi realizada a 8ª (oitava) reunião ordinária do Conselho Curador sob a presidência do Sr. **VALDEMIR CHAVES DE SOUSA**, e contando com a presença dos membros efetivos do Conselho Curador a seguir discriminados: **ILMA CRISTINA BITTENCOURT RODRIGUES** e **EDIVALDO RODRIGUES DOS SANTOS** e do suplente **ANTONIO CELSO VASCONCELOS MENDONÇA**, onde foi dado por instalada a Reunião do Conselho Curador da FUNTELPA. Em ato Contínuo, o Presidente, pediu que se fizesse a leitura da pauta para a qual havia sido convocada a sessão, que enunciava os seguintes assuntos:

I- Aprovação do Regimento Interno da Fundação Paraense de Radiodifusão- FUNTELPA

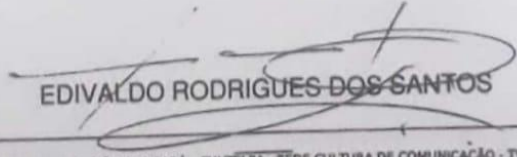
Em razão da necessidade de melhor análise da minuta do Regimento interno e da falta de quórum para sua aprovação, a reunião resumiu-se em análise e discussão da proposta de Regimento Interno

**DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO:** Será realizada no dia 18 de fevereiro, às 16 horas. Nada mais havendo para ser tratado e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente considerou encerrada a reunião pedindo a mim Fábio Tomaz do Couto Moraes que fizesse lavrar a presente Ata.

Belém(PA), 11 de fevereiro de 2010.

  
**VALDEMIR CHAVES DE SOUSA**  
 Presidente do Conselho Curador- SUPLENTE

**ILMA CRISTINA BITTENCOURT RODRIGUES**  
 Secretária do Conselho Curador

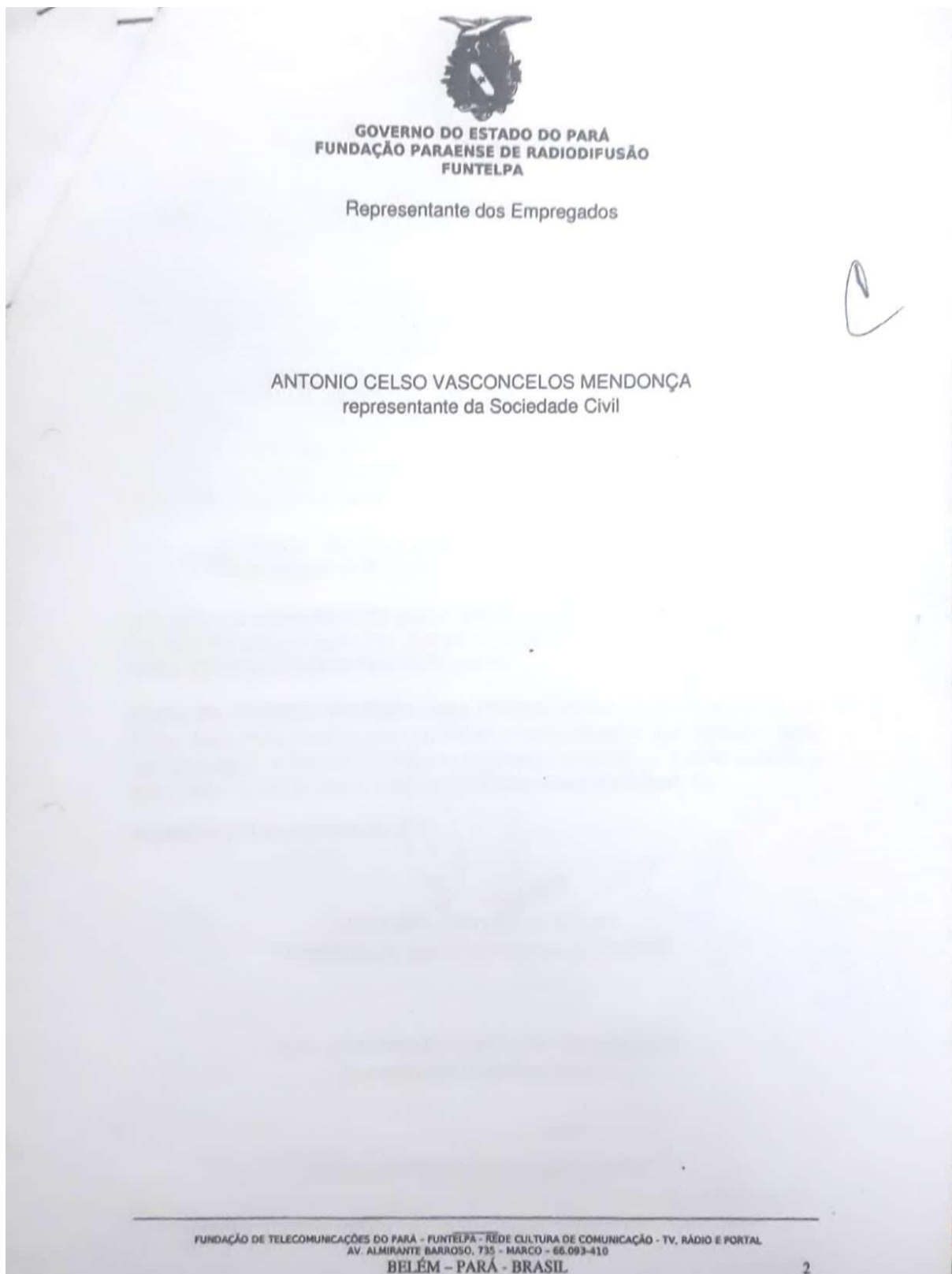
  
**EDIVALDO RODRIGUES DOS SANTOS**

---

FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ - FUNTELPA - REDE CULTURA DE COMUNICAÇÃO - TV, RÁDIO E PORTAL  
 AV. ALMIRANTE BARROSO, 735 - MARCÓ - 66.093-410  
 BELÉM - PARÁ - BRASIL

1

(continuação)



Fonte: Arquivo FUNTELPA

**ANEXO I - REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR - 18 DE FEVEREIRO DE 2010**

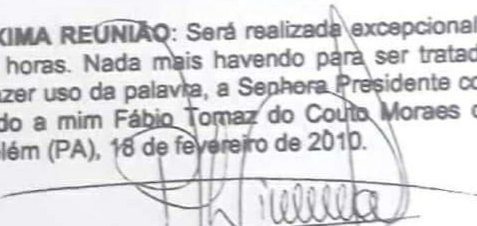


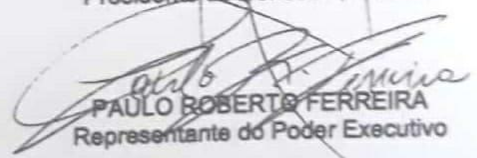
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO  
FUNTELPA


**ATA DA 09ª (NONA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2010.**

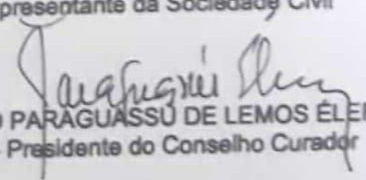
Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, na Sede da FUNTELPA, nesta Capital, foi realizada a 9ª (nona) reunião ordinária do Conselho Curador sob a presidência da Srª. REGINA LÚCIA ALVES DE LIMA contando com a presença dos membros efetivos do Conselho Curador a seguir discriminados: PAULO ROBERTO FERREIRA, CÂNDIDO PARAGUASSÚ DE LEMOS ÉLERES, LUIZ NONATO DA SILVA CUNHA, EDIVALDO RODRIGUES DOS SANTOS E SHEILA CRISTINA FARO REIS e os seguintes suplentes JOSÉ MARIA LOPES OEIRAS e ÚRSULA EMANUELLE FERREIRA PEREIRA, em razão de alguns integrantes não terem conhecimento da Minuta do Regimento Interno da FUNTELPA e da Resolução da equiparação e reenquadramento.

**DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO:** Será realizada excepcionalmente no dia 25 de fevereiro, às 19 horas. Nada mais havendo para ser tratado e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente considerou encerrada a reunião pedindo a mim Fábio Tomaz do Couto Moraes que fizesse lavrar a presente Ata. Belém (PA), 18 de fevereiro de 2010.

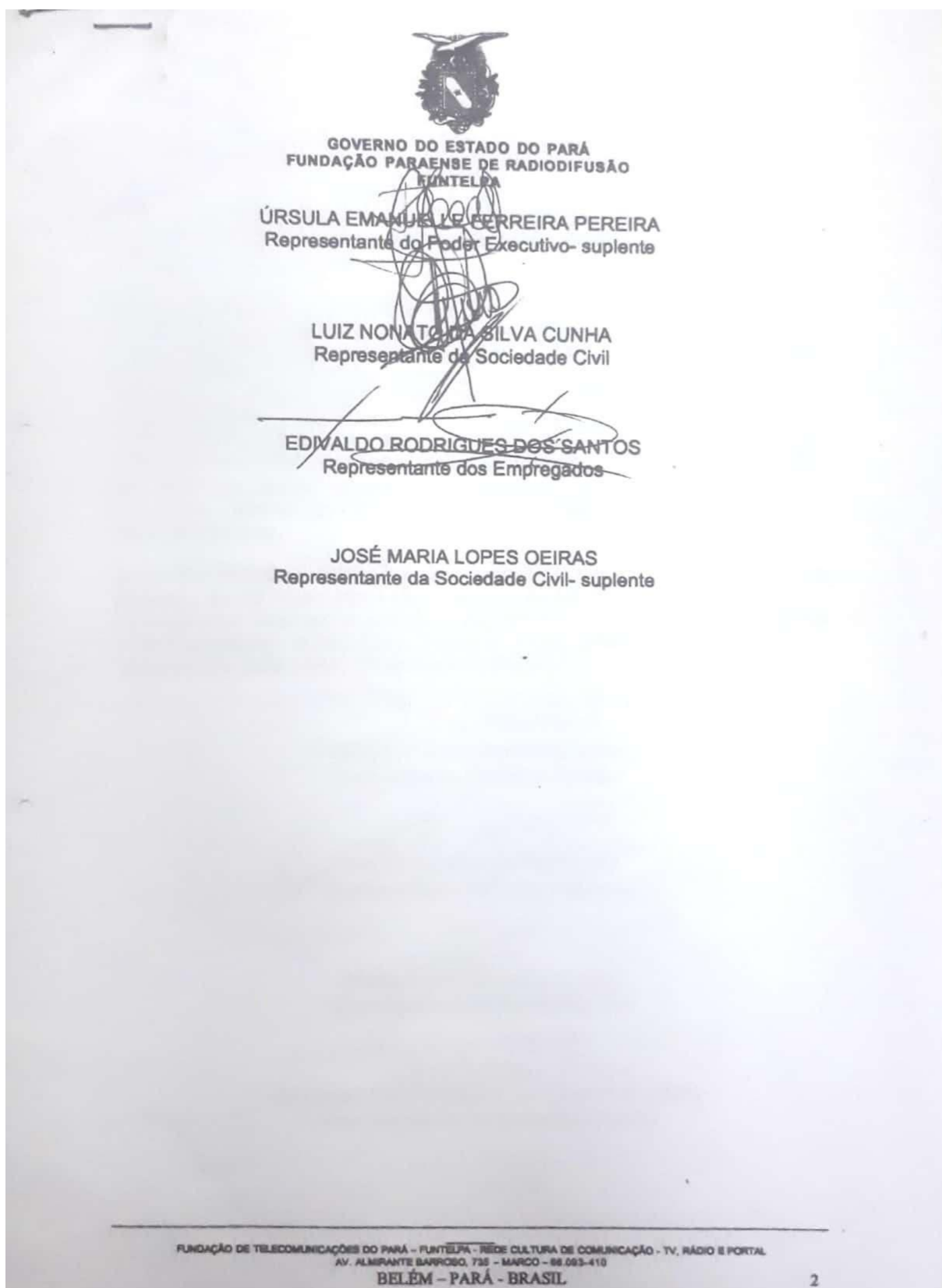
  
REGINA LÚCIA ALVES DE LIMA  
Presidente do Conselho Curador

  
PAULO ROBERTO FERREIRA  
Representante do Poder Executivo

  
SHEILA CRISTINA FARO REIS  
Representante da Sociedade Civil

  
CÂNDIDO PARAGUASSÚ DE LEMOS ÉLERES  
Vice-Presidente do Conselho Curador

(continuação)



Fonte: Arquivo FUNTELPA



**ANEXO J - REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR - 09 DE MARÇO DE 2010**

**ATA DA 10ª (DÉCIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR, REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2010.**

Ao nono dia do mês de março de dois mil e dez, às dezesseis horas, na Sede da FUNTELEPA, nesta Capital, foi realizada a 10ª (décima) reunião ordinária do Conselho Curador. Presidida pela Presidente da FUNTELEPA, Sra. Regina Lúcia Alves de Lima, a reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros:

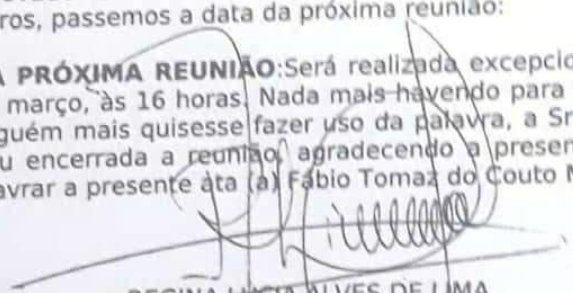
**MEMBROS EFETIVOS:** Regina Lúcia Alves de Lima, Cândido Paraguassú de Lemos Éleres, Luiz Nonato da Silva Cunha, Edivaldo Rodrigues dos Santos e Paulo Roberto Ferreira.

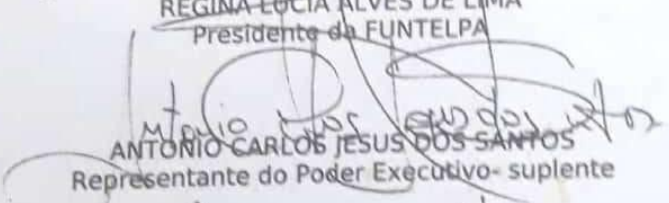
**MEMBRO SUPLENTE:** Antônio Carlos Jesus dos Santos.

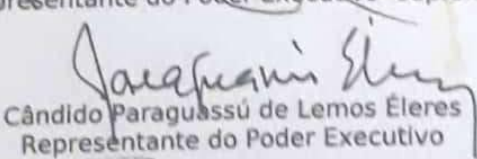
- A) **EXPEDIENTE:** Aprovação da Resolução nº002/2010 que dispõe sobre equiparação salarial dos servidores celetistas desta Fundação à nova lei da Fundação Paraense de Radiodifusão.

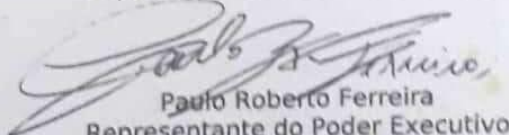
Após aprovado o texto da Resolução, pelo voto unânime dos Conselheiros, passemos a data da próxima reunião:

**DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO:** Será realizada excepcionalmente no dia 16 de março, às 16 horas. Nada mais havendo para ser tratado e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, a Sra. Presidente considerou encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos, fazendo lavrar a presente ata (a) Fábio Tomaz do Couto Moraes.

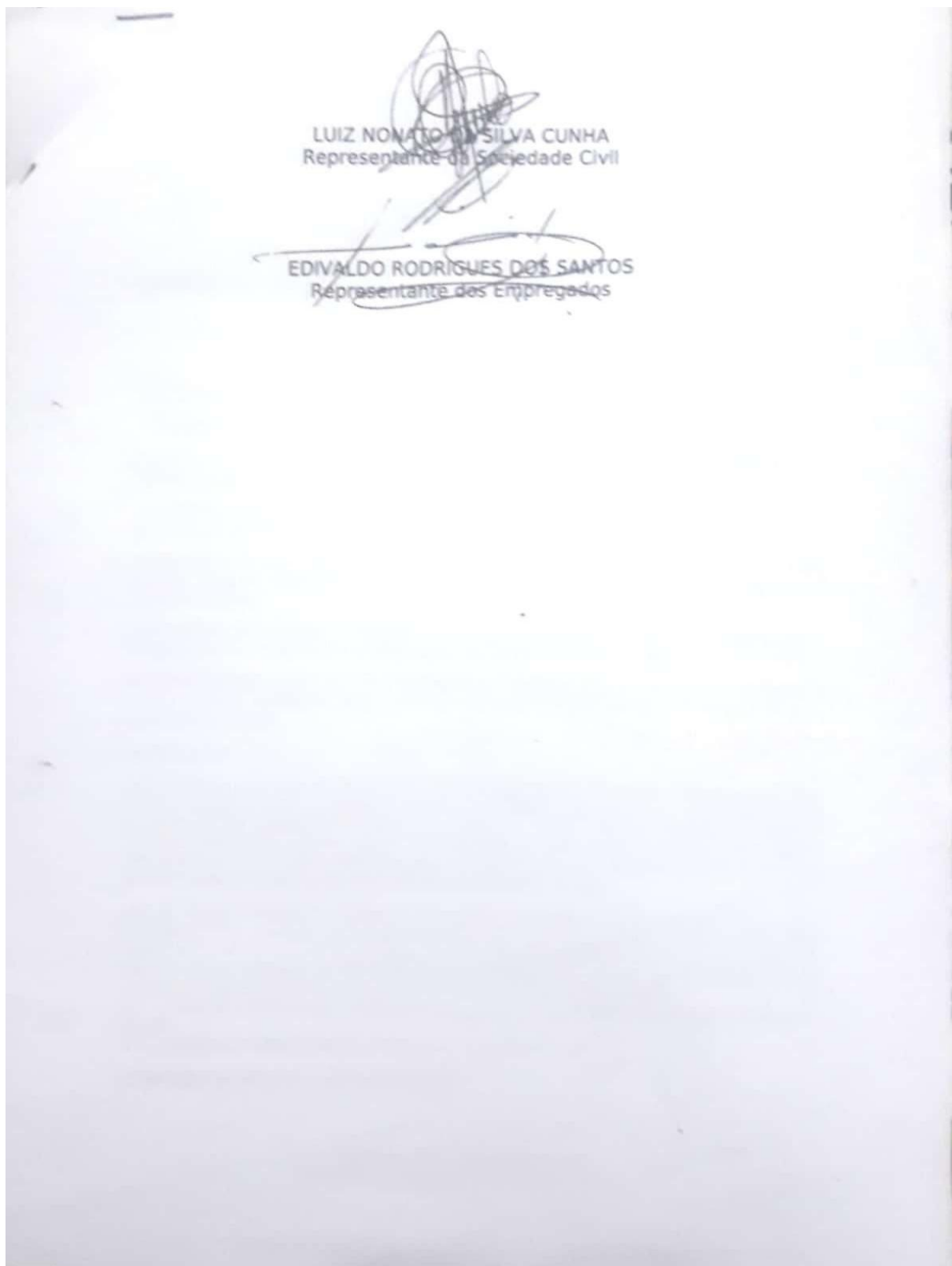
  
REGINA LUCIA ALVES DE LIMA  
Presidente da FUNTELEPA

  
ANTONIO CARLOS JESUS DOS SANTOS  
Representante do Poder Executivo- suplente

  
Cândido Paraguassú de Lemos Éleres  
Representante do Poder Executivo

  
Paulo Roberto Ferreira  
Representante do Poder Executivo

(continuação)



## ANEXO L – RESOLUÇÃO CONSELHO CURADOR - 21 DE DEZEMBRO DE 2009



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO  
FUNTELPA

RESOLUÇÃO N° 002, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

*Dispõe sobre a equiparação salarial e o reequadramento funcional do pessoal da Fundação Paraense de Radiodifusão e dá outras providências.*

O Conselho Curador da Fundação Paraense de Radiodifusão -FUNTELPA, instituído pela Lei n° 7.215, de 03 de novembro de 2008, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 4° e 5°, combinados com o artigo 11, inciso VI, alíneas "b" e "c" do Estatuto Social da FUNTELPA;

CONSIDERANDO a Lei 7.214, de 03 de novembro de 2008 que extinguiu a Fundação de Telecomunicações do Pará- FUNTELPA,

CONSIDERANDO a Lei n° 7.215, de 03 de novembro de 2008, que criou a Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA;

CONSIDERANDO que a Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA criada, tornou-se a sucessora legal da Fundação extinta, absorvendo todos os direitos, deveres e obrigações, inclusive quanto aos contratos celetistas;

CONSIDERANDO o artigo 4° da Lei n° 7.215, de 03 de novembro de 2008, o qual determina que a Fundação Paraense de Radiodifusão seja gerida por um Conselho Curador e por uma Diretoria Executiva;

CONSIDERANDO o art.461 da Consolidação das Leis Trabalhistas que prevê que em caso de idênticas as funções, mesmo empregador, mesma localidade corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.

### RESOLVE:

Art. 1° - Ficam, os salários dos funcionários celetistas remanescentes da Fundação extinta pela Lei 7.214, de 03 de novembro de 2008, e absorvidos pela nova FUNTELPA, criada através da Lei n° 7.215, de 03 de novembro de 2008, **EQUIPARADOS** à nova estrutura de cargos e salários, constante do Quadro de Empregos Permanentes – Anexo I da Lei 7.215, de 03 de novembro de 2008, de acordo com o Quadro Demonstrativo (Anexo I) desta Resolução, tendo em vista ser o mesmo cargo e/ou similar, mesma carga horária e mesmo empregador, com efeito retroativo a 30 de março de 2009;

Art. 2° - Todos os funcionários celetistas remanescentes da Fundação extinta pela Lei 7.214, de 03 de novembro de 2008, admitidos antes da promulgação da CRFB/88 e absorvidos pela nova Fundação, criada através da Lei n° 7.215, de 03 de novembro de 2008, serão **REENQUADRADOS** na nova estrutura de cargos e salários, constante do Quadro de Empregos Permanentes – Anexo I da Lei 7.215, de 03 de novembro de 2008, de acordo com o Quadro Demonstrativo (Anexo II) considerando-se:

§ 1° - A extinção de vários cargos e empregos em virtude da aprovação da Lei n° 7.215, de 03 de novembro de 2008,

§ 2° - O disposto no artigo 19, da Lei n° 7215, de 03 de novembro de 2008

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

REGINA LÚCIA ALVES DE LIMA  
Presidente do Conselho Curador da FUNTELPA

## 8. APÊNDICES

### 8.1 – Roteiro das entrevistas

1 - Fala um pouco da tua história de vida. faz uma minibiografia. (Onde morou? o que te fez ser quem tu és? família, time de futebol, formação....)

2 - Especificamente sobre a FUNTELPA, como você chegou até lá? Por que decidiu fazer concurso pra lá? Já conhecia a funtelpa?

3 - Qual tua opinião sobre o trabalho desenvolvido pela FUNTELPA? Achas que um trabalho relevante? De que maneira tu achas que esse trabalho ajuda ou atrapalha no fortalecimento da cidadania do povo paraense? Você viu muita interferência governamental, direta ou indireta, na FUNTELPA? Como se dava?

4 - Sobre o conselho curador, como você se tornou representante dos empregados e por que você decidiu concorrer? Quais eram suas propostas para representar os trabalhadores da FUNTELPA? Você já havia participado de sindicatos ou cipas ou essa foi a 1º vez?

5 - Dentro do Conselho curador da FUNTELPA, quais eram os principais temas debatidos?

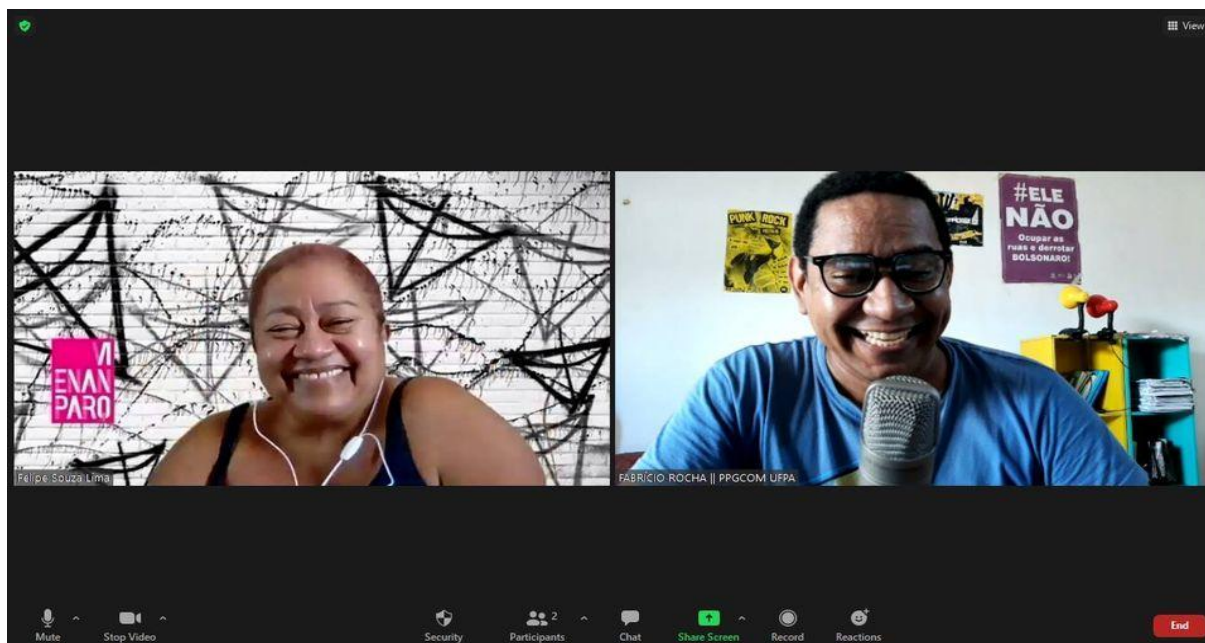
6 - Dentro do Conselho curador da FUNTELPA, todos eram livres para propor temas e pautas? ou apenas a presidência trazia as coisas já prontas?

7 - Dentro do Conselho curador da FUNTELPA, como eram feitos os debates? Eras acolhedores ou rispido? Existia interferência política ou tratamento diferenciado (discriminação) por algum motivo?

8 - Na sua opinião, o Conselho curador da FUNTELPA foi uma experiência interessante ou não? O que poderia ser feito diferente? (temas, forma de debate, composição maior, mais entidades de fora da comunicação....).

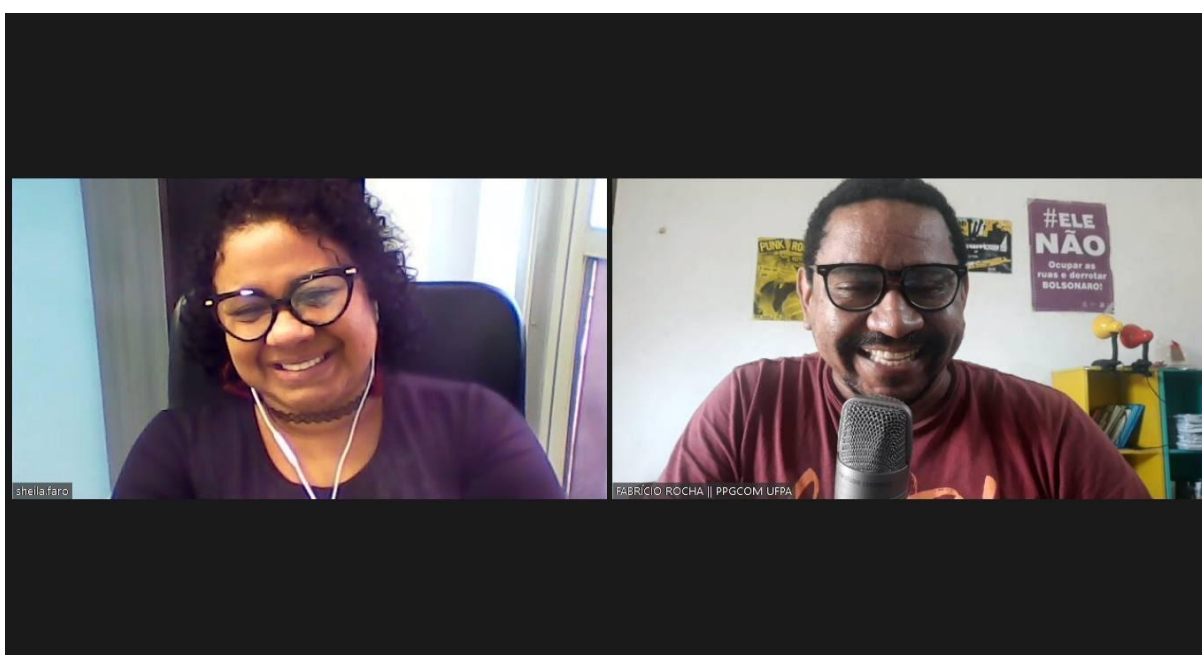
## 8.2 – Entrevista com a Pesquisadora e jornalista, Regina Lima, Ex-presidente da FUNTELPA

Link da entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=SiyezREBPas&list=PLhTuNKc2bPZUy0RHYjGz7ntVo9EyX1iHY&index=3>



## 8.3 – Entrevista com a Jornalista Sheila Faro, ex-presidente do SINJOR/PA

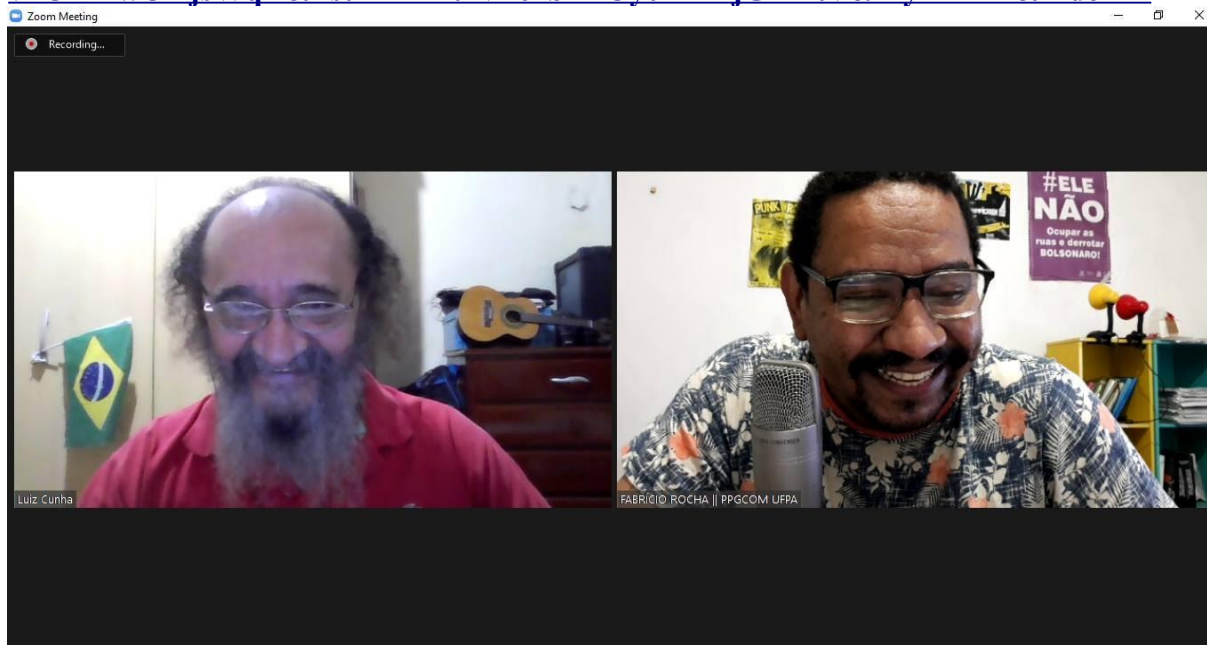
Link da Entrevista - <https://www.youtube.com/watch?v=PTCzhJIJMG0&list=PLhTuNKc2bPZUy0RHYjGz7ntVo9EyX1iHY&index=1>



#### 8.4 – Entrevista com o radialista Luiz Cunha, ex-presidente do Sindicato dos Radialistas

Link da entrevista - <https://www.youtube.com/watch?v=CKmwOHjsWqA&list=PLhTuNKc2bPZUy0RHYjGz7ntVo9EyX1iHY&index=4>

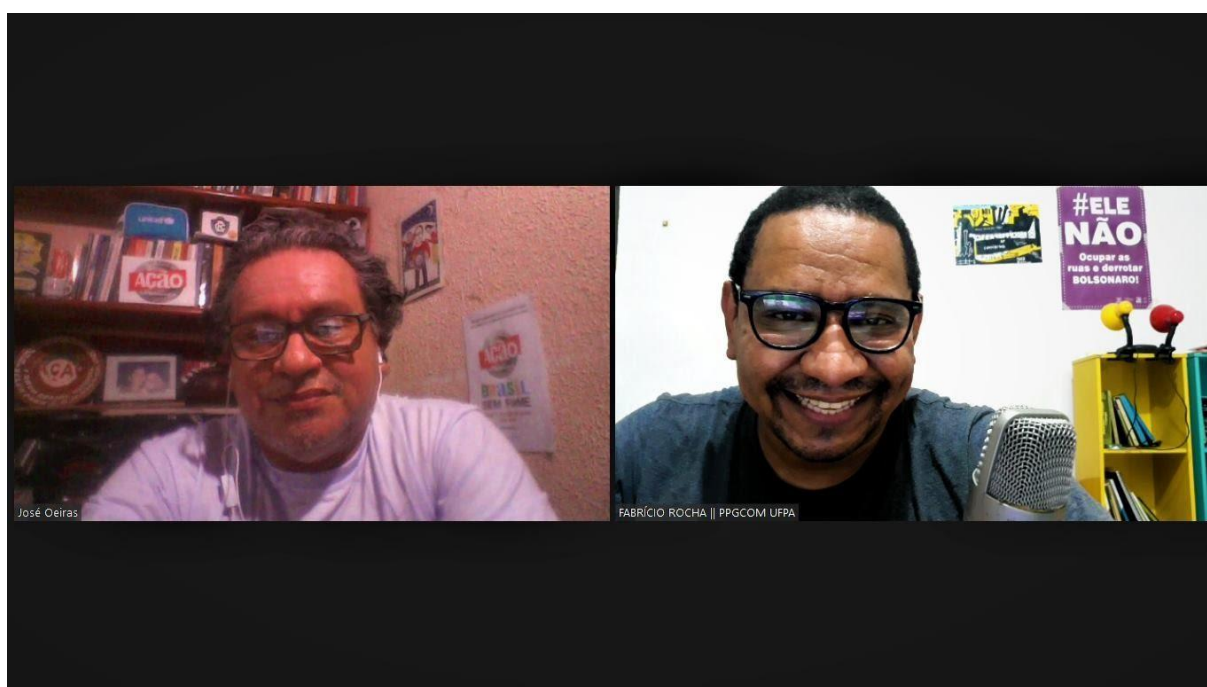
[y=CKmwOHjsWqA&list=PLhTuNKc2bPZUy0RHYjGz7ntVo9EyX1iHY&index=4](https://www.youtube.com/watch?v=CKmwOHjsWqA&list=PLhTuNKc2bPZUy0RHYjGz7ntVo9EyX1iHY&index=4)



#### 8.5 – Entrevista com o Ambientalista José Oeiras, ex-membro do CEPEPO

Link da entrevista - [https://www.youtube.com/watch?v=-](https://www.youtube.com/watch?v=-ECGbjwg0do&list=PLhTuNKc2bPZUy0RHYjGz7ntVo9EyX1iHY&index=5)

[ECGbjwg0do&list=PLhTuNKc2bPZUy0RHYjGz7ntVo9EyX1iHY&index=5](https://www.youtube.com/watch?v=-ECGbjwg0do&list=PLhTuNKc2bPZUy0RHYjGz7ntVo9EyX1iHY&index=5)



## 8.6 – Entrevista com o Administrador Edvaldo dos Santos, ex-funcionário da FUNTELPA

